

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**GUSTAVO MENEGHETTI**

**PROFISSÕES E IDENTIDADES PROFISSIONAIS  
UM ESTUDO SOBRE TEORIAS E CONCEITOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NO  
SERVIÇO SOCIAL**

GUSTAVO MENEGHETTI

PROFISSÕES E IDENTIDADES PROFISSIONAIS: UM ESTUDO SOBRE TEORIAS E  
CONCEITOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NO SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Myriam R. Mitjavila.

Florianópolis

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

**GUSTAVO MENEGHETTI**

**PROFISSÕES E IDENTIDADES PROFISSIONAIS: UM ESTUDO SOBRE TEORIAS  
E CONCEITOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de março de 2009.

---

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC

**Banca Examinadora:**

---

Profa. Dra. Marli Palma Souza

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC

Presidente

---

Profa. Dra. María Del Carmen Cortizo

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC

Primeira examinadora

---

Profa. Dra. Claudia Krmptic

Universidad de Buenos Aires – UBA

Segundo examinador

## RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada no âmbito da pós-graduação em Serviço Social. Tem como objeto de estudo algumas das principais teorias e conceitos dedicados à análise das identidades profissionais, considerando sua propensão a um certo “reducionismo subjetivista”. Sustenta a hipótese de que a influência teórica do interacionismo simbólico e o uso de conceitos como o de representação social são fatores que levam tal análise ao subjetivismo. Evidencia que as perspectivas teóricas e modelos analíticos que têm predominado nos estudos sobre identidades profissionais tendem a explicar a formação das identidades exclusivamente através das interações sociais, dos processos comunicativos, das percepções subjetivas, das expressões individuais, etc. – para tanto, acabam ignorando as condições estruturais ou objetivas que delimitam as profissões e o exercício profissional (formação, mercado de trabalho, remuneração, autonomia, etc.), isto é, a própria realidade profissional. Sugere que a noção de *habitus* pode constituir uma estratégia analítica interessante, pois permite superar a polaridade redutora entre subjetivismo e objetivismo: rompe com a concepção segundo a qual a identidade é uma construção subjetiva e individual e, ao mesmo tempo, não restringe a identidade a uma determinação material. Apresenta, como suporte teórico, uma reflexão dirigida à sociologia das profissões, apreendendo as teorizações mais significativas – e, também, diferentes – desenvolvidas pelos estudiosos das profissões. Além disso, traz uma abordagem específica sobre a profissão de Serviço Social: sua origem histórica, emergência no Brasil e a renovação profissional – incluindo, aqui, uma crítica a dois insígnos estudos consagrados à identidade profissional dos assistentes sociais.

**Palavras-chave:** Sociologia das profissões. Identidade profissional. Teorias/conceitos. Serviço Social.

## ABSTRACT

This text is result of a bibliographical research carried out in the scope of Social Work postgraduation. It has as study object some of the main theories and concepts dedicated to analysis of the professional identities, considering its tendency to a certain "subjective reductionism". It maintains the hypothesis that the theoretical influence of the symbolic interactionism and the use of concepts as social representation are factors that lead such analysis to subjectivism. It shows up that the theoretical perspectives and analytic models that have predominated in studies about professional identities tend to explain the formation of identities exclusively through social interactions, communicative processes, subjective perceptions, individual expressions, etc. – for so much, it finishes by ignoring the structural or objective conditions that delimit the professions and the professional exercise (formation, labor market, remuneration, autonomy, etc.), namely, the own professional reality. It suggests that the notion of *habitus* can constitute an interesting analytic strategy, because it is able to exceed the reductionist polarity between subjectivism and objectivism: it breaks with the conception according to which the identity is an individual and subjective construction and, at the same time, does not restrict the identity to a material determination. It presents, as theoretical support, a reflection addressed for sociology of the professions, apprehending the more significant – and also different – theorizations developed by the studios of professions. Besides, it brings a specific approach upon the Social Work profession: its historical origin, emergence in Brazil and the professional renewal – including, here, a criticism to two prominent studies dedicated to social worker's professional identity.

**Keywords:** Sociology of the professions. Professional identity. Theories/concepts. Social Work.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	6
CAPÍTULO 1 .....	9
A TEORIA DAS PROFISSÕES.....	9
1.1 Funcionalismo: o modelo das profissões.....	10
1.2 Interacionismo simbólico: o processo das profissões .....	15
1.3 As teses do declínio profissional .....	21
1.3.1 Haug e a desprofissionalização.....	21
1.3.2 A proletarização dos profissionais? .....	24
1.3.3 A réplica de Freidson .....	27
1.4 A doutrina das profissões.....	30
1.5 Poder profissional.....	33
1.5.1 Conceitos de Eliot Freidson .....	34
1.6 Sociologia das profissões e identidade profissional .....	39
CAPÍTULO 2 .....	48
IDENTIDADE PROFISSIONAL: perspectivas teóricas e modelos analíticos.....	48
2.1 O quadro teórico-analítico de Dubar.....	49
2.2 Teorias da socialização .....	55
2.3 O conceito de representação social .....	62
2.4 Do <i>habitus</i> à identidade profissional.....	68
2.4.1 A noção de <i>habitus</i> .....	69
2.4.2 <i>Habitus</i> e identidade profissionais.....	73
CAPÍTULO 3 .....	78
SERVIÇO SOCIAL: profissão e identidade profissional.....	78
3.1 A gênese do Serviço Social como profissão .....	79
3.2 A emergência do Serviço Social no Brasil .....	86
3.3 A renovação do Serviço Social brasileiro .....	93
3.4 A identidade profissional dos assistentes sociais.....	103
3.4.1 Martinelli: identidade ou alienação .....	104
3.4.2 Gentilli: representações profissionais.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS .....	122

## INTRODUÇÃO

O texto que ora apresentamos é resultado de uma pesquisa bibliográfica empreendida no âmbito da pós-graduação em Serviço Social e constitui o trabalho final do curso de mestrado. O campo temático escolhido para estudo é aquele que envolve o termo *identidade profissional*, tendo-se como alvo algumas das principais teorias e conceitos expressamente consagrados ao tema. Ampliamos um pouco nosso foco inicial de análise para compreender alguns dos mais importantes trabalhos dedicados ao assunto *profissões*. Este estudo está mais estreitamente vinculado à chamada sociologia das profissões – que corresponde à área de conhecimento predominante –, embora tenha alcançado outras disciplinas científicas, como a sociologia do trabalho e a psicologia social.

Ao excursionar pelo campo sociológico especializado no estudo das profissões e do profissionalismo, deparamo-nos com uma intrigante lacuna: a ausência de qualquer esforço teórico ou empírico destinado à questão das identidades profissionais. Não que os diversos autores vinculados à disciplina tenham ignorado completamente este assunto, mas o fato é que a identidade profissional aparece quase sempre nas bordas ou nas entrelinhas dos trabalhos dos sociólogos das profissões. Em meio a temas talvez mais importantes, como poder profissional, autonomia, conhecimento, etc., o termo identidade profissional é, na maioria das vezes, apenas mencionado, sem explicações nem detalhamento, como se fosse algo bastante conhecido e consensual.

Os estudos dirigidos às identidades profissionais se acham dispersos em vários campos das ciências sociais e humanas, desde a sociologia do trabalho (e das ocupações) até a psicologia social, além de pesquisadores interessados na identidade compartilhada com os membros de sua própria profissão (a identidade do médico, do advogado, da enfermeira, etc.). Quadros teóricos e instrumentos analíticos diferentes estão sendo usados nessas pesquisas, cujas influências intelectuais variam com a mesma intensidade. Contudo, será que existe alguma direção teórica e/ou analítica predominante nesses estudos sobre identidades profissionais?

Levantamento bibliográfico previamente realizado identificou que: a) uma perspectiva teórica bastante influente é a do interacionismo simbólico, do que decorre a tendência de explicar a identidade a partir das percepções subjetivas dos indivíduos, dos momentos comunicativos, das relações intersubjetivas, das interações sociais, do papel de “outros significativos”, etc.; b) um conceito emprestado da psicologia social, o de representação

social, tem sido recorrentemente utilizado nas análises sobre identidades profissionais, sendo que a direção é a mesma: a identidade entendida como uma construção exclusivamente subjetiva e como resultado das interações sociais entre os indivíduos. Podemos exprimir esse estado teórico-analítico através do termo “subjetivismo”, fundamentalmente porque ocorre em detrimento das condições materiais e objetivas que cercam as profissões e os profissionais.

Tendo em vista este quadro, definimos nosso objeto de estudo da seguinte maneira: de que forma e por quais motivos as principais análises teóricas sobre identidades profissionais – e as diversas categorias nelas utilizadas – comportam uma tendência, explícita ou não, ao que se pode entender como um reducionismo subjetivista? Nossa hipótese de trabalho pode ser resumida na proposição que segue: as análises teóricas sobre identidades profissionais tendem ao subjetivismo devido à incorporação de perspectivas teóricas como a do interacionismo simbólico e à utilização de conceitos emprestados da psicologia social, como o de representação social, do que resulta a prioridade explicativa das interações, dos momentos comunicativos e das expressões subjetivas criadas pelos indivíduos. Examinar as limitações e/ou o alcance analítico de algumas das principais *teorias e conceitos* que comparecem no estudo das identidades profissionais – eis o objetivo deste trabalho<sup>1</sup>.

Como base teórica imprescindível, apresentamos, no capítulo inicial, uma reflexão voltada à sociologia das profissões, de modo a apreender seus principais desenvolvimentos analíticos (conceitos, teses, argumentos, etc.) e respectivos autores. Trata-se de uma síntese das teorizações mais importantes elaboradas pelos estudiosos das profissões: a versão funcionalista (Parsons, Goode); as abordagens do interacionismo (Hughes, Bucher e Strauss); as teses do declínio profissional, da desprofissionalização (Haug) e da proletarização (Braverman, Oppenheimer); a ideia da doutrina ou ideologia das profissões (Gyarmati); as análises sobre o poder profissional (Johnson, Larson, Freidson). Completa o texto uma reflexão que busca, no interior da sociologia das profissões, ideias relacionadas às identidades profissionais ou que podem contribuir com sua análise.

O segundo capítulo constitui o lugar onde nos defrontamos diretamente com o objeto de estudo e no qual testamos nossa hipótese de trabalho. Algumas perspectivas teóricas e modelos analíticos têm predominado na maioria dos estudos e discussões referentes às identidades profissionais: o quadro categorial formulado pelo sociólogo francês Claude Dubar; a posição centrada nos processos de socialização como origem das identidades; o

---

<sup>1</sup> Nosso projeto inicial de estudo pretendia fazer uma meta-análise das pesquisas empíricas sobre identidades profissionais realizadas no Brasil. No entanto, tivemos de recuar devido à inexistência da proposta e outras dificuldades bem observadas pela banca de qualificação. Portanto, este trabalho é exclusivamente teórico.

conceito de representação social, derivado dos trabalhos de Serge Moscovici – a tais modelos teórico-analíticos dedicamos a maior parte do capítulo. Incluímos, aqui, algumas reflexões preliminares acerca da noção de *habitus* – na acepção de Pierre Bourdieu – e de sua possível contribuição à análise das identidades profissionais.

À linguagem mais abstrata e à ausência de referentes empíricos substituímos, no terceiro e último capítulo deste trabalho, uma abordagem especificamente direcionada à profissão de Serviço Social e à identidade profissional dos assistentes sociais. Baseando-se na mais difundida literatura profissional e em autores bastante reconhecidos no país (Iamamoto, Carvalho, Netto, dentre outros), discorreremos sobre a origem histórica do Serviço Social como profissão, sua emergência e institucionalização no Brasil e o processo de renovação profissional vivenciado no contexto da sociedade brasileira. Por fim, apresentamos uma crítica a dois insígnos estudos consagrados à identidade profissional do Serviço Social – Martinelli (1989) e Gentilli (1998).

Enfim, é preciso dizer ainda algo importante. O leitor não encontrará aqui um trabalho exaustivo, aprofundado ou sistematizador, que esteja atento a todos os empreendimentos analíticos em torno da identidade profissional e que considere um amplo leque de possibilidades teóricas. Ao contrário, este texto é muito mais um ponto de partida que uma linha de chegada, é antes o início de um percurso do que os metros finais, é o difícil começo que não visualiza, ainda, um fim. Sem grandes pretensões, portanto, esperamos contribuir, de alguma maneira, com a investigação das identidades profissionais, a partir da reflexão sobre algumas das possíveis estratégias teóricas.

## CAPÍTULO 1

### A TEORIA DAS PROFISSÕES

De acordo com a literatura especializada, as profissões desempenham um papel de fundamental importância na sociedade moderna. Há algum tempo atrás, Parsons (1939, p. 57, tradução nossa) já dizia: “Parece evidente que muitas das mais importantes características de nossa sociedade são, em grande medida, dependentes do funcionamento das profissões”. Mais do que isso, nas palavras de outro destacado estudioso das profissões, “uma sociedade industrializada é uma sociedade profissionalizada”<sup>2</sup> (GOODE, 1960, p. 902, tradução nossa). Se as profissões ocupam uma posição de grande relevância na sociedade moderna, não surpreende, então, que o profissionalismo tenha tornado-se um objeto de estudo por parte dos sociólogos, fazendo surgir e se desenvolver um campo disciplinar específico, isto é, a sociologia das profissões.

Há mais de um século as profissões vêm tendo especial atenção no mundo de língua inglesa (Spencer, 1896; Webb e Webb, 1917; Tawney, 1920; Carr-Saunders e Wilson, 1933; Marshall, 1939). Por muito tempo, entretanto, o conceito de profissão foi aceito sem questionamento, havendo pouca elaboração sistemática até a expansão da sociologia nos Estados Unidos no segundo pós-guerra. Talcott Parsons (1951) foi, provavelmente, o primeiro a abordar o assunto em termos teóricos e de maneira contundente, seguido, fora da tradição funcionalista então predominante, por Everett Hughes (1958). Além desses renomados sociólogos, outros escritores bastante conhecidos se empenharam em desenvolver uma definição de profissão, como Goode (1957) e Wilensky (1964) – sob um prisma diferente, nessa época, é preciso lembrar de Bucher e Strauss (1961).

No início dos anos 1970, alguns estudiosos deixaram de enfatizar o papel das profissões como “preservadoras da unidade da sociedade” para destacar – reservadas as diferenças – questões de conflito e de poder (Freidson, 1970; Johnson, 1972; Larson, 1977). Na mesma década, parte da literatura se voltou para a profetização do declínio das profissões: analistas marxistas preveem a proletarianização dos profissionais (Oppenheimer, 1973;

---

<sup>2</sup> O autor aponta, para tanto, dois indícios baseados na experiência americana: (1) o aumento da proporção da força de trabalho em ocupações chamadas de “colarinho branco”, particularmente profissões e semiprofissões; e (2) o aumento do número de ocupações tentando adquirir *status* profissional, ou seja, buscando reconhecimento como profissões.

Braverman, 1974); outros autores profetizam a perda de *status* profissional ou a desprofissionalização (Haug, 1975). Há, ainda, aqueles que ressaltam uma suposta base ideológica ou doutrinária da teoria das profissões, especialmente na sua versão funcionalista (Gyarmati, 1975; Roth, 1974).

Nos anos 1980 sociólogos do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia haviam juntado-se aos colegas britânicos e norte-americanos no estudo das profissões (Dingwall e Lewis, 1983; Larkin, 1983; Willis, 1989). É a partir desta década, ademais, que o interesse pelo tema deixou de ser privilégio dos países de língua inglesa e passou a ser objeto de pesquisa em diversas partes da Europa (Lucas e Dubar, 1990; Torstendahl e Burrage, 1990). Os estudiosos europeus se mostraram extremamente críticos com relação aos autores anglo-americanos anteriores e procuraram distinguir percursos de diferentes profissões em diferentes países, além de atribuir maior destaque ao papel do Estado<sup>3</sup>.

Muito sinopticamente, este é o quadro histórico geral do desenvolvimento da sociologia das profissões<sup>4</sup>. Trata-se de uma área disciplinar muito heterogênea, comportando uma grande pluralidade de abordagens, perspectivas, teorias e autores. É, inclusive, difícil sistematizar a literatura no domínio da disciplina, pois muitos autores incorporam elementos de diferentes correntes teóricas e não se lhes pode atribuir, com precisão, a filiação a uma ou outra perspectiva. Isso sem falar das distintas orientações metodológicas, dos contextos nacionais e continentais, dos diversos grupos profissionais pesquisados, etc. A sociologia das profissões, por assim dizer, mais parece um mosaico com opções teóricas múltiplas. As escolhas, logo, tornam-se inevitáveis, como as que tivemos de fazer aqui, selecionando o que acreditamos ser mais fundamental e importante, quer dizer, pretensamente, o núcleo central da teoria das profissões.

### **1.1 Funcionalismo: o modelo das profissões**

O que é uma profissão? Que traços ou atributos as distinguem de outras ocupações? Este tipo de interrogação constitui a grande preocupação teórica de diversos autores, no

---

<sup>3</sup> Na maioria dos países europeus, o Estado desempenhou papel ativo na institucionalização das profissões, inclusive sendo, em muitos casos, o principal empregador delas, fazendo com que a profissionalização adotasse um rumo distinto daquele seguido nos países de língua inglesa. Houve um crescente interesse por estudos comparativos transnacionais e, simultaneamente, uma acentuada ênfase no papel do Estado (FREIDSON, 1998).

<sup>4</sup> As informações apresentadas aqui estão baseadas, principalmente, em Freidson (1998).

mundo anglo-americano, que se dedicam a encontrar tais características ou traços definidores e, por conseguinte, o modelo perfeito ou ideal de profissão. A partir disso, as profissões existentes são classificadas com o intento de verificar em que medida cada uma delas se aproxima ou se afasta do tipo idealmente definido, ao tempo em que surgem novas noções como semiprofissão, quase-profissão, e assim por diante. De maneira geral, as abordagens que seguiram essa orientação configuram a chamada *teoria funcionalista das profissões*, cuja ênfase está na ideia das “profissões como modelo”, para usar um termo de Rodrigues (2002).

O trabalho de Carr-Saunders e Wilson (*The professions*, 1933) é considerado um marco na história da sociologia das profissões. Encontramos nele uma definição de profissão que se tornou clássica: “dizemos que uma profissão emerge quando uma quantidade definida de pessoas começa a praticar uma técnica definida fundamentada em uma formação especializada”. Os autores analisam, sistematicamente, a evolução do trabalho e dos empregos em termos de profissionalização, definindo etapas ou processos: (1) especialização dos serviços; (2) criação de associações profissionais; (3) implantação de uma formação específica, fundamentada em um “corpo sistemático de teoria” (DUBAR, 2005).

Talcott Parsons (1939, 1951) avançou bastante, em termos teóricos, no estudo das profissões. Um dos mais relevantes elementos institucionais que caracterizam a prática profissional Parsons ([1951] 1982) chama de *orientação coletiva*. Tal orientação distinguiria os papéis profissionais dentro do sistema ocupacional norte-americano, especialmente em contraste com o “mundo dos negócios”. A tônica dominante no moderno sistema econômico é a perseguição do autointeresse. Ao contrário dos “negócios”, as profissões são marcadas por desinteresse. O homem profissional não busca o lucro pessoal, o proveito próprio, mas realiza serviços para seus clientes ou pacientes, ou ainda para o avanço da ciência – se o médico perseguisse o seu próprio ou particular interesse, certamente a sociedade não toleraria os privilégios desfrutados pela profissão<sup>5</sup>.

Outro elemento institucional importante para as profissões é designado pelo sociólogo norte-americano como *especificidade funcional*. A autoridade que o profissional exerce na sociedade não é baseada em *status* superior nem é uma manifestação de caráter moral elevado, sendo antes fundamentada na sua competência técnica. Isso é possível porque a área de autoridade profissional é limitada a uma esfera particular definida tecnicamente – é

---

<sup>5</sup> Segundo Parsons (1982), a orientação coletiva do médico é protegida por uma série de práticas que servem para diferenciá-lo do “homem de negócios”, como, por exemplo, a proibição de anúncio (nos Estados Unidos) ou a não permissão para deixar de atender pacientes que não oferecem garantias financeiras. Aliás, como afirma explicitamente o autor, um dos principais motivos para se abordar o estudo da profissão médica é o “[...] desejo de entender um papel ocupacional, de alto nível, que se desvia do homem de negócios” (PARSONS, 1982, p. 429, tradução nossa).

somente em assuntos tocantes à saúde que o médico é, por definição, mais competente que seu paciente. Como diz Parsons (1939, p. 460, tradução nossa): “A competência técnica, que é uma das principais características definidoras do *status* e papel profissional, é sempre limitada a um particular campo de conhecimento e habilidade”.

Se a especificidade funcional define os limites da atuação do médico, dentro de tais limites as atitudes esperadas dele obedecem à pauta da *neutralidade afetiva* – que é mais um elemento institucional característico das profissões. As implicações emocionais a que estão susceptíveis os pacientes podem, apesar da formação e competência científicas, afetar os médicos em maior ou menor grau. À diferença do engenheiro, que lida, principalmente, com materiais não-humanos, o médico se relaciona, profissionalmente, com seres humanos e o faz em situações que implicam intimidades, privacidades e forte significação emocional. Ademais da especificidade funcional, que reduz a relação médico-paciente a um conteúdo determinado, a neutralidade afetiva, por evitar reciprocidades ao nível afetivo, também contribui para proteger o médico diante da “pressão emocional” – o médico deve ocupar-se de problemas objetivos de um modo também objetivo e justificado cientificamente (PARSONS, 1982).

Em sua análise da prática médica moderna, publicada como parte da obra *The social system* (1951), Parsons observa esses elementos institucionais em um estudo de caso. O sociólogo americano define esse “tipo de estrutura social”, a prática médica, através das “pautas de papel” do médico e da pessoa enferma. Na sociedade ocidental, o papel do médico – que pertence ao tipo geral de papéis profissionais – é funcionalmente específico, universalista e afetivamente neutro. Além disso, à diferença do “homem de negócios”, o médico está coletivamente orientado e não auto-orientado, ou seja, deve colocar o bem-estar do paciente acima dos seus interesses pessoais. Já o papel do enfermo é definido, principalmente, pela sua incapacidade de melhorar por sua própria decisão ou desejo e pela sua obrigação de buscar ajuda tecnicamente competente – isto é, ajuda de um médico – e de cooperar no processo de tratamento. O autor, então, define a relação médico-paciente: o paciente necessita dos serviços técnicos porque nem ele nem seus familiares estão em posição de fazer o que é necessário, não sabem o que precisa ser feito nem como fazê-lo, tampouco dispõem dos instrumentos médicos<sup>6</sup>; o médico, por sua vez, é um *expert* em virtude do seu

---

<sup>6</sup> “Somente uma pessoa tecnicamente treinada tem essa qualificação. E uma das mais sérias incapacidades do profano é que não está qualificado para julgar sobre as qualificações técnicas, em geral ou em particular. Dois médicos podem muito bem emitir diagnósticos opostos sobre o mesmo caso; é certo que com frequência o fazem. Em geral, o profano não está qualificado para eleger entre esses diagnósticos. Nem tampouco está qualificado para eleger o ‘melhor’ médico entre um conjunto. Se for completamente racional, terá que confiar na autoridade profissional, no conselho do profissionalmente qualificado ou na validação institucional” (PARSONS, 1982, p. 410, tradução nossa).

treinamento e experiência especiais e está, portanto, qualificado para ajudar ao paciente. Tal seria o modelo da relação profissional-cliente (PARSONS, 1982).

Sob a perspectiva teórica do funcionalismo, outro sociólogo merece destaque no âmbito do estudo das profissões: trata-se de William Goode (1957, 1960). Dentre suas teorizações, a principal ou mais notável ideia é aquela da *comunidade profissional*. A comunidade da profissão é típica das profissões estabelecidas e também uma meta a ser alcançada pelas ocupações aspirantes: “Cada profissão é uma comunidade sem *locus* físico” (GOODE, 1957, p. 194, tradução nossa). Isso acontece em virtude de algumas de suas características, tais como: (1) os membros são ligados por um senso de identidade; (2) eles compartilham valores em comum: existência de um código de ética profissional; (3) dentro de suas áreas de ação, existe uma linguagem comum, que é apenas parcialmente entendida por pessoas externas à profissão; (4) a próxima geração é “produzida”, não biologicamente e sim socialmente, através do controle sobre processos de seleção, treinamento e socialização; (5) a comunidade tem poder sobre seus membros<sup>7</sup>.

As vantagens desfrutadas pelos profissionais se apóiam em avaliações feitas pela sociedade, pois a comunidade profissional não pode fornecê-las sozinha. Na visão de Goode, tais vantagens representam relações estruturais entre a sociedade e a comunidade profissional. O sociólogo norte-americano ilustra essas relações estruturais ao falar de *socialização e controle social*. A comunidade da profissão deve colocar seus “recrutas” em um processo de “socialização adulta” e manter contínuo controle social sobre a prática profissional – o autor cita profissões, como clero, militar e medicina, que quase isolam seus “recrutas” do contato com o mundo leigo por vários anos. O grupo profissional requer controle sobre seus próprios membros porque os julgamentos, de maneira geral, não coincidem com os dos clientes. Como consequência, os membros precisam de proteção por parte da comunidade profissional, que oferece dois tipos principais de proteção: (1) protege o profissional de acusações de clientes ou do público leigo consideradas indevidas ou sem importância; e (2) estrutura a prática profissional de modo que os membros da comunidade a realizam melhor que pessoas de fora da profissão. Quer dizer, em troca da proteção frente à sociedade leiga, o profissional aceita o controle social da comunidade de sua profissão. Portanto, a sociedade tem obtido um controle

---

<sup>7</sup> É inevitável, aqui, a referência à obra de Tönnies, isto é, mais precisamente, a relevância analítica da distinção entre comunidade (*gemeinschaft*) e sociedade (*gesellschaft*). Na primeira, há um sistema de normas e valores relativamente homogêneo, capaz de se impor a todos os membros do grupo, além da intimidade pessoal, da profundidade emocional. A segunda, por sua vez, é caracterizada por um alto grau de individualismo, de impessoalidade, prevalecendo o interesse particular e o vínculo contratual. Quer dizer: enquanto na comunidade os homens “permanecem unidos apesar de todas as separações”, na sociedade os homens “permanecem separados apesar de todas as uniões” – para uma aproximação entre o conceito de comunidade de Tönnies e o processo de construção de identidades sociais ver Mitjavila (1994).

social indireto, cedendo o controle social direto para a comunidade profissional, que assim pode fazer julgamentos de acordo com suas próprias normas<sup>8</sup> (GOODE, 1957).

Em outro importante ensaio, publicado no ano de 1960, W. Goode busca desenvolver, de maneira bastante sintética, o que chama de o *modelo da profissionalização*. Na opinião do autor, dentre as mais comumente citadas definições do termo profissão, uma unanimidade é revelada: não existem contradições e as únicas diferenças são aquelas da omissão – alguns autores falam de características que outros não reconhecem ou não acham importantes. A sugestão é, portanto, reduzir a lista de traços usados para caracterizar profissão, subtraindo os traços derivados, como poder, prestígio e renda, daqueles que são sociologicamente causais. “Os dois núcleos de características restantes são um prolongado e especializado treinamento em um corpo de conhecimento abstrato, e uma coletividade ou orientação de serviço” (GOODE, 1960, p. 903, tradução nossa). Quando uma ocupação se torna profissionalizada, adquire vários traços que podem ser vistos como sociologicamente derivados das duas características principais. O sociólogo americano cita esses vários traços profissionais: (1) a profissão determina seus próprios padrões de educação e treinamento; (2) o estudante profissional passa por uma experiência de “socialização adulta”; (3) a prática profissional é legalmente reconhecida por alguma forma de licença; (4) a maior parte da legislação referente à profissão é desenvolvida por ela mesma; (5) a profissão dispõe de prestígio, poder e boa renda; (6) o praticante é relativamente livre da avaliação e controle leigo; (7) os membros são mais fortemente identificados com sua profissão.

O artigo de Harold Wilensky – *The professionalization of everyone?* (1964) – tem singular relevância para a sociologia das profissões, especialmente por representar uma tentativa inédita (à época) de síntese das perspectivas funcionalista e interacionista. Na fileira do funcionalismo, o autor formula uma das questões que está no centro de suas preocupações teóricas: quais são as diferenças entre médicos e carpinteiros que nos fazem falar de um como profissional e outro não? O melhor caminho para abordar o problema, sugere, é avaliar criticamente o argumento de que o trabalho está tornando-se profissionalizado. O *chart 1* do artigo rebate a ideia do “trabalho se tornando profissional” de Nelson Foote, refutando argumentos como mais trabalhos manuais envolvem uma técnica especializada, habilidades transferíveis, carreiras reguladas por um grupo de colegas. Esses critérios não ajudam, ou são menos essenciais, para entender e definir profissão. O *modelo tradicional de profissionalismo*

---

<sup>8</sup> Por exemplo, a comunidade profissional avalia seus membros, mas não faz isso publicamente, isto é, não disponibiliza esses dados para o público, porque se assim fosse a utilização das avaliações passaria para as mãos do cliente ou do público leigo, recusando a primazia da comunidade profissional nos casos de controle social (GOODE, 1957).

ainda prevalece. Dois são os critérios de distinção: “[...] (1) O trabalho do profissional é técnico – baseado em sistemático conhecimento ou doutrina adquirido somente através de longo treinamento; (2) o homem profissional adere a normas profissionais estabelecidas” (WILENSKY, 1964, p. 138, tradução nossa).

Ambos os sistemas de pensamento, científico e não-científico, podem servir como base técnica ao profissionalismo, como exemplificam os casos de duas das mais antigas profissões: a medicina, que enfatiza suas raízes nas ciências físicas e naturais, e o ministério ou clero, cujas doutrinas são bem sistematizadas e codificadas. Nas sociedades modernas, onde a ciência desfruta de extraordinário prestígio, as ocupações nela baseadas estão em uma posição favorável para realizar a autoridade profissional. Não obstante, em alguns lugares, o ministério se aproxima das profissões baseadas na ciência em termos de monopólio de reconhecida habilidade. Pois ocupações que, com sucesso, identificam-se com o “sagrado” podem realizar um mandato profissional tanto quanto aquelas que se identificam com a ciência – o ensino universitário, ao longo da história, combinou ambas as estratégias (WILENSKY, 1964).

O critério técnico, entretanto, não é único. O sucesso da alegação profissional, afirma Wilensky (1964), é determinado também pelo grau em que os praticantes se conformam às normas morais que caracterizam as profissões. Normas abrangendo as relações com clientes ditam que o profissional deve ser impessoal e objetivo, evitando envolvimento emocional, restringindo-se às tarefas técnicas, e imparcial, concedendo serviço igual, não discriminado. Normas para as relações com colegas exigem que o profissional mantenha padrões profissionais de trabalho – por exemplo, evitar muito ou pouco trabalho – e esteja consciente dos limites de competência de sua especialidade dentro da profissão – por exemplo, encaminhar clientes para um colega mais competente. Tais normas profissionais, no fundo, significam que o praticante adere a um “ideal de serviço”, isto é, dedicação aos interesses dos clientes mais que ao proveito pessoal ou comercial. Como diz Wilensky (1964, p. 140, tradução nossa): “O ideal de serviço é o eixo ao redor do qual a alegação moral para *status* profissional gira”<sup>9</sup>.

## 1.2 Interacionismo simbólico: o processo das profissões

---

<sup>9</sup> Para uma observação conjunta dos principais argumentos funcionalistas sobre as profissões ver Greenwood (1957).

As abordagens que surgem a partir da perspectiva teórica do *interacionismo simbólico* se direcionam ao processo de transformação das ocupações em profissões, com ênfase nas interações e nos conflitos, bem como nos recursos (reivindicações, discursos, etc.) mobilizados ao longo das etapas desse processo. Os interacionistas não estão preocupados em definir “o que é uma profissão”, pois consideram mais importante identificar as circunstâncias nas quais e pelas quais as ocupações se transformam em profissões, configurando o que se pode chamar de abordagem processual e relacional. Nas palavras de Rodrigues (2002), trata-se de analisar as “profissões como processo”.

Um grande pensador que analisa as profissões sob o olhar do interacionismo simbólico é Everett C. Hughes (*Men and their work*, 1958). Para apreender o fenômeno profissional, o sociólogo de Chicago introduz duas noções fundamentais: (1) diploma (*licence*): autorização legal para exercer determinadas atividades que outras pessoas não podem exercer; e (2) mandato (*mandate*): obrigação legal de assegurar uma função específica. O autor distingue, então, dois atributos essenciais dos profissionais: (1) “saber condenável”, espécie de conhecimento inconfessável que caracteriza um aspecto primordial da relação entre o profissional e seu cliente – autorização para ouvir, mantendo-se em silêncio, informações constrangedoras; e (2) a existência de instituições destinadas a proteger o diploma e conservar o mandato de seus membros: organizações profissionais. Há, ainda, um último critério da análise das profissões de Hughes, em que o grupo profissional é acompanhado do desenvolvimento de uma “filosofia”, de uma “visão de mundo”, que inclui os pensamentos, os valores e as significações implicados por seu trabalho (DUBAR, 2005).

Conforme Bucher e Strauss ([1961] 1991), a *process approach* difere do predominante funcionalismo precisamente porque está focada mais sobre conflitos de interesses e mudanças<sup>10</sup>. O funcionalismo vê uma profissão como uma comunidade relativamente homogênea cujos membros compartilham identidades, valores, definições de papel e interesses. Na verdade, sustentam os autores, a hipótese de relativa homogeneidade dentro da profissão não é inteiramente útil, pois existem muitas identidades, valores e interesses que não representam meramente diferenciação ou variação: coalizões e oposições surgem e se desenvolvem. Bucher e Strauss (1991) denominam *segmentos* os grupos que emergem dentro

---

<sup>10</sup> É preciso advertir que Goode (1960) também dedicou atenção especial aos conflitos de interesses entre profissões, em sua análise sobre as relações entre a sociologia, a psicologia e a medicina nos Estados Unidos dos anos 1950, ainda que seja numa perspectiva diferente em relação aos autores interacionistas. Este fato corrobora a assertiva segundo a qual é bastante difícil precisar com nitidez os limites entre autores e teorias no âmbito da sociologia das profissões.

de uma profissão, e desenvolvem a ideia de que as profissões estão perdendo amalgamações ou ligações de segmentos que perseguem objetivos distintos – estando mais ou menos juntos sob um nome comum. *Professions in process*, artigo que data de 1961, visa à formulação de um modelo processual para o estudo das profissões, concebido como uma alternativa ao predominante modelo funcional.

Os “pontos ilustrativos” apresentados por Bucher e Strauss (1991) advêm, todos, da medicina<sup>11</sup>. Poder-se-ia reconhecer a grande divergência de iniciativa e tentativa que marca a profissão médica, as clivagens que existem na divisão do trabalho e os movimentos intelectual e especialista que ocorrem dentro da chamada “medicina organizada”, argumentam os autores. “O que é distintivo da medicina pertence a certos segmentos dela – grupos não necessariamente ainda especialidades – e pode, realmente, não ser compartilhado com outros médicos” (BUCHER; STRAUSS, 1991, p. 247, tradução nossa). Qualquer médico, provavelmente, concordaria que seu maior objetivo é o cuidado dos pacientes, porém, para os autores, essa é uma representação errônea dos valores e organização da atividade realmente empreendidos pelos vários segmentos da profissão. Existem valores que os segmentos da medicina não compartilham e em relação aos quais eles podem, na verdade, estar em conflito? Bucher e Strauss não só respondem positivamente a esta pergunta como discorrem sobre vários desses valores distintivos e conflitantes – selecionamos alguns.

*O sentido da missão.* É típico do crescimento das especialidades proclamar missões únicas, declarando as contribuições que determinada especialidade, e somente ela, pode realizar e argumentando sobre por que ela é particularmente adequada para uma dada tarefa. Esse tipo de alegação separa o grupo especialista em relação aos demais médicos. Por exemplo, em uma das mais antigas especialidades médicas, a patologia, cuja missão tradicional tem sido servir como ciência básica da medicina, com pouca ou nenhuma ênfase sobre aplicações clínicas, ultimamente (lê-se anos 1960) uma nova geração de patologistas se têm dedicado ao desenvolvimento da patologia como um serviço especializado para praticantes clínicos, ameaçando aqueles que estão ligados à missão tradicional (BUCHER; STRAUSS, 1991).

*Relação com clientes e colegas.* Os relacionamentos entre médicos e pacientes são bastante variáveis, quer dizer, especialidades ou segmentos delas desenvolvem imagens da relação com pacientes que distinguem daquelas de outros grupos médicos. Os pediatras, por

---

<sup>11</sup> Como o leitor deve ter percebido, a medicina, comumente, é a profissão escolhida pelos sociólogos para análise, seja diretamente, como matéria ou objeto de estudo, seja indiretamente, como fonte de exemplo empírico. A profissão médica é considerada o “protótipo profissional”, independentemente de sobre qual corrente sociológica as concepções de profissão estão baseadas.

exemplo, têm criado uma imagem de praticante familiar, para quem não somente a criança doente, mas também os pais e o grupo familiar inteiro são considerados pacientes. A existência de segmentos, por outro lado, limita o relacionamento entre colegas. Um grupo dentro de uma profissão pode ter mais em comum com uma ocupação vizinha do que com seus próprios colegas profissionais – a exemplo dos patologistas orientados para a prática, mais próximos dos clínicos de várias especialidades (BUCHER; STRAUSS, 1991).

*Interesses e associações.* Até que ponto e sob quais condições se pode falar dos profissionais como tendo interesses em comum? Interesses não apenas divergem dentro de uma profissão como podem estar em conflito direto. A patologia apresenta uma particular ilustração do conflito de interesses entre segmentos de uma especialidade médica: patologistas clinicamente orientados *versus* patologistas orientados para a pesquisa. Quanto às associações profissionais, na verdade, elas representam um segmento ou uma particular aliança de segmentos. O caso exemplar, aqui, vem da pediatria. Os pediatras, reconhecendo a necessidade de uma organização que representaria seus próprios interesses independentemente da Associação Americana de Medicina, formaram a *American Academy of Pediatrics* (BUCHER; STRAUSS, 1991).

Além disso, Bucher e Strauss (1991) desenvolvem uma proposta analítica que merece atenção, qual seja, a de *segmentos como movimentos sociais*. Segmentos não são simples diferenciação, pois representam identidades organizadas. Ademais, segmentos não são fixos, quer dizer, perpetuamente definidos, estando, ao invés disso, mais ou menos continuamente em mudança. Mas como analisar esse quadro de diversidade e movimento que acontece dentro das profissões? Pelo menos inicialmente, sugerem Bucher e Strauss, o movimento de segmentos pode ser analisado como análogo aos movimentos sociais. Problemas como condições de origem, recrutamento, liderança, organização, ideologia, etc., presentes nas análises sobre movimentos sociais, são questões que podem ser feitas também para movimentos que ocorrem no interior das profissões. Contudo, advertem os autores, algumas diferenças entre movimentos profissionais e movimentos sociais e políticos precisam ser observadas: (1) movimentos profissionais ocorrem no interior de arranjos institucionais e os segmentos lutam por algum lugar dentro deles; (2) os destinos dos segmentos são interdependentes; (3) os líderes têm reconhecido *status* no campo, operando de posições de relativo poder institucional; e (4) nem todos os segmentos exibem o caráter de um movimento social. “Em qualquer caso”, defendem Bucher e Strauss (1991, p. 259, tradução nossa), “a

existência de segmentos, e a emergência de novos segmentos, adquirem novo significado quando vistos a partir da perspectiva de movimentos sociais dentro de uma profissão”<sup>12</sup>.

Não muito preocupado com a questão do conflito de interesses nas profissões, mas alinhado ao tipo de abordagem processual característico dos interacionistas, especificamente na segunda parte do seu trabalho, Harold Wilensky (1964) desenvolve um estudo incisivo sobre o *processo de profissionalização*. Enquanto pode haver uma tendência geral das ocupações buscarem *status* profissional, poucas das muitas ocupações que existem na sociedade moderna alcançam esse objetivo, diz o autor. Estabelecidas solidamente desde a antiga Idade Média, têm sido as ocupações de direito, clero, ensino universitário e medicina; mais tarde, surgiu a carreira militar; odontologia, arquitetura e engenharia civil estavam profissionalizadas no início dos anos 1900; contabilidade pública surge mais recentemente; algumas estão ainda em processo, como serviço social e medicina veterinária; outras são casos marginais, como biblioteconomia, enfermagem e farmácia. Wilensky (1964, p. 142, tradução nossa) esboça suas inquietações:

Pode uma comparação das poucas ocupações que são, claramente, reconhecidas e organizadas como profissões nos dizer alguma coisa sobre o processo de profissionalização? Existe uma invariável progressão de eventos, um caminho pelo qual elas têm, todas, viajado para a prometida terra profissional? As menos estabelecidas e marginais profissões exibem um padrão diferente?

A *table 1* de seu artigo expressa uma tentativa de tal comparação: resume a história de dezoito ocupações, mostra a sequência que melhor se ajusta ao desenvolvimento das profissões estabelecidas nos Estados Unidos e confirma a ideia de que existe um típico processo ou sequência de eventos.

O processo típico das profissões estabelecidas, então, acontece através da seguinte ordem de acontecimentos. (1) Passagem à ocupação *full-time*; quer dizer, começar a desenvolver suas atividades em tempo integral. Por exemplo, hospitais sempre têm sido mais ou menos administrados, mas o desenvolvimento do hospital moderno criou a ocupação de administração hospitalar. (2) O estabelecimento de uma escola de formação ou treinamento. Se bem que as escolas de treinamento não surgem dentro de universidades, elas sempre se tornam escolas universitárias, desenvolvendo padrões de estudo, graus acadêmicos e programas de pesquisa, para expandir a base de conhecimento. (3) A formação de uma associação profissional. Tal associação busca separar o profissional competente do

---

<sup>12</sup> Os autores, novamente, trazem o exemplo da patologia, em que o segmento clinicamente orientado tem criado forte organização, conseguido departamentos acadêmicos, promulgado código de ética, buscando assegurar a posição dos patologistas em hospitais. Enquanto isso, o segmento cientificamente orientado se encontra em uma posição um pouco defensiva, forçado a reafirmar alguns aspectos de sua identidade e a modificar outros.

incompetente, definir o núcleo de tarefas profissionais – com a consequente alocação do trabalho menos atrativo e compensador para ocupações inferiores –, regular o conflito interno entre praticantes antigos e novos, além da competição com as ocupações vizinhas. (4) O suporte da lei para proteger a área de trabalho: lei de licença (*License law*). Onde a área de competência não é definida de forma clara, o objetivo é a proteção legal do título, por exemplo, engenheiro registrado; onde a área de trabalho é claramente exclusiva, a atuação por algum “externo” pode ser declarada um crime, a exemplo das leis de prática médica. (5) Finalmente, regras para eliminar o não qualificado, reduzir a competição interna, proteger os clientes e enfatizar o ideal de serviço: um código formal de ética (WILENSKY, 1964).

Wilensky (1964) observa que as profissões menos estabelecidas desviam dessa sequência de eventos. As mais novas e marginais profissões, com frequência, adotam novos nomes, anunciam códigos de ética, estabelecem associações nacionais, antes que uma base técnica e institucional tenha sido formada. Por exemplo, em todas as sete ocupações consideradas “em processo” (farmácia, serviço social, medicina veterinária, entre outras) a primeira associação profissional nacional surge antes da primeira escola universitária. Isso acontece em apenas duas das profissões estabelecidas (odontologia e arquitetura). O autor também nota que a estratégia de uma ocupação, seja antiga ou nova, pode exigir, inicialmente, certificação ou licença, independentemente do nível de desenvolvimento da técnica, treinamento ou associação: medicina e direito, por exemplo, eram licenciadas antes de estabelecer uma conexão universitária ou de formar uma associação profissional em nível nacional – a profissão de serviço social, diga-se de passagem, era regulamentada muito antes de lograr avanço em seu referencial teórico e técnico (*cf.* capítulo 3).

Poder-se-ia argumentar que poucas ocupações irão obter o rótulo de “profissões estabelecidas”. De acordo com Wilensky (1964), existem duas principais *barreiras à profissionalização*. A primeira delas é: (1) ameaças organizacionais à autonomia e ao ideal de serviço. Admite-se, frequentemente, que o profissional empregado em uma organização deve aceitar a autoridade superior de não-profissionais. Porém, avalia Wilensky (1964), a questão fundamental da autonomia para os profissionais assalariados é se a organização é imbuída de profissionalismo – grande percentual de empregados profissionais – e se os serviços dos profissionais envolvidos são raros – grande número de ofertas externas de trabalho. Se a resposta for sim para ambos os casos, então o assalariado profissional pode ter mais autonomia em seu trabalho que aqueles profissionais autônomos cuja renda relativamente baixa requer muitos clientes ou que dependem de alguns “clientes poderosos”. E sobre o ideal de serviço, as organizações podem ameaçá-lo? Para Wilensky (1964), ocupações médicas em

hospitais focalizam bem o dilema. Alguns hospitais são operados para o lucro de seus proprietários, e em todos os hospitais os pacientes percebem que muito do que acontece é ditado por considerações não-médicas. Onde rotinas organizacionais comandam o profissional assalariado pode perder de vista as necessidades do cliente mais rapidamente que seu colega autônomo. “Em resumo, talvez a burocracia enfraqueça o ideal de serviço mais que ameaça a autonomia profissional” (WILENSKY, 1964, p. 148, tradução nossa).

Outra principal barreira à profissionalização de muitas ocupações é: (2) ameaças – provenientes das bases de conhecimento – à jurisdição exclusiva. Segundo Wilensky (1964), se a base técnica de uma ocupação consiste de um vocabulário muito simples ou se ela é tão limitada que pode ser aprendida pela maioria das pessoas, tal ocupação terá dificuldade em alegar um monopólio de habilidade e uma jurisdição exclusiva<sup>13</sup>. O conhecimento profissional, acrescenta o autor, é até certo ponto tácito, o que concede às profissões estabelecidas sua “aura de mistério” – advogados, por exemplo, têm sempre cultivado o “mistério da lei”. O público, ou o cliente, vê um mistério nas tarefas profissionais, o qual não é acessível ao homem comum. O conhecimento tácito – “eu sei, mas não posso falar” – ajuda a explicar a jurisdição exclusiva da profissão: “Se uma ocupação é baseada em conhecimento ou doutrina que é demais geral e vago, por um lado, ou demais limitado e específico, por outro, ela não é adequada para realizar a jurisdição exclusiva necessária à autoridade profissional” (WILENSKY, 1964, p. 150, tradução nossa).

### **1.3 As teses do declínio profissional**

#### **1.3.1 Haug e a desprofissionalização**

A tese da desprofissionalização é associada ao trabalho de Marie R. Haug (1973, 1975, 1977). Fundamentalmente, o argumento é de que as profissões estão perdendo sua posição de prestígio e confiança. O monopólio sobre um corpo de conhecimento, a imagem pública positiva, o poder de estabelecer suas próprias regras, estas características, na opinião da

---

<sup>13</sup> A busca do serviço social por uma base técnica é ilustrativa a esse respeito: conhecimento que é demais amplo e vago. Paradoxalmente, conhecimento que é muito limitado e preciso – portanto, no outro extremo – também é uma base fraca para jurisdição profissional (WILENSKY, 1964).

autora, estão desaparecendo e, como resultado, a autoridade profissional está erodindo. Observaremos, aqui, um ensaio publicado em 1975: *The deprofessionalization of everyone?*

Daniel Bell (1968) define a sociedade pós-industrial como caracterizada por uma classe técnica e profissional proeminente, em que o conhecimento será uma fonte central de poder. Um número de sociólogos, assim como Bell, estão predizendo um futuro profissionalizado, sugerindo que o controle do conhecimento científico por uma elite, humanitária e minoritária, conduzirá a uma nova distribuição de poder. No artigo supracitado, Haug (1975) apresenta uma contra-hipótese a essa “predição sociológica convencional” (as palavras são da autora), projetando um *futuro desprofissionalizado*. Ao invés das estruturas organizacionais e burocráticas, o foco é o papel do cliente como o “ingrediente desaparecido” da análise, além das implicações das mudanças tecnológicas.

Os efeitos combinados da ação dos clientes e da tecnologia gerariam um contraproceto de desprofissionalização que envolve, em primeiro lugar, a *erosão do monopólio do conhecimento profissional*. As profissões estariam perdendo o controle sobre seu domínio de conhecimento devido a três fatores fundamentais. (1) Aumento dos níveis educacionais e da sofisticação do público. Educação pública específica em domínios profissionais se tem tornado cada vez mais comum: nos Estados Unidos e na Inglaterra existem livros, revistas, colunas de jornal, programas de rádio e TV, todos de uma ou outra maneira suprimindo educação em saúde; na (antiga) União Soviética, toda clínica tem um escritório especial para educar o paciente, além de cartazes nas entradas e salas de espera que alertam sobre nutrição, higiene, ou explicam sobre equipamentos médicos. (2) Computadorização. Se a educação geral não pode substituir o treinamento acadêmico das escolas profissionais, tal conhecimento, porém, não é necessariamente inacessível. O computador revolucionou a disponibilidade e utilização do conhecimento pelos avanços em termos de armazenamento e recuperação, inclusive do conhecimento profissional, que pode, agora, estar disponível não apenas para aqueles que “sabem”, mas também para as pessoas que “sabem como” acessá-lo<sup>14</sup>. (3) Novas divisões de trabalho em campos profissionais. Na prática médica americana, por exemplo, existem o assistente médico e a enfermeira, bem como o retorno da parteira – algumas enfermeiras, aliás, têm engajado-se em práticas autônomas, sendo que muitas atividades de cuidado com doença e manutenção de saúde podem, eventualmente, escapar das mãos dos médicos. Algumas dessas e outras ocupações

---

<sup>14</sup> Na medicina, ademais, exames físicos computadorizados, como imagens de ultrassom, estão em uso, exigindo ao médico mais treinamento em tecnologia do computador. Na opinião de Haug (1975), a medicina não poderá alegar monopólio sobre um tal conhecimento.

compartilham papéis médicos em várias partes do mundo, dispondo de relativa independência, como o *visitor health* na Inglaterra ou o *barefoot doctor* na China (HAUG, 1975).

A desprofissionalização também inclui a *perda da confiança na imagem humanitária dos profissionais*. Segundo Haug (1975), uma das reivindicações do Movimento Novas Carreiras, na defesa de novas divisões de trabalho em campos profissionais, tem sido de que os membros das profissões deveriam ser responsabilizados por suas ações para o público, não para seus pares (responsabilidade pública). Essa tendência, nos Estados Unidos, expressa-se no aumento dos processos contra práticas mau executadas e nas limitações sobre experimentação médica. O ataque sobre o direito de experimentação médica, os controles e restrições aplicados, por regulamentações governamentais, à pesquisa médica são indicativos do descrédito do humanitarismo profissional. E se o número de processos contra práticas profissionais equivocadas tem aumentado, isso significa, nas palavras de Haug (1975, p. 206, tradução nossa), que “[...] pacientes que processam seus médicos, obviamente, têm perdido a confiança neles”.

Finalmente, a desprofissionalização abrange o *declínio da autonomia e autoridade profissional*. Pode ser que os pacientes nunca tenham aceitado completamente a autoridade dos médicos, ou clientes a autoridade dos profissionais, mas se no passado a contestação era desviante e individual, agora é comportamento normal, modo apropriado de interagir com profissionais. Ambas as faces da autonomia profissional – liberdade da interferência de poder superior e liberdade para exercer poder sobre clientes – são minadas pelas exigências por responsabilidade, o modelo do consumismo, direitos pessoais, que têm caracterizado os anos 1960 e 1970. A profissão médica apresenta uma situação paradigmática. Como a medicina é cada vez mais praticada em clínicas e centros de saúde, pacientes são agregados em salas de espera e podem desenvolver uma “consciência de paciente”: quando queixas e demandas individuais se transformam em grupo organizado, a autoridade profissional sobre clientes é erodida<sup>15</sup> (HAUG, 1975).

Em síntese, no ponto de vista de Haug (1975), as profissões estão perdendo controle sobre seu domínio de conhecimento como resultado da computadorização, novas ocupações na divisão do trabalho e aumento da educação dos clientes e do público. As consequências são

---

<sup>15</sup> Sem desconsiderar a importância do conceito de “autoridade” no contexto do pensamento sociológico, seguimos, aqui como antes, a definição dada pelos estudiosos das profissões (Parsons, 1939; Wilensky, 1964), para quem a autoridade de um profissional resulta diretamente de sua competência técnica, isto é, está baseada no domínio sobre um campo específico de conhecimento e habilidade, o qual não é acessível ao “homem comum”.

as desconfianças para com as decisões profissionais e o declínio do poder e autoridade profissional sobre clientes. Marie Haug (1975, p. 211, tradução nossa) ainda acrescenta: “[...] tendências societais, ambas tecnológicas e ideológicas, estão tornando o conceito de profissão obsoleto”.

### 1.3.2 A proletarização dos profissionais?

A tradicional visão das profissões defende que elas são, em grande medida, livres das formas de controle hierárquico que caracterizam outros tipos de ocupações. Para muitos sociólogos, os profissionais são “autogovernados”. Não obstante, alguns escritores defendem que as profissões têm perdido muito do seu poder e se tornando submetidas ao mesmo controle formal e hierárquico que as demais ocupações (Oppenheimer, 1973; Braverman, 1974). A tese da proletarização enfatiza as circunstâncias do trabalho profissional em grandes organizações. Sua base provém da teoria marxista, para a qual o capitalismo reduzirá, virtualmente, todos os trabalhadores ao *status* de proletariado, dependendo da venda do seu trabalho para sobreviver e desprovido do controle sobre o processo de trabalho. Assim, profissionais que vêm a ser empregados se tornam proletarizados.

Oppenheimer (*The proletarianization of the professional*, 1973) defende a ideia de que os profissionais estão a se transformar num novo proletariado, pois o assalariamento implicaria a perda de privilégios e a aproximação dos profissionais, em termos de atitudes, valores e comportamentos, ao mundo dos operários. O autor sustenta que o aumento do assalariamento e a entrada dos profissionais em organizações dariam origem a uma proletarização técnica, isto é, perda de controle sobre o processo de trabalho, e ideológica, ou seja, expropriação de valores a partir da perda de controle sobre o produto do trabalho (RODRIGUES, 2002) – é interessante notar como alguns autores, baseando-se nesse tipo de raciocínio, entendem a identidade profissional: trata-se da identidade do trabalhador assalariado, que é alienação, negação, isto é, falta de identidade (*cf.* capítulo 3, seção 3.4.1).

O livro de Harry Braverman ([1974] 1987), *Trabalho e capital monopolista*, traz uma série de argumentos que têm relação direta com a hipótese da proletarização dos profissionais. O princípio fundamental da organização industrial Braverman (1987) entende como sendo a *divisão minuciosa do trabalho*. Pois o capitalismo subdividiu, sistematicamente, o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas e simplificadas. A divisão do trabalho na

indústria capitalista é o “parcelamento” dos processos de fabricação de um produto em numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores. É a criação do “trabalho parcelado”. Toda fase do processo de trabalho é separada do conhecimento e preparo especial e reduzida a simples trabalho.

Braverman (1987) atribui grande importância ao papel desempenhado pela *gerência* e à atuação do *sistema gerencial*. O capitalismo industrial começa quando um significativo número de trabalhadores é empregado por um único capitalista. Tão logo os produtores foram reunidos, surgiu o problema da gerência em forma rudimentar. O capitalista se empenha, através da gerência, em controlar: “O controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais” (BRAVERMAN, 1987, p. 68). A chamada “gerência científica” significa um esforço no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos do controle do trabalho nas empresas capitalistas. Não é a melhor maneira de trabalhar que Taylor buscava, mas sim uma resposta ao problema específico de como controlar melhor o trabalho, inclusive impondo ao trabalhador a forma como ele deve ser executado. O estudo dos processos de trabalho deve reservar-se à gerência e ser obstado aos trabalhadores, e esse “monopólio do conhecimento” deve ser utilizado para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. Assim, concepção e execução – ou trabalho mental e manual – devem tornar-se esferas separadas do trabalho<sup>16</sup>.

Mas quais são, de fato, os *efeitos da gerência*? Segundo Braverman (1987), a organização do trabalho em tarefas simplificadas, sob a concepção e controle da gerência, exerce um efeito degradante sobre a capacidade técnica do trabalhador. Para a maioria dos trabalhadores, o mundo do trabalho está cada vez mais destituído de qualquer conteúdo de qualificação e conhecimento científico – os vínculos entre o trabalhador e a ciência estão quase rompidos. Antes do monopólio da gerência sobre a ciência, a profissão era o principal repositório da produção técnico-científica; o profissional estava vinculado ao conhecimento técnico e científico de seu tempo na prática diária de seu ofício. A “gerência científica” destituiu os trabalhadores de seu conhecimento, impondo-lhes um “[...] processo de trabalho acerebral no qual sua função é a de parafusos e alavancas” (BRAVERMAN, 1987, p. 121).

Um caso ilustrativo Braverman (1987) busca na situação dos engenheiros. Entre 1880 e 1920, o número de engenheiros de todos os tipos (mecânicos, elétricos, químicos, etc.)

---

<sup>16</sup> Braverman (1987) observa, ainda, a funcionalidade da maquinaria. Além de aumentar a produtividade do trabalho, a maquinaria no sistema capitalista tem também a função de destituir o trabalhador do controle sobre seu próprio trabalho. Ou seja, a máquina oferece à gerência a oportunidade de fazer por meios mecânicos aquilo que ela pretendia fazer por meios organizacionais. A automação coloca os processos de trabalho sob o controle dos gerentes e elimina a necessidade de conhecimento por parte dos trabalhadores.

aumentou cerca de dois mil por cento nos Estados Unidos. Este aumento enorme e continuado de engenheiros ensejou uma nova ocupação de massa, sendo que a engenharia passou a exibir algumas das características dos demais empregos de massa: racionalização e divisão do trabalho, simplificação de tarefas, mecanização, tendência à baixa salarial e algum desemprego. Mesmo na função de projeto, muitos engenheiros ficaram restritos a uma rotina, deixando a concepção para a gerência. Ademais, alguns projetos podem ser executados por e através de computadores, transferindo parte da função do engenheiro para o equipamento eletrônico e operadores menos qualificados.

Nem mesmo a gerência está imune à minuciosa e simplificada divisão do trabalho. Na moderna empresa monopolista, a camada gerencial se tornou muito grande e suas funções foram sendo ampliadas rapidamente; existe agora um complexo de departamentos, cada um dos quais assumindo uma única função. A administração é exercida não mais por um único gerente ou por um grupo deles, mas por uma organização de funcionários sob o controle de gerentes. Assim é que o “trabalho alienado” se tornou parte do próprio sistema gerencial. Como comprova a *situação dos trabalhadores em escritório*. No princípio, o escritório era o local do trabalho mental (concepção) e a oficina o local do trabalho manual (execução). Uma vez que o próprio escritório se tem sujeitado à racionalização, as funções de pensamento e planejamento se concentraram em grupos cada vez menores dentro do escritório, enquanto que para os demais empregados o escritório passou a ser o lugar do trabalho manual tal como no piso da fábrica. O computador, por exemplo, atua como instrumento de mecanização do escritório, e esse sistema automático de processamento de dados se assemelha aos sistemas automáticos da produção (BRAVERMAN, 1987).

Conseqüentemente, o mercado de trabalho para as duas principais variedades de trabalhadores, escritório e fábrica, começa a perder algumas de suas distinções de estratificação social. Funcionários de escritório e operários cada vez mais se misturam na mesma família. De acordo com Braverman (1987, p. 299-300): “A tendência verificada de uma ampla classe média não proletária se voltou à criação de um vasto proletariado sob nova forma”. Os níveis médios do emprego administrativo e técnico, a gama de categorias intermediárias, muitas vezes chamadas de “nova classe média”, assumem as características de ambos os lados: não apenas recebem suas parcelas de privilégios e recompensas do capital como também carregam as marcas da condição proletária. Engenheiros, técnicos, contadores, professores, etc., para estes empregados, seu verdadeiro lugar nas relações de produção, sua condição de subordinação como tantos outros empregados assalariados, fazem-se cada vez

mais sentir. “Em tais ocupações, a forma proletária começa a afirmar-se e a imprimir-se na consciência desses empregados”<sup>17</sup> (BRAVERMAN, 1987, p. 345).

### 1.3.3 A réplica de Freidson

Um insigne estudioso das profissões, o sociólogo norte-americano Eliot Freidson, dedicou uma parte de seus escritos a responder, contestar e refutar os argumentos dos proponentes das chamadas teses do declínio profissional. Em um artigo publicado em 1984 (*The changing nature of professional control*), o autor critica as teorias da desprofissionalização e da proletarização, concluindo que as evidências disponíveis não suportam nem uma nem outra dessas hipóteses.

Haug focaliza eventos culturais e políticos dos anos 1960 e início da década de 1970 e supõe que eles persistiriam e ainda se intensificariam no futuro. Porém, segundo Freidson (1984), muitos desses movimentos têm entrado em colapso e outros, se não têm desaparecido completamente, pelo menos se tornaram atenuados e alterados por contramovimentos. A ênfase sobre a força dos movimentos de consumidores – particularmente, os grupos de autoajuda e segmentos do movimento feminista – é central para a tese da desprofissionalização. Entretanto, com exceção daqueles grupos formalmente organizados e conduzidos por “programas profissionais”, o movimento de consumidor, na atualidade (lê-se anos 1980), não é forte como era no início de 1970.

Freidson (1984) critica também os argumentos de maior educação do público e dos clientes e da capacidade do computador defendidos por Haug como indicadores do declínio profissional. Ainda se o público tem mais educação formal que no passado, tal é uma educação geral ou, quando é especializada, propaga-se para muitos campos diferentes, afirma o autor. Hoje, o cliente ou consumidor é capaz de avaliar informação técnica especial muito mais do que era antigamente, mas como essa capacidade tem crescido, a quantidade e a qualidade do conhecimento especializado também têm aumentado. Enquanto os clientes atuais podem ser mais informados, o conhecimento e competência técnica dos profissionais

---

<sup>17</sup> Uma questão metodológica importante. Harry Braverman (1987, p. 33) diz, logo no início de sua obra, o seguinte: “[...] é a classe [trabalhadora] como um todo que deve ser estudada, e não uma parte arbitrariamente escolhida dela”. A sociologia das profissões, vale lembrar, sempre desenvolveu estudos abordando uma determinada profissão como caso empírico – pensar nos estudos sobre a medicina. Aliás, será possível fazer uma análise adequada sobre profissionais “os colocando no mesmo barco que operários”?

continuam a se expandir. De modo semelhante, diz Freidson (1984), assim como a capacidade do computador em armazenar conhecimento codificado não pode ser ignorada, são os membros de cada profissão que determinam o que é para ser armazenado e de que maneira isso deve ser feito. “Em resumo”,

enquanto os eventos focalizados pelos proponentes da tese da desprofissionalização são importantes, o argumento de que membros das profissões estão perdendo seu relativo prestígio e respeito, sua *expertise*, ou seu monopólio sobre o exercício da *expertise* ao longo do tempo não é persuasivo (FREIDSON, 1984, p. 08, tradução nossa).

Para avaliar a validade da tese da proletarização dos profissionais, duas questões precisam ser respondidas. Primeiro, o número de profissionais caracterizados por *self-employment* – trabalho autônomo – tem declinado? Não há evidências de que isso está ocorrendo nos Estados Unidos, e as estatísticas revelam que a proporção de trabalhadores autônomos tem sido estável ao longo do século XX. Além disso, observando as cinco profissões tradicionais – medicina, direito, militar, clero e ensino universitário – vemos que três delas nunca envolveram trabalho autônomo. E quando examinamos as ocupações designadas como moderna categoria técnico-profissional, percebemos que a maioria dos membros das mais novas profissões também têm sido, tipicamente, empregados. A segunda questão é: a situação de empregado proporciona autonomia econômica? Claro que sim. Inclusive, as condições do trabalho autônomo no atual contexto histórico não permitem dizer que o *self-employed* desfruta de melhor recompensa e segurança econômica e mais autonomia no trabalho que o empregado (FREIDSON, 1984).

É típico dos profissionais serem empregados antes que autônomos. Eles são usualmente empregados por organizações: escolas, hospitais, firmas de advogados, faculdades, etc. À medida que estas organizações se têm tornado maiores e mais complexas, profissionais são integrados numa burocracia. Alguns analistas acreditam que os profissionais estão insatisfeitos, até mesmo alienados, em organizações burocráticas. Freidson (1984) discorda. Para o autor, a primeira linha da supervisão hierárquica dos empregados profissionais é sempre preenchida por um profissional e, ainda que gerentes ou administradores possam tornar-se indispensáveis, é ele quem exerce o “último controle”<sup>18</sup>. E onde o trabalho dos empregados profissionais é formalmente delineado em algum aspecto,

---

<sup>18</sup> Para que os empregados profissionais de organizações burocráticas sejam vulneráveis à “racionalização do trabalho” e à direção administrativa, de modo a perder autonomia e controle sobre seu trabalho, a gerência teria de fazer ao trabalho profissional o mesmo que fizera antes com o trabalho manual, ou seja, dividi-lo numa série de operações simples, mecânicas e isoladas que pessoas com treinamento mínimo podem realizar. Seria preciso, portanto, “racionalizar” dessa forma o trabalho de médicos, advogados, cientistas, professores, e assim por diante (FREIDSON, 1998).

isso não é feito por *outsiders* (gerentes ou administradores) que têm expropriado as habilidades profissionais, mas antes por membros de alguma profissão que têm especializado-se na realização de tal tarefa. Freidson (1984, p. 17, tradução nossa) sustenta, então, que “[...] enquanto a formulação, direção e execução do controle do trabalho profissional permanecer nas mãos de membros da profissão, não é intelectualmente útil empregar um ou outro dos conceitos de proletarização ou desprofissionalização”.

Noutro lugar, Freidson (1998) aponta que, não obstante boa parte dos argumentos de autores como Haug e Oppenheimer não ter validade empírica, alguns deles se fundamentam em tendências que são inquestionáveis. Primeiro, sustenta-se que a tendência à especialização no interior das profissões contribui para a perda da autonomia e poder profissional. Mas o desenvolvimento da especialização nas profissões é diferente da experiência do trabalhador fabril, porque são os próprios trabalhadores profissionais que se especializam, sem perder controle sobre seu trabalho, não ocorrendo uma simples divisão de tarefas por uma autoridade superior. Segundo, para defender a profecia da desprofissionalização ou da proletarização se recorre à tendência da crescente complexidade na divisão do trabalho. No sistema de saúde atual, por exemplo, a divisão do trabalho médico se tem tornado cada vez mais complexa, mas nem por isso os médicos perderam seu monopólio sobre a organização e a supervisão do trabalho. Terceiro, há a tendência bastante observada do emprego em grandes organizações. Ora, padres em igrejas, que são organizações, nunca foram autônomos, e o mesmo se pode dizer de um professor universitário: será que isso quer dizer que eles foram e são membros do proletariado?

Membros de profissões como a medicina e a advocacia têm a opção de serem profissionais autônomos. Outros, como engenheiros, professores, cientistas, precisam trabalhar nas e para as organizações. A condição formal de estar empregado não é uma medida do poder profissional. Empresas privadas e órgãos públicos variam em seu modo de organização e podem apresentar grande diferença no poder dos profissionais de determinar o conteúdo e as metas de seu trabalho. Mais importante: as habilidades profissionais são transferíveis de um local de trabalho para outro, o que reduz a dependência na obtenção do emprego, principalmente quando se consegue limitar a oferta de profissionais qualificados, mantendo, assim, a demanda em alta (FREIDSON, 1998).

Em caso algum que eu conheça, foi documentada uma genuína proletarização ou uma literal desqualificação de profissionais: uma dose significativa de arbítrio parece ser um requisito social intrínseco para o trabalho que os profissionais reivindicam. Essa zona de arbítrio pode gerar, por sua vez, a capacidade de resistir a tentativas de controle por parte de outros (FREIDSON, 1998, p. 78).

#### 1.4 A doutrina das profissões

Alguns autores se empenharam em destacar, com alguma veemência, uma suposta base ideológica ou doutrinária – e, conseqüentemente, não científica – da teoria das profissões, em especial sob o modelo funcionalista (Gyarmati, 1975; Roth, 1974). Sustentam a hipótese de que a sociologia das profissões não passa de uma ideologia disposta a favorecer, principalmente, aquelas ocupações profissionais estabelecidas – e muitos sociólogos, então, seriam “portavozes” dessas profissões. Ressaltam, ademais, os “efeitos negativos” dos privilégios e do poder que os profissionais desfrutam na sociedade moderna. A ideia de que existe uma *doutrina das profissões* (Gyarmati, 1975) é emblemática a esse respeito e, portanto, merece uma atenção especial.

“[...] Como nós veremos, as profissões estão entre os mais importantes grupos de poder em quase todo país do mundo, e particularmente nas sociedades industrializadas” (GYARMATI, 1975, p. 629, tradução nossa). Para o autor, duas das mais notáveis características das profissões, que as distinguem de outras ocupações, autonomia e monopólio profissional, são atributos do seu poder excepcional dentro da divisão social do trabalho. As profissões projetam a imagem de que elas usam esse poder exclusivamente para o benefício da sociedade, sem tirar vantagem de suas prerrogativas especiais. Mas existe, segundo Gyarmati (1975), uma crescente suspeita de que o poder acumulado pelas ocupações profissionais, ao invés de ser usado em favor da sociedade como um todo, está, na prática, servindo aos interesses particulares das profissões.

É comum definir profissão mediante critérios como orientação de serviço, longo período de treinamento especializado, monopólio e autonomia profissional, código de ética, grande prestígio, e assim por diante. De acordo com Gyarmati (1975), uma análise mais acurada mostra que essas e outras características não descrevem um fenômeno empírico, porque são elementos de um argumento central em que algumas delas servem como postulados e as outras como corolários, deduzidos dos postulados. “Eu chamarei esse argumento”, diz o autor (1975, p. 631, tradução nossa), “a doutrina das profissões”.

As características usadas para definir profissão podem ser separadas em dois grupos: postulados ou premissas, cuja validade depende de verificação empírica; e corolários, deduzidos das premissas. Premissa geral: as profissões executam tarefas essenciais à vida, segurança e bem-estar da sociedade. Premissas especiais: (1) conhecimento profissional:

através de longo período de treinamento especializado, os profissionais adquirem um corpo sistemático de conhecimento teórico; (2) orientação de serviço: os profissionais colocam os interesses dos seus clientes à frente dos seus próprios interesses. Corolários: (1) para o maior benefício da sociedade, as profissões devem ter autonomia, ou seja, o direito de estabelecer suas próprias regras; (2) a seleção e o treinamento dos candidatos devem ser de exclusiva responsabilidade da profissão, sem qualquer interferência externa; (3) somente aqueles que têm realizado o processo de treinamento e obedecido às regulações podem ser autorizados a exercer a profissão; (4) as profissões têm o poder de coordenar e supervisionar as atividades de várias ocupações complementares dentro de um setor da divisão do trabalho; (5) para induzir pessoas apropriadas ao sacrifício de uma carreira profissional é preciso incentivos em termos de vantagens econômicas e *status* social. A “doutrina das profissões” seria constituída por esse conjunto de premissas e corolários (GYARMATI, 1975).

A “doutrina” legitimaria essas extraordinárias prerrogativas (os corolários), projetando-as como lógicas e necessárias derivações das premissas iniciais. Para Gyarmati (1975), então, é preciso examinar a validade empírica da “doutrina” em geral e das premissas em particular<sup>19</sup>. Ao analisar a *premissa da orientação de serviço*, o autor defende que para que os códigos de ética tenham efetividade, antes que mera retórica, duas condições devem ser preenchidas. Em primeiro lugar, deve haver definições operacionais, padrões claramente definidos para estabelecer, em cada caso, que ações obedecem e quais violam a orientação de serviço. Em segundo lugar, deve existir um mecanismo apropriado para assegurar obediência a esses padrões bem como punir sua violação. Nem uma nem outra dessas condições estão preenchidas, diz Gyarmati. E acrescenta: mais do que não existir tais definições operacionais, sua construção teórica seria contrária ao princípio de autonomia. Se o profissional deve ter liberdade para definir o que seu cliente necessita, uma tal definição pode ser feita para coincidir com o seu interesse particular, o que faz do conceito de orientação de serviço, na avaliação de Gyarmati (1975), “totalmente ambíguo e impreciso”.

Examinando a *premissa do conhecimento profissional*, Gyarmati (1975) acredita que muitas ocupações, que têm pouca autonomia e nenhum monopólio legal em sua esfera de atividade, exigem conhecimento que é mais complexo e abstrato que aquele necessário a algumas das profissões estabelecidas. Em outras palavras, existiriam numerosos casos em que a aquisição do conhecimento exigido por algumas das mais poderosas profissões é menos

---

<sup>19</sup> Bastaria dizer a Gyarmati que é impossível comprovar a existência empírica de uma doutrina, seja qual for, haja vista que se trata de um conjunto de ideias e pressupostos que, como tal, não se pode testar empiricamente.

difícil que aquele requerido por ocupações que gozam de pouca ou nenhuma das prerrogativas profissionais. Além disso, a estratégia de aumentar o número de matérias abstratas e prolongar o período de treinamento, em certos casos, pode conduzir a um “divórcio” entre o que os estudantes aprendem nas escolas profissionais e as tarefas para as quais eles são chamados a desempenhar. Ou seja, muito do conhecimento que é ensinado na formação profissional pode ter, de fato, pouco a ver com o serviço realmente oferecido, “[...] mas muito a ver, por outro lado, com a luta para realizar maior autonomia e um mais completo monopólio” (GYARMATI, 1975, p. 637, tradução nossa).

Tudo isso quer dizer que às premissas sobre as quais os corolários da “doutrina das profissões” estão baseados falta validade. Porém, como uma doutrina baseada em falsas premissas pode servir para conquistar e consolidar o poder profissional? Para Gyarmati (1975), a “doutrina das profissões” tem raízes ou se ajusta perfeitamente à ideologia dominante da sociedade. Um aspecto dessa ideologia, que serve como *link* com as profissões, é a *doutrina da competição das elites*. O autor utiliza a expressão “grupos elitistas” para designar aqueles que empregam alguma variável que os distinguem do restante da sociedade como meio ou justificação para se estabelecer em uma posição de poder. Se eles são bem sucedidos e conquistam poder, tornam-se elites dominantes. “Por essa definição, as profissões são, claramente, elites dominantes” (GYARMATI, 1975, p. 638, tradução nossa). Porque elas utilizam aquelas variáveis em que, supostamente, sobressaem-se, isto é, as premissas de conhecimento e orientação de serviço, para obterem privilégios de poder para si mesmas.

Este autor ainda ressalta que é preciso algum tipo de organização para agir como uma “ponte” entre a “doutrina das profissões” e a da competição das elites. Tal é o papel desempenhado pelo sistema educacional e pelas universidades. Se as ocupações que garantem prestígio, poder e uma boa renda são relativamente poucas em todas as sociedades, é necessário um sistema que elimine os “elementos excedentes”, relegando-os a postos inferiores dentro da divisão do trabalho. Para cumprir seu papel eliminatório nas sociedades industriais, o sistema educacional reconhece somente o treinamento recebido dentro do sistema formal como válido para se candidatar às posições de elite. Dentro desse processo de eliminação, as universidades ocupam uma posição chave, na medida em que, para ter acesso a uma “ocupação de elite”, um certificado muito especial é exigido: um diploma universitário (GYARMATI, 1975).

Gyarmati (1975) destaca também que as profissões precisam ampliar seu campo de monopólio, adquirir mais autonomia, controlar seus membros, lutar contra ocupações concorrentes, etc. Isso acontece na esfera política, mediante pressão direta ou indireta sobre os

poderes executivo e legislativo – afinal, os privilégios profissionais devem ser protegidos por lei. Finalmente, o círculo se fecha, e o autor pode reafirmar sua posição teórica e/ou política: “A doutrina das profissões, que é baseada na suposição de superior conhecimento e orientação de serviço, é empregada para legitimar as prerrogativas de poder que as ocupações desejam obter (ou têm já obtido) por meio do processo de profissionalização” (GYARMATI, 1975, p. 648, tradução nossa).

### 1.5 Poder profissional

Na esteira do movimento crítico e dessas diferentes abordagens e interpretações do fenômeno profissional, surge uma pluralidade de teorias, no curso das décadas de 1970 e 1980, preocupadas com o tema do *poder das profissões*. Terence Johnson (*Professions and power*, 1972) é o primeiro a defender a necessidade de centrar a análise nas relações de poder. Para o autor, o principal fundamento do poder que as profissões têm obtido na sociedade moderna resulta da contribuição do grupo profissional às “funções globais do capital”. Ou seja, a posição de uma ocupação na divisão do trabalho é consequência de sua contribuição à produção do lucro, à realização do capital e à reprodução das relações sociais que asseguram a manutenção do modo de acumulação capitalista (RODRIGUES, 2002).

Magali Larson (*The rise of professionalism*, 1977) considera que as comunidades profissionais são, sobretudo, um elemento de delimitação do mercado de trabalho, sendo seu traço característico o monopólio e o fechamento sobre um mercado de serviços profissionais. Para definir e manter a segmentação monopolista e fechada do mercado de trabalho, os meios utilizados seriam o controle do acesso à profissão (controle do sistema de ensino) e a proteção do mercado (sistema de licenças). A autora coloca a ênfase do poder profissional no controle e nos processos de monopolização ou fechamento do mercado de trabalho (RODRIGUES, 2002).

Autores neweberianos como Parkin (1979) e Collins (1990) utilizam o conceito de *fechamento – closure*: elaborado por Max Weber para designar grupos sociais que monopolizam o acesso a recursos e oportunidades, geralmente de natureza econômica – para a análise das profissões, entendendo-as como ocupações bem sucedidas em seu projeto de fechamento com base em credenciais educacionais. Assim, o “credencialismo” seria uma forma de “fechamento social” ou uma regra de exclusão social mediante a qual os grupos

profissionais monopolizam mercados de serviços e privilégios na hierarquia ocupacional. E o Estado é quem estabelece esse monopólio em bases legais, garantindo as credenciais acadêmicas como critério exclusivo para prestar serviços profissionais. Logo, as profissões se tornam “grupos legalmente privilegiados” ou, como quer Collins (1990), “grupos de *status*”: ocupações que se organizam como comunidades fechadas, com suas culturas particulares, símbolos, identidades coletivas – além, é claro, de sua posição privilegiada no mercado de trabalho (DINIZ, 2001).

Outros teóricos se situam no lado oposto, isto é, reconhecem o poder das profissões, mas o valorizam positivamente. As teses do “pós-industrialismo”, Bell (1976), Galbraith (1973), Tourani (1970), destacam a crescente importância do conhecimento e o domínio de uma elite que controla o conhecimento científico, de uma classe profissional e técnica mais proeminente, bem como a emergência de uma sociedade mais profissionalizada. Tendem a considerar a relevância da ciência e do conhecimento científico nas sociedades avançadas e, portanto, das profissões enquanto formas de organização social. Autores como Gouldner (1979) e Perkin (1989) defendem a emergência de uma nova classe, a classe profissional numa sociedade profissional. Já Serge Mallet (1975) aponta a emergência de uma nova classe trabalhadora, considerando que os trabalhadores em setores de alta tecnologia, mais qualificados, adquiriram maior autonomia, subvertendo as distâncias hierárquicas tradicionais (RODRIGUES, 2002).

### **1.5.1 Conceitos de Eliot Freidson**

Muitas análises sobre as profissões e os profissionais parecem ter surgido como derivações de um projeto intelectual e/ou político maior, cuja preocupação central está na estrutura de desigualdades sociais, ou sistema de estratificação social, portanto, mais sintonizado com a teoria de classes. Daí resultaram, aliás, posições literalmente antinômicas – e, ao mesmo tempo, extremas – sob as quais as profissões foram tidas ou como “sem poder algum” ou como “com poder demais”. Eliot Freidson, considerado o grande sociólogo das profissões, procurou desenvolver um quadro teórico-conceitual entendendo as profissões como ocupações históricas específicas e evitando enquadrá-las numa classe ou fração de classe. Nas páginas seguintes, buscamos reunir e resumir suas concepções teóricas mais fundamentais.

Começaremos falando do *conceito de profissão*. Grande parte do debate sobre as profissões se dirigiu para sua definição: que ocupações podem ou devem ser chamadas profissões? Algumas listas de características demonstraram uma persistente falta de consenso sobre que traços ou atributos deveriam ser destacados. Alguns analistas se manifestaram contra a própria tentativa de definição e outros sugeriram desviar a atenção para o processo de profissionalização, mas essa omissão não resolve o problema. De acordo com Freidson (1998), o problema da definição que tem perturbado o campo da sociologia das profissões por mais de meio século resulta do fato de tratar profissão como um conceito genérico ao invés de histórico e mutável, desconsiderando seu enraizamento específico numa nação industrial influenciada por instituições anglo-americanas. Os principais escritos teóricos levaram em conta um “conceito institucional” que considera profissão um número muito limitado de ocupações que compartilham traços ideológicos e institucionais específicos. Diferente de muitos países europeus (Rússia, Alemanha, França, entre outros), onde o importante é ter um diploma de educação superior, os profissionais na Inglaterra e nos Estados Unidos conquistaram sua posição menos pelo prestígio das escolas onde estudaram e mais por seu treinamento e habilidades ocupacionais. Freidson (1998) chama a atenção: não é por acaso que a literatura sobre profissões é, quase inteiramente, anglo-americana, e esse “conceito institucional” é uma construção histórica que se refere a uma quantidade limitada de sociedades<sup>20</sup>.

O crescimento das profissões no século XX fez despertar algo que estava adormecido desde a Revolução Industrial: o *princípio ocupacional de organização do trabalho*. Opõe-se ao que poder-se-ia chamar princípio administrativo, presente na teoria da racionalização da sociedade e do trabalho de Max Weber. Trata-se do desenvolvimento de uma outra fonte de controle sobre o trabalho, que retira das mãos da administração a autoridade de criar e dirigir o conteúdo e o desempenho do trabalho. Tal fonte de organização do trabalho é resultado da profissionalização das ocupações:

Poderíamos definir a profissionalização como um processo pelo qual uma ocupação organizada, geralmente, mas nem sempre, por alegar uma competência esotérica especial e cuidar da qualidade de seu trabalho e de seus benefícios para a sociedade, obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, controlar o

---

<sup>20</sup> Freidson (1998), aqui, faz sua sugestão. Uma teoria das ocupações poder-se-ia desenvolver de forma abstrata e buscando uma aplicabilidade ampla e geral. Uma teoria das profissões, por sua vez, desenvolveria meios apropriados para compreender um fenômeno concreto, mutável, histórico, nacional. Seria preciso reconhecer que não existem traços ou características únicos, que possam enquadrar todas as ocupações chamadas de profissões. A tarefa de uma teoria das profissões é documentar a inconsistência de um fenômeno empírico, com pouco terreno para generalizações, abstando-se de buscar a “essência abstrata” como o fez a literatura tradicional.

treinamento para ele e o acesso a ele e controlar o direito de determinar e avaliar a maneira como o trabalho é realizado (FREIDSON, 1998, p. 98).

Depois que uma ocupação se torna plenamente profissionalizada, mesmo dentro de uma organização, a administração pode controlar os recursos relacionados com o trabalho, mas não pode controlar a maneira como os trabalhadores o fazem. Nas organizações de serviços profissionalizados, tais como escritórios de advocacia, hospitais, escolas, centros de pesquisa, etc., a tarefa central em torno da qual giram todas as outras é realizada e/ou controlada por trabalhadores profissionais – e não por trabalhadores semiespecializados diretamente submetidos à autoridade administrativa, como na fábrica. Quer dizer, a administração pode controlar os termos e as condições do trabalho, mas é o profissional que controla o próprio trabalho ou o conteúdo do trabalho. O princípio ocupacional, portanto, é o “[...] exercício de autoridade sobre o trabalho pelas próprias ocupações, frequentemente com o respaldo do Estado, que aprova uma jurisdição e um licenciamento exclusivos”<sup>21</sup> (FREIDSON, 1998, p. 102).

A profissionalização compreende também o estabelecimento da “autoridade da *expertise*” para a *coordenação de uma divisão do trabalho*. Os serviços profissionais em organizações como escolas e hospitais constituem as atividades estratégicas e mais importantes na divisão do trabalho dentro da organização como um todo. Isso supõe que o trabalho de muitas outras ocupações na organização gire em torno do serviço profissionalizado. Assim, na medida em que realiza e controla o serviço principal, a profissão deve controlar também as tarefas que dão suporte ou apoio a esse serviço. Logo, não é a administração e sim a profissão que coordena a divisão do trabalho na organização. O caso da medicina é ilustrativo: a profissão exerce um poder de supervisão sobre uma crescente quantidade de trabalhadores técnicos – como, por exemplo, aqueles cujos produtos (raio X, análise de laboratório) são utilizáveis somente por médicos –, dominando, assim, uma divisão do trabalho (FREIDSON, 1998).

Uma ocupação bem sucedida estabelece um “cercado social exclusivo” (Parkin, 1979) no mercado de trabalho, através de um “projeto de mercado” (Larson, 1977). Estes termos, na opinião de Freidson (1998), possuem conotações pejorativas porque se originam na teoria de classes, haja vista sua inerente preocupação com a desigualdade. Para evitar as conotações

---

<sup>21</sup> É o poder do Estado que garante à profissão o direito exclusivo de utilizar e avaliar um corpo determinado de conhecimento e competência. O privilégio profissional tem um alicerce político, pois assenta em uma base legal. Daí que a manutenção e a melhoria da posição do grupo profissional no mercado e na divisão do trabalho exigem uma contínua atividade política. A profissão deve tornar-se um grupo de interesse para, simultaneamente, promover seus objetivos e se proteger daqueles que têm intenções concorrentes (FREIDSON, 1998).

pejorativas, o sociólogo norte-americano sugere o termo de Marcia Freedman (1976): *abrigos no mercado de trabalho*. Alguns profissionais formam grupos organizados, estáveis, autônomos e conquistam uma força relativa no mercado. Para isso, precisam obter algum controle sobre a oferta de trabalho que entra no mercado (controlar o número de profissionais) e sobre o conteúdo da procura do trabalho que fornecem. Nos Estados Unidos, por exemplo, a medicina determina quantos médicos são treinados, quem são os escolhidos, como deve ser o treinamento e quem pode obter licença para trabalhar, controlando, assim, o mercado de trabalho para seus serviços. E as profissões organizadas obtêm – através de influência nos órgãos regulamentadores do Estado – o direito de descrever o emprego para seus membros bem como determinar os requisitos de educação e treinamento a serem seguidos pelos empregadores. “Um abrigo de mercado de trabalho representa controle ocupacional sobre a oferta e sobre a substância da demanda”<sup>22</sup> (FREIDSON, 1998, p. 121).

Outra ideia que merece destaque é aquela da *formalização do controle profissional*. No passado o controle profissional era, em grande medida, informal, sustentando uma relação harmônica entre colegas. Eventos recentes têm enfraquecido consideravelmente as bases de tal relação, reforçando e formalizando as diferenças de prestígio e autoridade que sempre têm existido dentro das profissões. A aplicação de leis “antitruste”, por exemplo, visa substituir a autorregulação profissional pela competição no mercado – é a desregulação ou regulação via mercado. As consequências do aumento da competição intraprofissional não são simplesmente econômicas. O tradicional código de ética, além de restringir a competição entre colegas, também ajudava a manter uma certa solidariedade dentro da profissão. Outro costume antigo que preservava a solidariedade profissional era evitar críticas públicas e formais à competência e à ética de colegas. Inclusive, os órgãos disciplinares das associações profissionais raramente censuravam seus colegas e tanto menos revogavam suas licenças. A desregulação atual exige a exposição pública das diferenças entre colegas, e pressões políticas têm forçado as profissões a serem mais ativas, colocando colega contra colega. O *live-and-let-live* do passado – a conspiração do silêncio e da tolerância – tem sido questionado: agora, profissionais devem julgar uns aos outros e, mais importante, fazer isso formalmente e, às vezes, publicamente (FREIDSON, 1984).

As grandes organizações profissionais, na atualidade, mantêm um corpo administrativo em tempo integral. Enquanto os “profissionais comuns” se preocupam,

---

<sup>22</sup> Um “abrigo” seguro no mercado de trabalho requer: identificação dos membros legítimos da ocupação; capacidade de negociar coletivamente com consumidores e o Estado; relação com outras ocupações dentro de uma divisão do trabalho; capacidade de singularizar tarefas, alegando que somente os membros da ocupação possuem a competência necessária para realizá-las de forma adequada (FREIDSON, 1998).

sobretudo, com a realização do trabalho cotidiano e seus problemas práticos, os membros supervisores da profissão tendem a ter uma perspectiva organizacional. Quer dizer, há uma divisão aberta e formal entre os profissionais da prática ou do trabalho produtivo e a *elite administrativa da profissão*. O corpo administrativo está em posição de afirmar poder econômico e administrativo, porém não técnico ou cognitivo, haja vista que não produz o conhecimento que utiliza para dirigir e avaliar o trabalho do profissional praticante. A origem de tal conhecimento está em outra elite profissional, composta por aqueles que se dedicam, em tempo integral, à pesquisa. Esse grupo constitui a *elite do conhecimento da profissão* e seus membros tanto ensinam nas escolas profissionais quanto investigam novas áreas<sup>23</sup>. E essa é a nova organização corporativa da profissão e das relações entre seus membros: uma elite formula os padrões, outra elite dirige e demais profissionais realizam o trabalho prático (FREIDSON, 1984).

Freidson (1998) dedica uma parte considerável de seus escritos mais recentes à defesa do *profissionalismo como modelo de organização do trabalho*. A questão central que está na base do debate sobre profissionalismo é como organizar e controlar o trabalho dos profissionais. Dois modelos muito distintos de organização do trabalho se destacam na crítica ao profissionalismo. Os economistas neoclássicos atacam o profissionalismo porque o consideram uma barreira à liberdade individual dos trabalhadores e dos consumidores no mercado – o modelo analítico é o do mercado livre de Adam Smith. Críticos conservadores e alguns radicais acusam o profissionalismo de obstruir a construção de um sistema planejado e eficiente de serviços submetido a um controle centralizado, seja privado ou do Estado – esse é o modelo da burocracia racional-legal de Max Weber. O profissionalismo, entretanto, pode ser concebido como uma alternativa ao mercado livre e à burocracia<sup>24</sup>. Como um método de organização do trabalho, o profissionalismo difere do mercado livre e da burocracia por seu princípio de que os membros de uma ocupação especializada controlam seu próprio trabalho, ou determinam o conteúdo do seu trabalho.

O modelo profissional se baseia na noção democrática de que as pessoas são capazes de controlar a si próprias por meios coletivos, cooperativos, e de que, no caso de um

---

<sup>23</sup> Numa profissão como a de Serviço Social parece haver uma verdadeira cisão entre os profissionais tidos como “teóricos” e os profissionais da prática, a tal ponto que uma pesquisadora chega a concluir que “eles não se entendem” e parecem “não falar a mesma língua” (Gentili, 1998) – cf. capítulo 3, seção 3.4.2, principalmente no que concerne aos problemas identitários daí decorrentes.

<sup>24</sup> Trata-se de três modos distintos de organizar um mercado de trabalho. No mercado livre, os trabalhadores competem livremente em busca de empregadores ou clientes e quem deve estar no comando é o consumidor, tendo como principal incentivo o ganho material. O mercado burocrático é organizado e controlado de forma hierárquica, sendo comandado pelo administrador e cujo incentivo maior é a segurança. O mercado profissional, por sua vez, é organizado pelas ocupações especializadas, sob o controle do próprio trabalhador e motivado pelo respeito ou aprovação dos colegas e pela qualidade do trabalho (FREIDSON, 1998).

trabalho complexo, aqueles que o realizam estão em melhor condição para garantir que seja bem feito. Ele contém em si o pressuposto de que as pessoas, quando podem controlar seu próprio trabalho, e quando seu trabalho, na medida em que é especializado, é complexo e desafiador, têm maior probabilidade de se comprometer com ele do que se alienar dele (FREIDSON, 1998, p. 221).

Sociólogos acusam as profissões de práticas excludentes que contribuem para a desigualdade; cientistas políticos acusam os profissionais de formarem “governos privados” indiferentes para com as necessidades públicas; economistas, por sua vez, acusam as profissões de serem monopolistas e interferirem no livre funcionamento do mercado. Aqueles que se opõem a estas críticas têm sido membros e representantes de alguma profissão reconhecida, gerando maior atenção à profissão individualmente, em detrimento do profissionalismo. Como diz Freidson (1998, p. 225): “Os que defendem sua própria profissão não defendem outras e chegam a se juntar aos que as atacam”. Os defensores, prisioneiros de suas associações profissionais, têm mostrado-se pouco conscientes de que todas as profissões compartilham um interesse comum, o qual está ameaçado por modelos alternativos de organização do trabalho. Ora, o modelo do profissionalismo é muito mais útil e relevante para a defesa das profissões<sup>25</sup> (FREIDSON, 1998).

## **1.6 Sociologia das profissões e identidade profissional**

Surpreendemo-nos ao perceber que o campo da sociologia especializado no estudo das profissões, tradicionalmente, não se tem preocupado, de maneira teórica ou empírica, com a formação da identidade dos membros das profissões que estuda. Sempre que um ou outro autor, vinculado à disciplina, menciona o termo identidade profissional, nada mais acrescenta ou explica, dando a entender que é algo bastante conhecido e consensualmente aceite. É certo que muito se tem falado sobre valores, normas, papéis e símbolos profissionais, ou até mesmo de uma “cultura profissional”, mas o fato é que nada disso tem sido colocado a propósito da identidade profissional. Contudo, isso não inviabiliza totalmente a possibilidade de extrair

---

<sup>25</sup> Freidson (1998) reconhece que, empiricamente, o profissionalismo tem carências e problemas a resolver. As profissões, sempre que possível, usaram seu monopólio para promover interesses econômicos de seus membros e relutaram em julgar adequadamente o desempenho no trabalho. Por isso, admite que os modelos burocrático e de mercado livre poderiam ser utilizados para reduzir custos e controlar desempenhos, mas somente alguns de seus elementos e com grande cautela: pois, acima de tudo, os profissionais devem exercer arbítrio ou autonomia técnica em seu trabalho.

algumas ideias e conceitos que surgem no interior da sociologia das profissões os quais podem ser relacionados ou contribuir com a análise das identidades profissionais.

Quando T. Parsons (1939, 1951) fala em *orientação coletiva* não estaria, indiretamente, abordando um aspecto geral da identidade dos profissionais? A ideia funcionalista de que os profissionais em geral – e o médico, em particular – colocam a necessidade dos clientes ou pacientes à frente dos seus interesses pessoais pode parecer, numa análise superficial, a descrição de um elemento consolidado objetiva e subjetivamente na existência ou na vida cotidiana dos profissionais. Seria como se a identidade profissional fosse caracterizada, fundamentalmente, por um certo altruísmo próprio dos profissionais, o que seria mais visível no caso dos médicos, pois a carreira de medicina, na teoria parsoniana, exige um “tipo de personalidade com orientação de serviço”. Antes de tudo, porém, é preciso esclarecer, com Parsons, que a orientação coletiva da “pauta profissional” está estabelecida em uma série de expectativas de conduta e atitude institucionalizadas, sendo que as motivações egoístas e altruístas se conformam a tais expectativas. Quer dizer, a diferença entre o profissional e o “homem de negócios”, em termos de interesse coletivo frente ao autointeresse, é, em princípio, institucional e não motivacional. É certo que o médico deve colocar o bem-estar do paciente acima do seu interesse particular, seja financeiro ou não (isso está disposto no código de ética profissional), mas há toda uma série de práticas que são legítimas para o “homem de negócios” – por exemplo, rechaçar clientes sem dinheiro – e que não são permitidas ao médico. Vemos, portanto, que a orientação coletiva, tal como é definida por Parsons e pelo funcionalismo, tem uma natureza institucional e impositiva, ou seja, um caráter obrigatório, tal qual uma norma ou regra social. Seria como se um “mandamento” profissional genérico – a obrigação do altruísmo – passasse, de maneira automática, a formar parte da identidade. Seja como for, a ideia de orientação coletiva foi desenvolvida como um elemento institucional típico das profissões, sem nenhuma referência, explícita ou implícita, à questão das identidades profissionais – e qualquer relação teórica possível ou imaginável entre uma e outra deve estar muito bem precavida.

É muito frequente relacionar a construção das identidades profissionais com processos de socialização profissional. Talvez W. Goode (1957, 1960) seja o primeiro autor a dedicar atenção especial ao que denomina *processo de socialização adulta*, pelo qual os postulantes à profissão devem passar obrigatoriamente. De acordo com o sociólogo americano, a “comunidade profissional” deve colocar seus “recrutas” em procedimentos específicos de socialização e controle social – algumas profissões, como clero, militar e medicina, praticamente isolam seus futuros membros do contato com o mundo leigo por vários anos.

Nesse processo de “socialização adulta” os estudantes profissionais apreendem um conjunto de valores os quais devem compartilhar com todos os membros da “comunidade profissional” – há um código de ética ou etiqueta que determina o comportamento profissional adequado em relação à sociedade, colegas praticantes e clientes. Uma das consequências dessa socialização profissional, segundo parece, é o fato de tornar os membros mais fortemente identificados com sua profissão, isto é, os (futuros) profissionais são a partir daí, como diz Goode, ligados por um “senso de identidade”. Pois bem, tudo indica que, aqui, estaríamos mais próximos, teoricamente, da formação das identidades profissionais. Entretanto, a experiência de “socialização adulta” se restringe exclusivamente ao período de treinamento por que passa o estudante profissional: assim, socialização e treinamento profissional seriam praticamente a mesma coisa. É nessa fase de aprendizado, então, que o futuro profissional interioriza os valores característicos da profissão, a partir do que se identifica com a “comunidade profissional” e adquire o “senso de identidade”. Em se tratando de uma análise voltada à construção das identidades profissionais – o que não é objetivo de W. Goode –, essa homologia entre socialização e treinamento profissional e a simples incorporação dos valores da profissão (ainda na condição de estudante) constituem sérias limitações, além do que fatores importantes – como, por exemplo, as relações e condições do trabalho profissional – não figuram na ideia concisa da “socialização adulta”.

Uma outra teoria a respeito da *socialização profissional* encontramos em E. Hughes (1958), que busca explicar os procedimentos “internos” ou subjetivos de socialização pelos quais cada indivíduo profissional deve passar. O sociólogo de Chicago apresenta um modelo de socialização profissional concebido como uma iniciação (no sentido etnológico) à cultura profissional e como uma conversão (no sentido religioso) do indivíduo a uma nova concepção do mundo e a uma nova identidade. Três são os mecanismos específicos da socialização profissional em Hughes. Primeiro, o que o autor denomina “passagem através do espelho” e consiste em submergir na cultura profissional, entendida como distinta e contrária à cultura profana (daí o sentido de espelho, em que o escrito aparece de modo inverso ou contrário). Segundo, a ocorrência de uma dualidade entre o modelo ideal e o modelo prático da profissão, onde se percebe que as tarefas cotidianas têm pouco a ver com a imagem simbólica do profissional. No processo de socialização, haveria interações com “outros significativos” (escolhas de papéis), que buscam reduzir essa dualidade e possibilitar “passagens constantes de um modelo para outro” – a existência de um grupo de referência dentro da profissão em relação ao qual se projeta, por antecipação, um futuro profissional tem particular relevância nesse processo. O terceiro mecanismo da socialização profissional em Hughes concerne à

“fase da conversão final”, onde se abandona os chamados estereótipos e se supera a dualidade entre os modelos ideal e prático: trata-se de um ajuste de “concepção de si”, ou melhor, de identidade, vinculado às chances de carreira profissional no futuro (DUBAR, 2005).

Esse modelo de socialização profissional proposto por E. Hughes é – assim como o autor, intelectualmente falando – tributário da posição teórica do interacionismo simbólico e da chamada Escola de Chicago. Hughes descreve um processo que acontece, do começo ao fim, na consciência do profissional, cujo ponto central reside no momento em que ocorreria uma espécie de identificação com “outros significativos” – que pertencem a um “grupo de referência” dentro da profissão –, a partir do que o indivíduo profissional supera os estereótipos e projeta uma futura carreira. A socialização, nestes termos, seria um processo de interiorização dos símbolos, das significações e da “visão de mundo” característicos da cultura profissional e de interação, emotiva e subjetiva, com determinados profissionais – que são os “outros significativos” da profissão –, daí resultando uma nova “concepção de si”, isto é, uma nova identidade. Se bem que essa socialização não se reduz ao período de treinamento profissional, como no caso da “socialização adulta”, ainda assim não se considera as condições objetivas que cercam e condicionam o exercício profissional: as relações de trabalho, o mercado de serviços profissionais, a legislação referente à profissão, a relação política do grupo profissional com o Estado, a autonomia profissional no trabalho, etc. Na socialização profissional tal como é definida por E. Hughes esses tópicos não entram no “processo”, são claramente prescindíveis, pois os “símbolos” e as “interações” profissionais são muito mais relevantes – e, ao que parece, independentes, autônomos.

A ideia de que existe uma *cultura profissional* (Greenwood, 1957) também poderia ser associada à questão das identidades profissionais. Se bem que cada profissão desenvolve sua própria “subcultura” – exemplo: subcultura da engenharia, subcultura da medicina, etc. –, E. Greenwood, apesar disso, prefere falar da cultura profissional de um modo genérico. Segundo o autor, a cultura de uma profissão consiste de seus valores – que são as crenças básicas de um grupo profissional –, normas – que são como guias que orientam o comportamento profissional adequado nas situações com clientes, com os pares e com a sociedade – e símbolos – isto é, os emblemas, a história, os membros importantes, até mesmo as vestimentas da profissão. Greenwood ainda destaca, a respeito da cultura profissional, a importância da carreira: o trabalho profissional nunca é visto como um meio para um determinado fim, porque ele é um fim em si mesmo; uma carreira profissional pode ser entendida como um “chamado”, uma vida devotada ao trabalho. O autor defende, então, que o “recruta” precisa fazer um efetivo ajustamento à cultura profissional, através de um processo

de aculturação no qual o estudante profissional internaliza os valores sociais, as normas de comportamento e os símbolos da profissão a que aspira. Pensando teoricamente na formação das identidades profissionais, os limites dessa análise são precisamente os mesmos que aqueles observados em outro autor funcionalista (W. Goode), como a restrição ao período de treinamento, a interiorização automática de valores profissionais e, em especial, a inobservância das condições concretas nas quais o profissional deve realizar seu trabalho e construir, cotidianamente, sua carreira.

Até que ponto, afinal, falar em *valores profissionais* pode nos levar a compreender algum ou alguns aspectos da identidade profissional? Bucher e Strauss (1961) ressaltam a “grande divergência de valores” que acontece em várias profissões, em particular na medicina. Na avaliação dos autores, existem valores que os diversos “segmentos” da medicina não compartilham e, inclusive, entram em conflito por causa desses valores – a exemplo da divisão entre missão de pesquisa e prática clínica que acontece na patologia, uma das tradicionais especialidades médicas. Se pensarmos no sentido de que, no interior de uma profissão, existem diferentes e conflitantes valores profissionais, e pudermos relacionar isso com a construção da identidade dos seus membros, a consequência seria a formulação de uma hipótese que defende a emergência de várias identidades profissionais dentro de uma única profissão<sup>26</sup>. Considerando essa ideia de “valores conflitantes” de Bucher e Strauss, talvez estaríamos mais distantes de um possível aspecto da identidade profissional, principalmente se supusermos que um sistema de normas e valores relativamente homogêneo, próprio de relações comunitárias e mais “socializantes”, é mais propício ao desenvolvimento identitário<sup>27</sup>. Na perspectiva funcionalista, ao contrário, os valores profissionais formam ou integram um conjunto unificado, de modo que todos os membros de uma profissão compartilham valores em comum e constituem uma “comunidade profissional” com um considerável grau de homogeneidade. Porém, como vimos anteriormente, os autores funcionalistas (Goode, Greenwood) reduzem a socialização profissional ao período de treinamento ou aprendizado, desconsiderando as condições e relações de trabalho bem como outros fatores importantes, além do que defendem uma suposta interiorização de valores que

---

<sup>26</sup> Os conflitos entre profissionais, juntamente com as interações sociais, adquirem centralidade nalgumas teorias devotadas à análise da formação das identidades profissionais, mas sob o ponto de vista das relações intersubjetivas ou “significantes”, considerando-se os elementos simbólicos presentes nesses conflitos (cf. capítulo 2). No caso particular da profissão de Serviço Social, alguns autores levaram adiante a ênfase nos conflitos profissionais e chegaram a formular a hipótese de uma identidade plural e diversificada (cf. capítulo 3, seção 3.4.2).

<sup>27</sup> De acordo com Mitjavila (1994), o papel de relações sociais comunitárias nos processos de constituição de identidades sociais é fundamental, devido às suas “forças socializantes” e tendo em vista a existência de um sistema de normas e valores mais homogêneo.

aconteceria, por assim dizer, de uma maneira automática. Na verdade, seja a partir do interacionismo ou do funcionalismo, a ideia de valores profissionais não parece contribuir muito com a análise das identidades profissionais, sobretudo se se considerar os valores da profissão independentemente das condições objetivas que circunscrevem o exercício profissional (mercado de trabalho, legislação, remunerações, autonomia profissional, etc.).

Seria um tanto forçado buscar alguma relação entre as *teses do declínio profissional*, da desprofissionalização e da proletarização, e o tema identidade profissional? Se, primeiro, concordarmos com uma ou outra dessas hipóteses e, segundo, considerarmos sua persistência nos dias atuais, quiçá poderíamos afirmar, por conseguinte, uma suposta “crise de identidade profissional”. Se acreditarmos, com M. Haug (1975), que os profissionais estão perdendo sua posição de prestígio e confiança – seu *status* profissional –, devido ao “ativismo” dos clientes e à tecnologia, ou se estamos convencidos de que os profissionais, empregados em organizações burocráticas, não dispõem de qualquer autonomia e estão submissos diante da autoridade administrativa, como quer H. Braverman (1974), então poderíamos dizer que eles não mais se reconhecem como tais, estão, evidentemente, descontentes com a perda de seu poder e a desconfiança, enfim, que sua identidade profissional está em crise. Isso seria uma consequência, digamos, automática do declínio das profissões: os profissionais experimentaríamos uma perda também em termos de sua identidade. Teoricamente falando, entretanto, essas ideias não permitem avançar no sentido da análise da formação das identidades profissionais – recorde-se, aliás, que as teses da desprofissionalização e da proletarização são polêmicas e foram muito contestadas no marco da sociologia das profissões (cf. seção 1.3.3). Ainda assim, tais teses alertam, hipoteticamente, para condições estruturais que devem estar sempre presentes quando se deseja entender adequadamente a identidade compartilhada pelos membros de uma profissão.

A concepção amplamente defendida por E. Freidson de que os profissionais têm o direito de determinar e avaliar a forma como seu trabalho deve ser executado – o que é designado pelo autor como *princípio ocupacional* – pode ser de grande valia à análise das identidades profissionais. De acordo com o sociólogo americano, os membros das profissões reconhecidas exercem um considerável “arbítrio” na maneira como realizam suas atividades profissionais, dispendo de uma “autonomia técnica” através da qual obtêm o controle do conteúdo de seu trabalho especializado. Isso diz respeito tanto aos profissionais liberais ou autônomos quanto àqueles empregados por organizações. Essa capacidade de controlar o próprio trabalho – que pode variar conforme a profissão, país considerado, contexto histórico, condições particulares, etc. – tem muito a ver, no nosso entendimento, com a construção da

identidade do profissional. Uma certa dose de autonomia e liberdade na hora de decidir sobre qual a maneira mais adequada de executar seu trabalho parece ser um requisito essencial para que o profissional tenha ou desenvolva um compromisso para com o trabalho que realiza e a qualidade dos seus resultados. Correlativamente, sem uma quantidade plausível de tempo, equipamentos, assistência e outros recursos, os profissionais não conseguem realizar um bom trabalho e sua “autonomia técnica” perde o sentido, colocando em risco o compromisso profissional com o trabalho. Portanto, essa noção de princípio ocupacional – observando-se, sempre, as condições estruturais que lhe estão associadas – pode contribuir muito com a análise das identidades profissionais, sobretudo porque a “autonomia técnica” de que Freidson fala repetidamente representa um pré-requisito ou então condiciona o desenvolvimento do compromisso e da identidade profissionais.

Discutindo sobre os “futuros da profissionalização”, E. Freidson (1998) argumenta que a organização social das profissões estimula o desenvolvimento de diversos tipos de *compromissos profissionais*. Na medida em que uma ocupação organizada oferece a expectativa de uma carreira vitalícia e segura, espera-se que seus membros desenvolvam um compromisso e uma identificação com a ocupação (compromisso ocupacional). Tendo em vista que uma ocupação organizada deve controlar as características de recrutamento, treinamento e de emprego, seus membros, provavelmente, terão experiências ocupacionais comuns ou muito semelhantes ao longo da carreira profissional, de modo que essa experiência compartilhada incita o compromisso com os colegas, isto é, o coleguismo (solidariedade ocupacional). A organização profissional, ademais, ao assegurar jurisdições ou áreas exclusivas de trabalho relativamente estáveis, permite a realização de um conjunto específico de tarefas durante toda a vida produtiva, do que resulta o compromisso do trabalhador profissional para com o trabalho especializado que ele realiza (compromisso com o trabalho). A organização das profissões responde, pois, pelo compromisso e identificação dos profissionais com sua ocupação, seus colegas e seu trabalho<sup>28</sup>. Essa ideia de compromisso profissional e, especialmente, de como surge e se desenvolve o comprometimento dos profissionais com sua profissão e seu trabalho – o que é explicado, por Freidson, em função da organização ocupacional – nos sugere um caminho analítico interessante para observar a formação das identidades profissionais. Parece que o modo e o grau com que uma ocupação é

---

<sup>28</sup> Sobre o atributo profissional de “orientação de serviço” tão apregoado pela literatura tradicional, E. Freidson (1998) sustenta que não há dados ou referentes empíricos de que os profissionais colocam os interesses dos clientes e da sociedade acima dos seus interesses pessoais e se dedicam a servir aos outros e ao bem comum. O sociólogo sugere, inclusive, que a noção de “orientação de serviço” deva ser tratada mais como elemento de uma ideologia do que como característica concreta do comportamento profissional.

capaz de se organizar profissionalmente, sobretudo através da atuação política de sua associação profissional, constituem um fator importante a ser considerado também em termos de compromisso com colegas e o trabalho e, por conseguinte, de identidade dos membros da profissão.

Finalmente, temos de observar de perto a pesquisa apresentada por H. Wilensky (1964) que aborda quatro tipos diferentes de *orientações profissionais*: o autor analisa um certo número de dados empíricos sobre o embate entre orientações profissional, carreirista, missionária e para o cliente. Aqueles membros praticantes altamente identificados com a profissão, voltados para sua competência e habilidades técnicas e orientados em direção ao grupo de colegas configuram um tipo de orientação chamado de “profissional ou disciplinar”. Outros profissionais são mais identificados com a organização para a qual trabalham e orientados no sentido de construir uma carreira dentro da hierarquia organizacional, estando preocupados em progredir no espaço de trabalho ou emprego através de promoções internas – essa é a orientação “carreirista ou organizacional”. Alguns profissionais se orientam para e através de determinados movimentos sociais, sendo fortemente identificados com a direção política e ideológica desses grupos – geralmente, participaram ou participam de movimentos sociais –, daí resultando uma orientação que se poderia chamar de “missionária”. Wilensky acrescenta um outro indicador, a orientação “para o cliente”, em que o profissional está mais preocupado com a qualidade dos seus serviços e os resultados, orientando-se ao reconhecimento por parte dos clientes. Admitindo ser frequente a combinação de elementos de diferentes tipos de orientação – a cultura da burocracia invade as profissões e a cultura do profissionalismo invade as organizações –, o autor testa empiricamente estas ideias, isto é, os tipos de orientação profissional, com relação a três grupos profissionais: advogados, engenheiros e professores (excluindo, porém, a “orientação missionária”). H. Wilensky observa que os resultados confirmam a existência do embate entre, por um lado, profissionalismo (maior nos professores) e carreirismo (mais alto para os engenheiros) e, de outro lado, entre orientação para os colegas ou profissionalismo e orientação para os clientes (mais elevada nos advogados). Contudo, a conclusão aponta para um profissional que, no futuro, combinará orientações profissional e não-profissional, compatível com a interpenetração dos modelos burocrático e profissional: orientações profissionais baseadas em um grupo de colegas misturar-se-ão com orientações carreiristas baseadas em uma organização (*mixed orientations*). Esta análise de Wilensky sobre as orientações profissionais chama atenção para diversos fatores que podem intervir e, inclusive, preponderar, desde a relação com os colegas e a busca por competência, passando pela inserção em organizações e

a busca por uma posição privilegiada dentro delas, até uma possível identificação política com movimentos sociais, além, é claro, da relação diferencial que se pode estabelecer com os clientes. Se tal análise pode contribuir com outra, sobre as identidades profissionais, então devemos reconhecer a complexidade e a diversidade dos elementos que cercam as profissões, os quais, seja em termos de orientação ou de identidade, precisam ser diligentemente observados conforme o grupo profissional e o contexto geográfico e histórico em questão.

Nenhuma dessas ideias e conceitos que buscamos no interior da sociologia das profissões, entretanto, foram criados a propósito das identidades profissionais – e não podemos cobrar dos autores algo que eles não se propuseram a fazer. Tentamos vincular ou relacionar algumas teorizações empreendidas no curso histórico desse campo disciplinar com a análise da formação das identidades profissionais, buscando contribuições que, implícitas e indiretas, porque formuladas a respeito de outros assuntos relativos às profissões, ainda assim nos fazem observar com maior afinco diversos fatores que circunscrevem a identidade dos profissionais (socialização profissional, valores, autonomia, etc.). Algumas noções parecem estar bem próximas do tema, como orientações profissionais, compromissos profissionais, ou até mesmo cultura profissional, mas apesar de que possam contribuir em alguma medida, essas e outras ideias desenvolvidas por importantes sociólogos das profissões esbarram no fato de que, quando foram elaboradas, não tinham a identidade profissional ao seu alcance analítico. Contudo, o campo sociológico especializado no estudo das profissões, mesmo que não se tenha preocupado teoricamente com a questão das identidades profissionais, deixa ensinamentos ou lições de fundamental relevância: um deles, quiçá o principal, é que a identidade dos profissionais nunca pode ser estudada em si mesma, como se fosse independente, autônoma, porque há uma série de condições objetivas relacionadas à profissão (mercado de trabalho, organização profissional, legislação, autonomia, etc.) que, em última instância, condicionam a identidade de seus membros.

## CAPÍTULO 2

### **IDENTIDADE PROFISSIONAL: perspectivas teóricas e modelos analíticos**

Como dissemos antes (*cf.* introdução), os estudos que envolvem o tema identidade profissional se encontram dispersos em várias áreas das ciências sociais e humanas, alguns deles vinculados à psicologia social, outros desenvolvidos no âmbito da sociologia do trabalho e das ocupações. Conforme apontou prévio levantamento bibliográfico, algumas perspectivas teóricas e modelos analíticos<sup>29</sup> têm predominado nesses estudos e na maioria das reflexões e discussões que se referem às identidades profissionais. O quadro categorial formulado pelo sociólogo francês Claude Dubar, a posição teórica que considera a identidade como resultado dos processos de socialização – levada a cabo pelo mesmo autor – e o conceito sociopsicológico de representação social – oriundo dos trabalhos de Serge Moscovici – são os modelos teórico-analíticos mais utilizados e que mais influenciam o debate quando o assunto é identidade profissional.

Tais perspectivas teóricas comportam uma tendência, explícita ou implícita, ao que podemos chamar de “reducionismo subjetivista”, no sentido de que buscam explicar a constituição das identidades profissionais a partir das percepções subjetivas dos indivíduos, das interações sociais, dos momentos comunicativos, das relações intersubjetivas, etc. – e isso ao preço do esquecimento das condições objetivas que balizam a profissão e o exercício profissional. A estes modelos teórico-analíticos dedicamos parte substancial do capítulo por vez inaugurado. Completa o texto uma reflexão preliminar acerca da noção de *habitus* – na acepção de Pierre Bourdieu – e de sua possível utilidade analítica no que diz respeito à identidade profissional – devido, principalmente, à maneira como resolve o embate entre subjetivismo e objetivismo.

---

<sup>29</sup> O leitor poderá perceber, aqui, certa redundância. Cabe explicar que a reflexão apresentada vai além das categorias de análise diretamente dirigidas à identidade profissional (modelos analíticos), pois pretende alcançar os pontos de vista teóricos sobre a realidade social e profissional (perspectivas teóricas) que norteiam tais instrumentos.

## 2.1 O quadro teórico-analítico de Dubar

Talvez o sociólogo de maior destaque no âmbito dos estudos sobre identidades profissionais seja o francês Claude Dubar. Situado mais próximo à sociologia do trabalho e das ocupações do que propriamente à sociologia das profissões, Dubar se tem dedicado a formular um quadro analítico e a aplicá-lo em diversas pesquisas empíricas que têm como objeto de estudo a “construção das identidades sociais e profissionais”. Muito crítico com relação à teoria tradicional das profissões, sobretudo na sua versão funcionalista (e norte-americana), o autor evita fazer distinções claras entre profissões e ocupações, inclui em seus estudos várias e diferentes categorias de trabalhadores, bem como atribui atenção especial ao chamado “sistema de emprego”. Além disso, está bastante influenciado pela perspectiva teórica do interacionismo simbólico (G. H. Mead, E. Hughes, A. Strauss, P. Berger e T. Luckmann, dentre outros), atribuindo papel fundamental à interação social e à subjetividade nos processos de formação das identidades profissionais – embora reconheçamos a importância de Dubar como referência no assunto, nossa posição em relação à sua teoria, como se verá, é extremamente crítica.

De acordo com o sociólogo francês, a posição definida sobre a identidade é estritamente “nominalista”, no sentido de que não existe nenhuma identidade “essencial” em qualquer que seja o campo social, sendo todas as identidades “denominações” relativas a uma época histórica e a um contexto social. A identidade, nestes termos, nunca é dada, sendo sempre construída e reconstruída em um espaço de incerteza e de uma forma mais ou menos duradoura. Tal é a definição de identidade de Dubar (2005, p. 136):

Desse ponto de vista, a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições [...].

Na elaboração teórica de Dubar (2005), há dois “eixos de identificação” de uma pessoa considerada “ator social”: sincrônico, ligado a um contexto de ação em um espaço dado, e diacrônico, ligado a uma trajetória subjetiva e a uma interpretação da história pessoal. É na articulação desses dois eixos que intervêm as maneiras como cada um se define, como ator de um sistema determinado e produto de uma trajetória específica. Na “abordagem sociológica das identidades”, como define sua teoria, Dubar (2005) se concentra em definir instrumentos ou categorias de análise que sejam operacionais para pesquisas empíricas. Para

facilitar o entendimento, agrupamos tais categorias de forma bem sintética e registramos os conceitos correspondentes.

O *processo identitário biográfico* é definido como uma construção no tempo, pelos indivíduos, de identidades sociais e profissionais a partir das categorias oferecidas pelas instituições sucessivas (família, escola, mercado de trabalho, etc.). Por *atos de pertencimento* se entende aqueles que exprimem “que tipo de homem (ou mulher) você quer ser”: interiorização ativa, incorporação da identidade pelos próprios indivíduos – só pode ser analisado no interior das trajetórias sociais nas e pelas quais os indivíduos constroem *identidades para si* (DUBAR, 2005).

O *processo identitário relacional* concerne ao reconhecimento, em um momento dado e no interior de um espaço determinado, das identidades associadas aos saberes, competências e imagens de si propostos e expressos pelos outros indivíduos nos sistemas de ação. Os *atos de atribuição* visam definir “que tipo de homem (ou mulher) você é”: atribuição da identidade pelas instituições e pelos agentes que estão em interação direta com os indivíduos – só pode ser analisado no interior dos sistemas de ação nos quais o indivíduo está implicado. É a *identidade para o outro* (DUBAR, 2005).

Mas esses dois processos identitários, para além de distintos, podem estar separados um do outro. Dubar (2005) sugere, então, “estratégias identitárias” destinadas a reduzir a distância entre as duas identidades. Por um lado, transações externas entre o indivíduo e os “outros significativos”, visando acomodar a identidade para si à identidade para o outro: *transação objetiva*. De outro lado, transações internas ao indivíduo, entre a necessidade de salvaguardar uma parte das identificações anteriores (identidades herdadas) e o desejo de construir para si novas identidades no futuro (identidades visadas), com vistas a assimilar a identidade para o outro à identidade para si: *transação subjetiva*. Segundo o autor, a abordagem sociológica por ele desenvolvida faz da articulação entre as duas transações a chave para compreender o processo de construção das identidades sociais e profissionais.

Dubar (2005) levanta a seguinte indagação: como caracterizar os diversos resultados dessas duas transações? E responde em seguida. A transação subjetiva pode levar a uma *continuidade* entre identidade herdada e identidade visada, ou a uma *ruptura* entre a definição de si da trajetória anterior e a sua projeção no futuro. As identidades construídas em continuidade implicam um espaço unificado de realização, ou seja, um “sistema de emprego” no qual os indivíduos mobilizam trajetórias contínuas; já as identidades construídas em termos de ruptura requerem uma dualidade entre dois espaços, dada a impossibilidade de construir uma identidade de futuro no interior do espaço produtor da identidade passada. A

transação objetiva, por sua vez, pode levar a um *reconhecimento* social ou a um *não-reconhecimento*. No primeiro caso, há uma instituição que legitima a identidade visada pelo indivíduo; no segundo caso, o reconhecimento não é alcançado, o futuro da instituição não coincide com o do indivíduo.

Toda a última parte do livro de Claude Dubar (2005), incluindo quatro capítulos, é dedicada à aplicação desse quadro teórico-analítico a uma série de pesquisas empíricas realizadas na França entre 1960 e 1980. A partir daí, o autor constrói tipologias – formas ou configurações identitárias típicas – sobre as quais afirma:

As identidades sociais e profissionais típicas não são nem expressões psicológicas de personalidades individuais nem produtos de estruturas ou de políticas econômicas impostas de cima, mas sim construções sociais que implicam a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação [...] (DUBAR, 2005, p. 330).

Para evitar a compreensão das identidades como resultados do “funcionamento psíquico” dos indivíduos, traduzidos em termos “psicológicos” – o que o autor explicitamente refuta –, Dubar (2005) propõe uma articulação entre o processo identitário biográfico, baseado na trajetória individual e obtido mediante o relato da história de vida (identidade para si), e o processo identitário relacional, definido em um contexto de ação e logro através de declarações expressas dos agentes em interação (identidade para o outro). Dois pontos merecem ser problematizados. Em primeiro lugar, para não cair em um suposto subjetivismo, a saída encontrada por Dubar é estabelecer um paralelo entre identidade para si e identidade para outrem e, portanto, entre trajetórias individuais de vida e contextos sociais de ação. Contudo, parece-nos que o autor não faz senão articular representações, individuais (para si) e coletivas (para outrem), sobre as identidades sociais e profissionais. À visão sobre si mesmo de um indivíduo instigado a relatar sua história de vida, Dubar acrescenta a imagem que uma outra pessoa – que está em interação direta em um determinado contexto – tem e declara sobre o mesmo indivíduo. Em segundo lugar – e como decorrência disso –, será que o autor consegue evitar que sua análise das identidades seja “traduzida em termos psicológicos”? Parece-nos que a proposta de Dubar é, sobretudo, superar a unilateralidade de uma identidade para si, fazendo isso através da participação de outros indivíduos que estão implicados nos “sistemas de ação”. Mas a visão de um indivíduo sobre si mesmo e de outra pessoa sobre o mesmo indivíduo não seriam, ambas, expressões “psicológicas”?

A própria trajetória individual pode ser apreendida sob duas dimensões distintas. Dubar aborda os dois aspectos do processo biográfico, entre outros trabalhos, em um breve artigo intitulado *Trajelórias sociais e formas identitárias* (1998). De um lado, tem-se a

“trajetória objetiva”, definida como sequência das posições sociais ocupadas durante a vida, medida por categorias estatísticas e condensada numa tendência geral (ascendente, descendente, estável, etc.). Por outro lado, há a “trajetória subjetiva”, expressa em diversos relatos biográficos, que atualizam visões de si e do mundo. A partir daí, pode-se adotar posturas investigativas muito diferentes e até opostas: uma análise “objetivista” da trajetória, na medida em que não se leva em conta o sentido subjetivo que o indivíduo atribui ao próprio percurso; ou uma análise centrada no relato da própria trajetória pelo indivíduo, numa entrevista de pesquisa.

Ainda que Dubar (1998, p. 13) assegure que “o ponto de vista aqui apresentado defende que igual importância seja dada às categorias institucionais e às categorias de linguagem utilizadas por indivíduos em situação de entrevista de pesquisa [...]”, o autor reconhece e afirma, explicitamente, que poucas pesquisas conseguiram relacionar, de modo convincente, os dois procedimentos sem instrumentalizar um à lógica do outro. Inclusive, a ênfase de seu artigo está em demonstrar as dificuldades inerentes aos dois modos de se considerar a trajetória individual, bem como em reivindicar sua articulação.

Esta controvérsia, na verdade, traz consigo uma problemática de fundo, a qual podemos exprimir através das palavras do próprio Dubar (1998, p. 14, grifos do autor):

O modo de pensar e tornar operacional esta distinção entre “identidade pessoal” (o que sou/gostaria de ser) e “identificação social” (como sou definido/ o que dizem que sou) dá margem a múltiplos desdobramentos [...]. Duas orientações se opõem: uma, chamada por alguns de “psicologizante”, mas que prefiro chamar de *essencialista*, fundada no postulado da realidade de um *self* (ou de um ego, ou de um eu...) como realidade “substancialista”, permanente e autônoma construindo sua unidade (Abramowski 1987 etc.); e a outra, inversa, às vezes chamada de “sociologista”, embora eu prefira chamá-la de *relativista*, que reduz o *self* e, portanto, a identidade biográfica a uma ilusão [...] (Bourdieu 1986).

Resta saber se o sociólogo francês consegue, efetivamente, articular estas “duas orientações”, subjetivista e objetivista, ou para usar os termos do autor, “essencialista” e “relativista”, sem reduzir uma à lógica da outra. Devemos lembrar da influência interacionista, ou de autores vinculados à chamada Escola de Chicago, nas teorizações de Dubar – fato claramente perceptível até mesmo no léxico utilizado pelo autor, com o uso frequente de palavras como, por exemplo, “outros significativos”, “ator social”, “outro generalizado”, “interações sociais”, etc. Processo identitário biográfico (atos de pertencimento, identidade para si), processo identitário relacional (atos de atribuição, identidade para o outro), além de transação objetiva e transação subjetiva, enfim, todo esse quadro analítico formulado por Dubar, em nossa avaliação, constitui uma forma de abordar e analisar a questão das identidades sociais e profissionais sob um ponto de vista altamente

subjetivista, que reduz a identidade a uma percepção subjetiva, privilegiando imagens ou opiniões, próprias ou alheias, sobre uma espécie de “si mesmo” para si e para outro.

Dubar é extremamente hábil na forma como articula suas ideias. Ele insiste, inúmeras vezes, no fato de que a identidade não pode ser traduzida em “termos psicológicos” nem tampouco reduzida a uma expressão subjetiva e individual. O autor também refuta o que chama de abordagem “relativista”, que faz da identidade um “reflexo” ou uma determinação mecânica das condições materiais. Mas o sociólogo francês não enfrenta teoricamente estas duas orientações distintas, isto é, não leva às últimas consequências a oposição entre as abordagens “psicologizante” e “sociologista” que tão bem identifica. Dubar prefere uma saída alternativa, uma “terceira via”, um caminho no qual ele não precisa se defrontar com esta oposição, onde pode contornar este problema sem, no entanto, resolvê-lo. Ao mesmo tempo, o autor não explicita literalmente seu posicionamento teórico e suas influências intelectuais: salvo grave erro de avaliação de nossa parte, Dubar não deixa claro que o ponto de vista sob o qual observa e analisa as identidades sociais e profissionais é aquele inaugurado na Escola de Chicago e que recebeu o título de interacionismo simbólico.

Mas qual é a consequência imediata desse posicionamento “interacionista” do autor? Supõe, desde logo, o pressuposto de que a sociedade é composta principalmente por elementos simbólicos, expressivos, subjetivos – o que equivale a dizer que, para o interacionismo, os elementos simbólicos são a base da estrutura social. E se houver alguma dúvida a respeito dessa influência interacionista de Dubar, basta perceber, em seu léxico, o uso recorrente de termos como “outro significativo”, “outro generalizado”, “interação social”, “processos comunicativos”, etc. Em decorrência disso, o sociólogo francês é levado a privilegiar analiticamente aquilo que, na estrutura social, sob o ponto de vista do interacionismo, é mais importante, ou seja, os elementos simbólicos. Portanto, não surpreende o fato de Dubar, ao analisar as identidades profissionais, atribuir papel fundamental às interações sociais entre os indivíduos, de um lado, e às representações subjetivas ou simbólicas, de outro.

Onde, então, exatamente, reside o problema a que estas considerações críticas querem apontar? Fundamentalmente, o caráter problemático que a “abordagem sociológica” das identidades profissionais sugerida por Dubar comporta é que ela exclui do foco de análise toda uma série de condições objetivas e materiais a que estão submetidas todas as profissões. Quer dizer, mais precisamente, que o enfoque analítico proposto por Dubar, se não ignora, pelo menos relega a um plano absolutamente secundário fatores tais como condições de trabalho, autonomia profissional, legislação, formação profissional (em termos de conteúdo e

não apenas de “interação” com “outros”, professores), organização profissional (associações) – enfim, tudo aquilo que, sob perspectivas teóricas diversas, a sociologia das profissões vem tematizando e enfatizando (*cf.* capítulo 1, especialmente seção 1.6). Tais condições objetivas, que condicionam as profissões, impondo limites e, também, concedendo possibilidades, não são, para Dubar, importantes ou fundamentais quando se trata da identidade dos profissionais. Porque, para o sociólogo francês, a identidade resulta de um processo puramente comunicativo, de interação, de percepção, de simbolismo, através do qual os indivíduos constroem e, simultaneamente, expressam sua identidade social e profissional – ainda que o autor se refira a um processo de socialização profissional (*cf.* seção 2.2).

Veja-se, a título de ilustração, a ideia de “estratégias identitárias”, isto é, o que o autor denominou de “transação objetiva” e “transação subjetiva”. De um lado, haveria “transações externas” entre o indivíduo e os “outros”; de outro lado, existiriam “transações internas” ao indivíduo mesmo: e, juntas, estas “estratégias” reduziriam a distância que separa a “identidade para si” da “identidade para o outro”. Nem é preciso dizer a importância que Dubar atribui a estas duas “transações” para compreender o processo de construção das identidades sociais e profissionais. É, no mínimo, muito discutível a utilização destas categorias: não está claro como tais “transações” se processam ou de que maneira elas acontecem. Clarificar estes pontos é tão difícil quanto, talvez, impossível, pois se trata de um mecanismo ou de um procedimento intraindividual e intersubjetivo. E os resultados destas “estratégias identitárias” ou “transações” – continuidade ou ruptura, no caso da transação subjetiva, e reconhecimento ou não-reconhecimento, quando da transação objetiva – são igualmente imaginários.

Poderíamos dizer, na tentativa de explicar melhor o modelo analítico proposto por Dubar, que a análise sociológica do autor concebe o indivíduo – com o perdão da redundância – individualmente. Explicamos: por mais que o sociólogo francês fale recorrentemente de “interação social”, o papel do “outro”, etc., o ponto de partida e o ponto de chegada de sua teorização é o indivíduo; é ele (o indivíduo) que constrói a própria identidade, assim como é ele que a expressa. Subjacente à análise das identidades sociais e profissionais de Dubar, está implícito um certo “voluntarismo” individual que faz com que a identidade dependa exclusivamente da disposição do indivíduo de construí-la. Se nossa reflexão é procedente, diríamos que em Dubar a posição teórica definida sobre a identidade é indubitavelmente subjetivista e individualizante.

## 2.2 Teorias da socialização

Dubar (2005) escreve que as identidades sociais são produtos de sucessivas socializações – o que significa dizer que a identidade profissional é resultado dos processos da socialização profissional. Inclusive, os dois termos, identidade e socialização, têm o mesmo grau de importância no livro editado pela primeira vez em 1991 (*La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*). Como o leitor perceberá nas páginas seguintes, não é qualquer socialização que serve para a construção das identidades sociais e profissionais. O sociólogo francês refuta as abordagens culturalista e funcionalista da socialização, bem como quaisquer teorias que levem à “reprodução da ordem social”, ao mesmo tempo em que não pode levar adiante sua afinidade com a psicologia piagetiana. Dubar segue um caminho de opções teóricas, cujas influências principais começam em Weber e Habermas e terminam em Mead, Berger e Luckmann, resultando em uma teoria da socialização que incorpora os elementos mais fundamentais da chamada escola interacionista.

*A socialização na psicologia de Piaget*<sup>30</sup>. O interesse de Piaget é pelo desenvolvimento mental da criança, definido como uma construção que procede por estágios sucessivos, isto é, um “processo de equilíbrio” que vai do menor ao maior estado de equilíbrio. A teoria piagetiana da socialização da criança permite uma dupla ruptura: a) com uma socialização entendida como inculcação de regras, normas ou valores por instituições a indivíduos passivos; b) com uma concepção linear da socialização como acumulação de conhecimentos – as noções de “estágio” e “processo de equilíbrio” se referem a um caráter dinâmico da socialização da criança como desestruturação e reestruturação de “equilíbrios”. Contudo, o processo de socialização tal como é definido por Piaget está limitado ao período da infância, sendo a adolescência o “estágio terminal” ou a etapa final desse processo, quer dizer, a socialização acaba com a entrada no mercado de trabalho.

*Uma abordagem culturalista da socialização*. Analisando o funcionamento de sociedades diferentes, etnólogos e antropólogos descobriram uma diversidade de formas de socialização. A partir do estudo de Ruth Benedict – uma análise comparativa de três sociedades bastante distintas – começou a se pensar no sentido de que “a maioria das pessoas são moldadas na forma de sua cultura e sociedade”. Este estudo pioneiro e vários outros posteriores se organizam sobre uma tese comum: a personalidade de um indivíduo é produto

---

<sup>30</sup> Para discutir as teorias da socialização, apoiamo-nos principalmente em Dubar (2005).

da cultura em que ele nasceu. Linton, Kardiner e tantos outros antropólogos culturalistas compreendem a socialização da criança como um processo de incorporação da cultura de seu grupo de origem, definindo seu “pertencimento social básico”, em que cada indivíduo aprende a considerar os modelos da sua cultura como guias de comportamento. No ponto de vista da antropologia cultural, portanto, a socialização constitui um processo de interiorização da cultura pelo indivíduo.

*Uma abordagem funcional da socialização.* A teoria da socialização de Parsons, elaborada em colaboração com Bales (1955), está baseada na sua concepção funcional do chamado “sistema social”. Existiriam quatro “imperativos funcionais”: estabilidade normativa, integração, perseguição dos fins e adaptação – designados pelo termo “sistema LIGA”. O processo de socialização deve assegurar a interiorização dessas quatro funções pelos indivíduos. Desde o nascimento e a “identificação primária” da criança pequena com sua mãe, bem como o primeiro reconhecimento das normas e valores (entre o que é permitido e o que é proibido), até o final da adolescência e o reconhecimento como membro adulto de um grupo maior, o processo de socialização, na teoria de Parsons, deve conduzir à adaptação das personalidades individuais ao “sistema social”. A teoria da socialização de Parsons foi criticada como sendo uma “hipersocialização”, no sentido de um simples “adestramento da criança”, em que as experiências da primeira infância determinam o comportamento do indivíduo na idade adulta<sup>31</sup>.

*A socialização como incorporação dos habitus.* O modelo de socialização reconstruído a partir da obra de Bourdieu se refere a um processo de incorporação das disposições sociais (dos *habitus*) resultantes da família, da classe de origem e das condições objetivas (posição social). A socialização assim definida implicaria uma relação de causa entre o passado (a história vivida) e o presente (as práticas atuais). Essa forma de socialização privilegia a continuidade da ordem social, a reprodução das posições sociais e das disposições correlatas, evitando preocupar-se com as mudanças e rupturas. Trata-se, nestes termos, de uma incorporação duradoura das maneiras de agir, de pensar e de sentir do grupo ou classe social de origem. Ao assegurar a incorporação dos *habitus* de classe, a socialização produz o pertencimento de classe dos indivíduos e, ao mesmo tempo, reproduz a classe como grupo que partilha o mesmo *habitus*.

---

<sup>31</sup> De modo diferente, a noção de “socialização antecipatória” de Robert K. Merton se refere a um processo em que o indivíduo aprende e interioriza os valores de um grupo de referência ao qual almeja pertencer no futuro.

Antes de tudo, Dubar (2005) critica as abordagens cultural e funcional da socialização, pois nelas o indivíduo se socializa interiorizando normas, valores ou disposições de um determinado grupo social (seja o grupo de origem ou outro grupo). Essas abordagens, diz o sociólogo francês, “padecem de um mesmo pressuposto”, que reduz a socialização a uma forma de integração social ou cultural, a saber: a “unidade do mundo social”, quer se trate da cultura de uma sociedade tradicional, quer seja da economia generalizada das sociedades modernas. Daí que o autor acaba se direcionando àquelas teorias que enfatizam a interação, os conflitos, as lógicas de ação heterogêneas, haja vista que elas “refutam tal pressuposto unificador”.

*A socialização como construção social da realidade.* Jürgen Habermas distingue dois modos de ação nas sociedades modernas: a) a ação instrumental ou estratégica, que estrutura os processos de dominação da natureza (trabalho) e está ligada a fins econômicos; b) a ação comunicativa ou relacional, que estrutura os processos de comunicação social (interação) através das práticas linguísticas. Habermas se recusa a reduzir os processos de comunicação social (interação) a produtos ou aspectos dos processos instrumentais (trabalho), entendendo a socialização a partir de duas “dialéticas irreduzíveis”: de um lado, a do trabalho e da produção, e de outro lado, a da interação e do poder. Ao distinguir ação comunitária de ação societária, Max Weber também possibilitou uma dualidade na socialização. Assim, uma “socialização comunitária” estaria baseada em valores e costumes compartilhados, em um sentimento de coletividade, enquanto uma “socialização societária” estaria assentada em regras sociais estabelecidas, com a presença de interesses os mais variados – isso sem que a predominância desta última possa suprimir a primeira.

Contudo, G. H. Mead (*Mind, self and society*, 1934) foi quem primeiro descreveu a socialização como construção de uma identidade social na e através da interação ou comunicação com outros. Sua teorização, segundo Dubar (2005), tem o mérito de colocar a “ação comunicativa” no centro do processo de socialização, bem como dar maior atenção às “relações comunitárias”. A socialização é definida por Mead como construção do “si mesmo” e acontece através da interação com “outros significativos” (o papel do pai e da mãe) e com “outros generalizados” (a comunidade, o grupo). A etapa final da socialização implica que o indivíduo não seja apenas um membro passivo que interiorizou os valores do grupo, mas sim um ator com um papel útil e reconhecido no grupo. Peter Berger e Thomas Luckmann (*The social construction of reality*, 1966) retomam as análises de Mead a propósito da socialização e introduzem uma distinção entre socialização primária e socialização secundária.

O indivíduo não nasce membro de uma sociedade, mas sim com a predisposição para a sociabilidade. Para que o indivíduo se torne membro de uma sociedade deve passar por um processo de socialização, isto é, uma ampla e consistente introdução do indivíduo no mundo objetivo da sociedade ou de um setor dela. “A *socialização primária* é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual se torna membro da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 175, grifo nosso). Todo indivíduo nasce em uma estrutura social objetiva, dentro dela encontrando os “outros significativos” que se encarregam de sua socialização. A criança se identifica com esses “outros significativos”: ela absorve os papéis e atitudes deles, interiorizando-os, ao mesmo tempo em que assume o mundo deles – a criança não interioriza o mundo dos “outros significativos” como um dos mundos possíveis, mas sim como sendo “o mundo”, o único mundo existente e concebível. A socialização primária faz uma abstração progressiva das atitudes e papéis dos outros mais próximos (pai, mãe, avô, tia, irmã, etc.) na consciência da criança, fazendo com que esses papéis e atitudes adquiram uma forma coletiva, social, generalizada: o indivíduo, agora, identifica-se com uma generalidade de outros, com uma sociedade – essa abstração dos papéis e atitudes dos “outros significativos” é chamada de “outro generalizado”. A socialização primária termina quando o “outro generalizado” foi estabelecido na consciência do indivíduo, tornando-o membro efetivo de uma sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Nas palavras de Berger e Luckmann (2003, p. 175, grifo nosso): “A *socialização secundária* é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”. Toda sociedade tem alguma divisão do trabalho e, simultaneamente, alguma distribuição social do conhecimento: este fato torna necessária a socialização secundária. Existem “submundos institucionais” determinados pela complexidade da divisão do trabalho e pela distribuição do conhecimento – entendendo-se, aqui, o conhecimento vinculado à divisão do trabalho, isto é, conhecimento especializado. A socialização secundária, então, pode ser definida como a interiorização desses “submundos institucionais”. Enquanto que a socialização primária requer a identificação da criança com os “outros significativos”, a socialização secundária dispensa tal identificação, pois o mundo interiorizado nessa última não é “o mundo”, mas sim o mundo pertencente a um contexto institucional específico (BERGER; LUCKMANN, 2003).

A teoria da socialização de Berger e Luckmann (2003) comporta ainda a possibilidade de transformação da “realidade subjetiva”, cujo caso extremo os autores denominam “alternação”, isto é, uma transformação quase total da “realidade subjetiva”. A “alternação” exige processos de ressocialização, os quais devem enfrentar o problema crucial de

desintegrar o mundo interiorizado na socialização primária, produzindo uma ruptura com a biografia subjetiva do indivíduo. Tal transformação da “realidade subjetiva” supõe uma identificação com “outros significativos” (evidentemente, diferentes dos “outros” da infância), que são os guias que conduzem à nova realidade, bem como uma “estrutura de plausibilidade”, ou seja, um espaço concedido por uma certa coletividade ou comunidade no qual a “alternação” possa ser mantida. O protótipo histórico da ressocialização é a conversão religiosa, sendo a doutrinação política e a psicoterapia também exemplos paradigmáticos<sup>32</sup>.

Na avaliação de Claude Dubar (2005), o interesse maior do texto de Berger e Luckmann está na teoria da socialização secundária e na tentativa de evitar que ela seja mera reprodução dos mecanismos da socialização primária. Quer dizer: se a socialização primária promove a incorporação da realidade concreta, a integração na sociedade, a socialização secundária, por sua vez, pode produzir identidades e atores orientados para a construção de novas relações sociais<sup>33</sup>. Segundo o sociólogo francês, essa “teoria da construção social da realidade” permite abordar a socialização de um ângulo diferente, de uma perspectiva de “transformação social” e não apenas de reprodução da ordem social. De fato, para o autor, é no âmbito da socialização secundária que ocorre o processo de constituição das identidades profissionais.

Enfim, como o leitor deve ter percebido, Dubar rejeita as abordagens da antropologia cultural e do funcionalismo acerca da socialização, bem como rechaça o modelo de socialização como “incorporação dos *habitus*” – o autor parece ter uma simpatia para com a socialização piagetiana, mas esta se restringe ao período da infância. O argumento central é o de que tais teorias se fundamentam em um pressuposto equivocado, qual seja, o da “unidade do mundo social”. Dubar defende a concepção inversa de uma “irredutível dualidade do social”, em que o mundo da produção e do trabalho (da “ação instrumental”, como quer Habermas) se distingue e se separa do mundo da interação e da comunicação (da “ação comunicativa”, em termos habermasianos). O passo seguinte da teorização de Dubar é se dirigir àquelas teorias que privilegiam a dimensão interativa ou comunicativa do mundo social

---

<sup>32</sup> Berger e Luckmann (2003) também supõem, talvez de modo mais provável, um processo de conservação da realidade subjetiva. Os “outros significativos” constituem os principais agentes da conservação da realidade subjetiva – sobretudo na confirmação, explícita e emotiva, da identidade social do indivíduo –, enquanto que as pessoas menos significantes (os demais outros) funcionam como uma “espécie de coro”, fornecendo graus variados de apoio à reafirmação da realidade subjetiva do indivíduo.

<sup>33</sup> Dubar entende que a socialização secundária pode levar a uma ruptura com a socialização primária. Devemos advertir: esta é uma leitura equivocada do texto de Berger e Luckmann. Porque a socialização secundária é construída sobre ou com base nas interiorizações primárias, evitando descontinuidades na biografia subjetiva do indivíduo, conservando a coerência com a primeira socialização – ainda que transformações parciais da realidade subjetiva sejam sempre possíveis. Na verdade, Dubar confunde a ressocialização, cuja realidade básica é o presente, com a socialização secundária, cuja realidade básica permanece sendo o passado.

no processo de socialização (G. H. Mead, Berger e Luckmann). E a ideia de socialização secundária aparece de maneira decisiva para, simultaneamente, ir além da socialização da criança e se manter dentro de um escopo teórico no qual a interação ou comunicação com outros indivíduos (“significativos” ou não) tem prioridade.

No caso das profissões, a parte mais fundamental da socialização é aquela que acontece no momento da formação profissional. Um sociólogo funcionalista já havia destacado o que chamou de “processo de socialização adulta”, em que os estudantes, durante o período de treinamento profissional, apreendem um conjunto de valores e normas de comportamento característicos da profissão a que aspiram (W. Goode, 1957). As críticas que caberiam, aqui, são as mesmas dirigidas às abordagens cultural e funcional da socialização: trata-se de uma interiorização passiva e automática da “cultura profissional” ou das “funções profissionais”. Outro questionamento remete à abrangência da socialização profissional, que, entendida nestes termos, seria correspondente à fase da formação acadêmica. Há quem defenda que a socialização dos profissionais vai muito além do treinamento ou da qualificação profissional, sendo completada somente no mercado de trabalho, quando do exercício efetivo e cotidiano da profissão.

O modelo de socialização profissional sugerido por um autor interacionista finda com uma espécie de “conversão final”, que ocorre precisamente quando se supera a suposta dualidade entre a teoria e a prática profissional – a “nova concepção de si” que resulta do processo de socialização só se torna possível no contexto do trabalho profissional cotidiano (E. Hughes, 1958). Se, por um lado, tem-se uma ampliação da abrangência da socialização profissional, para além da formação acadêmica, por outro, o enfoque analítico mencionado considera a socialização como um processo puramente relacional e intersubjetivo, onde o ponto decisivo se refere às “interações” com os “outros significativos” da profissão (*cf.* capítulo 1, seção 1.6).

O trajeto teórico que leva da socialização à identidade profissional parece ser uma estratégia interessante. Porém, seguir este caminho analítico supõe fazer escolhas teórico-metodológicas, tendo em vista as diferentes abordagens possíveis da socialização. Há quem considere a existência de uma “cultura profissional”, composta pelos valores, normas de comportamento e símbolos da profissão (E. Greenwood, 1957). Poder-se-ia pensar, assim, num processo de socialização tal como sugerido pela antropologia cultural, isto é, algo como uma “aculturação” em que o profissional incorpora os valores, normas e símbolos do grupo profissional a que almeja pertencer. Por analogia, seria possível pensar a socialização também de maneira funcionalista, na medida em que o profissional pode interiorizar, além dos valores

e das regras de conduta, as funções ou os papéis que se lhe incumbe enquanto membro de determinada profissão.

Dubar (2005) rejeita peremptoriamente este tipo de abordagem cultural e/ou funcional da socialização. Para o autor, a socialização não se resume a uma entronização – supostamente passiva – dos valores, regras e normas de comportamento pelos indivíduos, quer seja de uma cultura específica, quer seja de um determinado grupo social. Da mesma forma, a socialização, conforme o ponto de vista de Dubar, não pode ser simplesmente adaptação ou integração dos indivíduos à sociedade e à cultura em que se encontram inseridos. Para o sociólogo francês, a socialização, em vez de significar a reprodução ou a continuidade da ordem social – através, por exemplo, da incorporação dos *habitus* de classe –, deve ser pensada sob a lógica dos conflitos, das interações, dos processos comunicativos, das “mudanças”.

Na elaboração de Dubar, a teoria da socialização que permite ou que é capaz de melhor iluminar os processos que engendram as identidades sociais e profissionais é aquela depreendida dos escritos de G. H. Mead, Berger e Luckmann. Na avaliação do sociólogo, tal perspectiva teórica pode aclarar de maneira mais satisfatória o processo de construção das identidades profissionais, na medida em que considera prioritariamente os momentos comunicativos, colocando a “dialética da interação” a frente da “dialética do trabalho”. Para se compreender a identidade como resultado da socialização profissional, é preciso situar esta última não no mundo do trabalho e da ação instrumental, mas sim no mundo da interação e da ação comunicativa – eis a tese sustentada por Dubar.

Ora, se se supõe que a socialização profissional transcende o período de treinamento ou formação, alcançando o profissional em seu contexto de trabalho, então parece contraditório prescindir ou desconsiderar as condições concretas em que se efetiva a prática cotidiana. Ao separar trabalho e interação social e colocar nesta última – e somente nela – a possibilidade de construção das identidades profissionais, Dubar se esquece de que a própria “interação” acontece em um espaço determinado e sofre mediações mais ou menos coercitivas. Os próprios indivíduos que entram em interação possuem capitais econômico e cultural desiguais, ocupam posições sociais distintas, têm um lugar diferente no mercado de trabalho, são de origem social e familiar diversa, etc. A socialização profissional não pode ser pensada independentemente das condições em que opera, seja ao tempo da formação acadêmica e da qualificação profissional, seja no momento do exercício da profissão, isto é, do trabalho prático diário.

### 2.3 O conceito de representação social

A análise sociológica das identidades profissionais pode fazer uso do quadro teórico-conceitual formulado por Dubar, pode basear-se em uma das teorias da socialização e pode, ainda, utilizar conceitos derivados de outras disciplinas científicas. Por exemplo: em análise da identidade profissional dos psiquiatras, Perruci (2003) desenvolve um grande esforço teórico para dar conta de seu objeto de estudo, tendo como um dos conceitos centrais o de *representação social* – no caso desta pesquisa, com o objetivo de compreender as representações sociais da doença mental, objeto profissional da psiquiatria. Emprestado da *psicologia social*, o conceito de representação social tem sido correntemente utilizado como instrumento analítico nas pesquisas empíricas que se dedicam ao estudo das identidades profissionais.

Por quase cinquenta anos Serge Moscovici e seus colegas pesquisadores fizeram avançar o estudo das representações sociais. O psicólogo francês introduziu o conceito de representação social em sua pesquisa das formas como a psicanálise penetrou o pensamento popular – sendo, assim, representada socialmente – na sociedade francesa (*La psychanalyse: son image et son public*, 1961). Além desse estudo de Moscovici sobre as representações da psicanálise, o trabalho de Denise Jodelet (1989) sobre as representações sociais da loucura numa aldeia francesa também constitui uma pesquisa paradigmática nesse campo. O conceito de representação social teve uma história um tanto problemática dentro da psicologia social, o que levou Moscovici a tratá-lo como um “conceito perdido”, provavelmente por estar no caminho entre conceitos sociológicos e psicológicos. Contudo, e a despeito de seus críticos, a teoria das representações sociais se desenvolveu e foi capaz de originar um crescente corpo de pesquisas em diversas áreas da psicologia social, contribuindo para o estudo de vários fenômenos sociais, como, por exemplo, ideias populares sobre saúde e doença, concepções sobre loucura, entendimento público da ciência, identidade de gênero, e assim por diante.

“É óbvio que o conceito de representações sociais chegou até nós vindo de Durkheim”, reconhece o próprio Moscovici (2003, p. 45). Mas o ponto de vista defendido em sua psicologia social difere do da sociologia durkheimiana. Para esta última, as representações sociais seriam “artifícios explanatórios”, cuja função é exclusivamente teórica, sendo irrelevante conhecer sua estrutura e dinâmica interna. Além disso, as “representações coletivas” de Durkheim abrangiam um conjunto muito amplo de ideias e crenças, tais como a

religião, a ciência, o mito, etc. Mais ainda: Durkheim possuía uma concepção bastante estática das representações, ignorando, em sua teoria das “representações coletivas”, o caráter móvel e dinâmico das representações. A psicologia social, por sua vez, considera as representações sociais como uma forma de conhecimento: “Assim, o que eu proponho fazer é considerar como um fenômeno o que era antes visto como um conceito” (MOSCOVICI, 2003, p. 45).

Moscovici (2003) faz uma distinção entre “universos consensuais” e “universos reificados”. A sociedade é vista, em um *universo consensual*, como um grupo de pessoas que são livres e iguais, nenhum membro possuindo competência exclusiva, pois cada um pode adquirir toda competência que se fizer necessário. Esses mundos são institucionalizados nos clubes, associações e bares de hoje, e o que eles fazem prosperar é a “arte da conversação”. Num *universo reificado*, a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais e cujo grau de participação depende da competência adquirida. Se no mundo reificado os objetos e acontecimentos estão fora de nossa consciência, as representações sociais, que fazem parte do mundo consensual, “restauram a consciência”, explicando objetos e acontecimentos e os tornando acessíveis. “Sem dúvida – e isso é o que eu decidi mostrar – a natureza específica das representações expressa a natureza específica do universo consensual, produto do qual elas são e ao qual elas pertencem exclusivamente” (MOSCOVICI, 2003, p. 53).

O psicólogo francês sugere que as representações sociais tenham duas funções principais. Em primeiro lugar, elas “convencionalizam” os objetos, pessoas ou acontecimentos, dando-lhes uma forma definitiva, situando-os em determinada categoria. Assim, quando uma pessoa ou objeto não se encaixa no “modelo”, forçamos a assumir determinada forma, entrar em certa categoria, sob pena de não ser compreendido. Em segundo lugar, as representações “prescrevem”, ou seja, elas se impõem sobre nós com uma força a qual não podemos resistir. Quer dizer, as representações são impostas, transmitidas através de sucessivas gerações, sendo que as experiências e ideias passadas influenciam as experiências e ideias atuais (MOSCOVICI, 2003).

O que caracteriza uma situação de não-familiaridade? Um exemplo: para o homem comum, acostumado com as opiniões familiares, práticas, próprias de sua experiência pessoal, as criações e explicações da ciência são como que invisíveis ou mesmo irrealis; logo, ele experimenta um sentimento de não-familiaridade. O *não-familiar* incomoda e ameaça, tal como o receio ou medo do que é estranho ou dos estranhos. Há um meio de transferir o que nos perturba, o que não é familiar, do exterior para o interior, colocando conceitos e percepções dentro de um contexto onde o incomum se torna comum, onde algo desconhecido

pode ser incluído em uma categoria já conhecida<sup>34</sup>. Por exemplo: a prática do psicanalista pode ser comparada, na tentativa de defini-la e torná-la acessível, a uma “confissão”, separando-se de seu contexto original e transferindo-a para um contexto mais próximo e familiar, no caso, um contexto de padres e penitentes. Por contraste com a ciência, cujo objetivo é tornar não-familiar o que é familiar, “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade” (MOSCOVICI, 2003, p. 54).

Para se transformar objetos ou ideias não-familiares em alguma coisa que nos seja familiar, é necessário colocar em funcionamento dois mecanismos que fazem parte de um “processo de pensamento baseado na memória e no passado”. Primeiro, é preciso “ancorar” ideias estranhas e enquadrá-las em categorias comuns, colocando-as, assim, em um contexto familiar. Depois, é preciso “objetivar”, ou seja, transformar algo abstrato em quase concreto, transferindo o que está na mente para algo que exista no mundo físico. As representações sociais são criadas ou geradas por esses dois mecanismos, que são chamados, respectivamente, de ancoragem e objetivação.

A *ancoragem* constitui um processo que transforma algo estranho e perturbador em nosso “sistema particular de categorias”, ou seja, quando um determinado objeto ou ideia é comparado ao “paradigma de uma categoria”, adquire características e é ajustado para se enquadrar nessa categoria (como ilustraria a figura de um bote estranho sendo, através do “lançar âncora”, puxado para o interior do navio familiar). A ancoragem das representações possui dois aspectos: a) classificar, isto é, colocar um objeto, pessoa ou ideia dentro de uma determinada categoria; b) atribuir nome, isto é, rotular uma pessoa ou objeto com um nome conhecido, para que possamos falar sobre ela ou ele, comunicar. Coisas que não possuem nome e não são classificadas são estranhas, inexistentes, ameaçadoras, logo, “ancorar” é classificar e dar nome a algum objeto, pessoa, acontecimento ou ideia. Por exemplo: no estudo de Denise Jodelet, os doentes mentais colocados no meio dos aldeões foram comparados a idiotas (“rogues”, no dialeto local), ou seja, a imagem que os habitantes da aldeia tinham sobre um idiota foi transferida aos doentes mentais (MOSCOVICI, 2003).

A *objetivação* constitui um processo que permite a passagem de algo não-familiar até chegar a ser realidade, “a verdadeira essência da realidade”, como diz Moscovici (2003). Objetivar é, em primeiro lugar, reproduzir um conceito em uma imagem, ligar as palavras a

---

<sup>34</sup> É importante notar que as imagens ou ideias com as quais nós compreendemos o incomum se referem ao já conhecido, ao que nós já estávamos familiarizados há algum tempo, inclusive com o não-familiar sofrendo transformação em direção ao que é familiar – a tensão entre o familiar e o não-familiar está sempre estabelecida em favor do primeiro (MOSCOVICI, 2003).

alguma coisa concreta – haveria um complexo de imagens, uma espécie de “núcleo figurativo”, que reproduz, de maneira visível e clara, um complexo de ideias. Em segundo lugar, para que a imagem seja totalmente assimilada, ela deve ter uma realidade, seja qual for, e então, como um “imperativo lógico”, a imagem, ao invés de ser elemento do pensamento, torna-se elemento da realidade. O psicólogo francês cita alguns fenômenos sociais que servem como exemplos, como a adoração de um herói ou a personificação de uma classe social (MOSCOVICI, 2003).

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2003, p. 78).

O motivo para a elaboração de representações sociais, ou o propósito delas, é a tentativa de construir uma ponte entre o estranho e o familiar, mas isso à medida que o estranho pressupõe uma falta de comunicação dentro do grupo. Quer dizer, existe uma relação fundamental entre *representação e comunicação*. Veja essa asserção de Moscovici (2003, p. 208): “Aqui, quero simplesmente especificar que se nós formamos representações a fim de nos familiarizarmos com o estranho, então as formamos também para reduzir a margem de não-comunicação”. Esta é uma finalidade, subjacente e essencial, das representações sociais: tornar a comunicação, dentro de um grupo, relativamente não problemática, reduzindo a ambiguidade das ideias, a incompreensão das imagens, ou seja, diminuindo a “margem de não-comunicação”. O próprio Moscovici (2003) esclarece que, à diferença de pensadores como Durkheim e Lévy Bruhl, para quem as representações são formadas em relação à realidade, em sua teoria as representações são formadas em relação à comunicação com outros<sup>35</sup>. Em suma, as representações são formadas pelas influências comunicativas e, ao mesmo tempo, tornam a comunicação possível: assim como as representações podem ser o produto da comunicação, sem elas (as representações) não haveria comunicação.

Moscovici afirma que as representações sociais pertencem, ou melhor, são produtos específicos do chamado “universo consensual”. Este ponto é especialmente problemático. Em primeiro lugar, deve-se pôr em dúvida a própria existência concreta desse “mundo do

---

<sup>35</sup> Quando Moscovici fala em “representações compartilhadas” não quer simplesmente dizer que elas são comuns a todos os membros de um certo grupo, mas antes ressaltar que seus elementos foram conseguidos através da e para a comunicação. A noção de “compartilhar”, aliás, expressa o processo pelo qual as representações sociais se apropriam das representações individuais, sendo mais adequada, no ponto de vista da psicologia social, que a ideia de “coação” introduzida por Durkheim.

consenso”: onde, exatamente, podemos visualizar uma sociedade de homens “livres e iguais”? Além disso, numa sociedade em que há uma intensa divisão social do trabalho é praticamente impossível suprimir a presença de “competências exclusivas”. Mais ainda: supor que todas as pessoas possam adquirir todas as competências é irrisório se se lembrar que a sociedade moderna é dividida em classes sociais e, como tal, o acesso ao conhecimento formal ou à educação é extremamente desigual. Moscovici reconhece a existência de uma sociedade de classes, cujos membros são desiguais – chama-a de “universo reificado”. Contudo, o psicólogo francês imagina que a sociedade real possa ser, por um instante, colocada em suspenso, esquecida, ignorada, enquanto os homens “conversam” e interagem, tornando-se iguais e igualmente competentes, em um ambiente totalmente consensual. É aqui, nesse mundo paralelo, nesse “universo do consenso”, onde a consciência é “restabelecida”, que surgem as representações sociais<sup>36</sup>.

As representações sociais são engendradas mediante dois mecanismos ou procedimentos, que são a “ancoragem” e a “objetivação”. O primeiro busca “ancorar” um objeto, pessoa ou acontecimento estranho, desconhecido, incomum – numa palavra: não-familiar – e enquadrá-lo numa categoria conhecida e comum, colocando-o num contexto familiar. O segundo pretende transferir uma ideia, em princípio abstrata, projetando-a na realidade concreta, quer dizer, reproduz um conceito em uma imagem real – trata-se de “objetivar” algo que, até então, não era familiar. É preciso admitir a complexidade de tal formulação. Estes dois mecanismos – ancoragem e objetivação – que transformam algo não-familiar em familiar e, portanto, produzem as representações sociais, fazem parte de uma espécie de procedimento mental que começa e termina na consciência dos indivíduos, o qual somente é “acessível” mediante um ato de comunicação e através da linguagem. Também não resulta claro de que maneira uma ideia ou imagem do pensamento possa vir a se tornar realidade, ou seja, como uma ideia estranha e não-familiar se transforma na “verdadeira essência da realidade”.

No ponto de vista de Moscovici, as representações sociais não são formadas em relação à realidade, mas sim através da e para a comunicação. A finalidade das representações não é simplesmente tornar familiar algo não-familiar: é, sem dúvida, garantir a comunicação social. O “universo consensual”, donde resultam as representações sociais, é precisamente o espaço da comunicação, do diálogo, da conversa. O problema, aqui, não é a ênfase na

---

<sup>36</sup> É interessante observar, também, um aspecto que, em última instância, poderia ser entendido como paradoxal. As representações sociais, por um lado, são “restauradoras da consciência”, permitem o acesso e a compreensão de objetos, pessoas e acontecimentos. Por outro lado, as representações sociais são “prescritivas”, isto é, elas se impõem, através das gerações, de maneira irresistível.

comunicação, mas antes o desprezo pela realidade material. Ora, Moscovici se esquece de que a “arte da conversação” é ela mesma condicionada pelo contexto em que se efetiva: as pessoas que se comunicam, que expressam suas representações sociais, possuem capitais econômico e cultural desiguais, ocupam posições sociais distintas, tiveram acesso diferencial à educação formal, adquiriram competências específicas e diferentes, ocupam postos de trabalho diversos, etc. Ademais, a própria comunicação pode ser entendida como uma relação de poder, onde emissor e receptor ocupam posições distintas e, às vezes, opostas. As representações sociais são importantes, assim como a comunicação também o é, mas tanto uma como a outra acontecem na realidade concreta, como todos os condicionamentos existentes, e não há como contornar este fato.

Em nossa opinião, parece que, no entendimento de Moscovici e, por conseguinte, na teoria das representações sociais, a realidade concreta, o mundo material e objetivo, só existe quando e na medida em que pode ser “representado” pelos indivíduos. Tudo se passa como se o que nós percebemos e imaginamos, essas “criaturas do pensamento”, que são as representações, acabassem constituindo-se em um “ambiente real e concreto”, como se fossem realidades indubitáveis. O psicólogo francês chega a afirmar que: “O mundo dos objetos constitui apenas um pano de fundo para as pessoas e suas interações sociais” (MOSCOVICI, 2003, p. 44). Se nossa avaliação estiver correta, poderíamos dizer que a psicologia social de Moscovici (e de seus seguidores) e, especialmente, essa teoria das representações sociais refutam, deliberadamente, a posição segundo a qual existe uma realidade, concreta e objetiva, independentemente da percepção e da consciência dos homens – o que é geralmente designado pela palavra “ontologia”.

Trazendo o conceito de representação social para o campo das profissões e, em especial, para o estudo das identidades profissionais, é preciso clarificar suas possibilidades analíticas tanto quanto seus limites. A estratégia de se chegar à identidade profissional por intermédio da análise das representações sociais e profissionais pode ser bastante útil no sentido de compreender como os agentes percebem e representam a profissão, o trabalho cotidiano, o conhecimento profissional, os colegas, etc. Tal análise não precisa necessariamente estar voltada à representação que o profissional tem sobre si mesmo enquanto profissional e sobre sua identidade – quer dizer: não necessita focar-se em “definições de si”. O conceito de representação social pode ser aplicado a diversos elementos relativos à profissão (a prática profissional, a relação com os colegas, etc.), do que decorre uma série de representações propriamente profissionais que, de alguma maneira, contribuem à compreensão da identidade profissional. As representações podem ser pessoais e profissionais

sem serem sobre “si mesmo”, isto é, podem direcionar-se a vários aspectos que envolvem tanto a profissão em geral como a identidade de seus membros sem solicitar diretamente uma “autodefinição identitária”<sup>37</sup>.

Não obstante, como demonstra a análise das fontes originais (Moscovici, 2003), o conceito de representação social, ao se preocupar prioritariamente com os processos comunicativos, acaba desconsiderando a realidade concreta e objetiva. As representações sociais são produtos da comunicação e acontecem no hipotético – e imaginário – “universo consensual”, isto é, elas não tem como base a realidade material. Ao pensar nas profissões e na identidade de seus membros, tendo como instrumento analítico este conceito, a tendência é limitar-se às percepções e expressões subjetivas dos agentes profissionais, vedando-se os olhos diante das condições objetivas que balizam a profissão e o exercício profissional (relações de trabalho, formação e qualificação, autonomia, remuneração, etc.). Estas questões só entram em pauta, em termos de representações sociais, na medida em que e se forem “representadas” pelos indivíduos profissionais – o que, de resto, acontece com a própria realidade. Portanto, este conceito emprestado da psicologia social pode ser – e, de fato, tem sido – útil à análise das identidades profissionais, mas manter o foco única e exclusivamente nas representações sociais e profissionais tende a levar a um certo “reduccionismo subjetivista”, sobretudo ao se ignorar todo e qualquer condicionamento objetivo – a própria realidade profissional.

#### **2.4 Do *habitus* à identidade profissional**

Sob as teorias e conceitos que discutimos nas seções precedentes (*cf.* capítulo 2, seções 2.1, 2.2 e 2.3), as análises dedicadas à identidade profissional – como esperamos ter mostrado – tendem, conseqüentemente, a explicar a formação das identidades a partir das “interações” entre os indivíduos, dos momentos “comunicativos” (e emotivos), do papel desempenhado por alguns “outros significativos”, da percepção subjetiva da trajetória individual, das opiniões declaradas sobre “si mesmo”, e assim por diante. O que se coloca como problemático, sob tais modelos analíticos, é a ausência quase completa da realidade

---

<sup>37</sup> Podemos demarcar, aqui, uma possível distinção entre o quadro teórico-analítico de Dubar (*cf.* seção 2.1) e o conceito de representação social: este último não precisa necessariamente estar voltado a definições de si ou mesmo a definições alheias – lembremos, em Dubar, do binômio “identidade para si” e “identidade para o outro”.

profissional, isto é, o desprezo pelas condições objetivas que cercam a profissão e o exercício profissional (qualificação, trabalho, salário, autonomia, etc.) – daí o porquê falamos em “reducionismo subjetivista”. Pois bem, então como evitar o subjetivismo sem cair no lado oposto, ou seja, no objetivismo? Parece-nos que a noção de *habitus*, tal como formulada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, teve exatamente essa preocupação e esse intuito. A ideia de *habitus*, primeiro, pode servir como um contraponto teórico a tudo que dissemos até aqui sobre identidade profissional e, depois, pode ser pensada como analiticamente útil até mesmo às pesquisas empíricas que se dedicam ao tema.

#### 2.4.1 A noção de *habitus*

A noção de *habitus* foi utilizada, pela primeira vez, por conta da publicação francesa de dois artigos de Erwin Panofsky (1967), sob o título *Architecture gothique et pensée scolastique*, cuja tradução e posfácio foram escritos por Pierre Bourdieu. Este conceito, na opinião de Bourdieu, possibilitava romper com o modelo estruturalista sem cair na velha filosofia da consciência. Retomando a antiga ideia aristotélica de *hexis* (equivalente grego de *habitus*), tratava-se de uma reação contra o estruturalismo presente entre os althusserianos e em Lévi-Strauss, que promoviam uma redução do agente ao papel de suporte da estrutura econômica da sociedade.

Sendo as minhas posições próximas das de Chomsky, que elaborava, por então, e quase contra os mesmos adversários, a noção de *generative grammar*, eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky [...], mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática” de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o “lado ativo” do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do “reflexo”, tinha abandonado (BOURDIEU, 2002, p. 61).

A noção de *habitus*, na verdade, não resultou de um “cálculo teórico” nem foi repensada em relação aos usos anteriores – o que dispensa a ida até as “disposições adquiridas do corpo e da alma” de Aristóteles, ou mesmo ao uso que Durkheim faz do termo em *A evolução pedagógica na França* (1905) –, sendo antes produto de uma estratégia prática, presente na condução da pesquisa científica. Trata-se, segundo Bourdieu (2002), de uma espécie de *modus operandi* que orienta e é orientado para a aplicação prática em objetos de

estudo diferentes. Numa palavra: a “noção operatória” de *habitus* nasceu a partir do e para o trabalho empírico<sup>38</sup>.

Erwin Panofsky emprega o conceito de *habitus* para designar a cultura inculcada pela escola. Esse *habitus* poderia ser definido como o “sistema dos esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e ações característicos de uma cultura” (BOURDIEU, 2001, p. 349). Panofsky compara as catedrais góticas e as sumas teológicas a partir desse *modus operandi* capaz de produzir tanto os pensamentos do teólogo como os esquemas do arquiteto. Assim, arquitetura e escrita possuem uma “intenção objetiva” que não se restringe à intenção do criador, pois que é produto dos esquemas de pensamento, de percepção e de ação de que o criador dispõe por pertencer a uma sociedade, uma época e uma classe. Segundo Bourdieu (2001), Panofsky propõe uma explicação baseada na transmissão da cultura através da instituição escolar, cuja função é produzir indivíduos dotados do mesmo “sistema de esquemas inconscientes”, o qual constitui o *habitus* característico de uma época e de uma sociedade, daí resultando as afinidades profundas entre as obras (arte gótica) e os pensamentos (manuscritos escolásticos) humanos.

Uma elaboração estritamente teórica e mais desenvolvida da noção de *habitus* encontramos na obra *Esquisse d’une théorie de la pratique* (1972). Nesse texto Bourdieu (1983) faz uma distinção epistemológica entre três modos de conhecimento teórico. O conhecimento fenomenológico (ou interacionista ou etnometodológico) considera a experiência primeira do indivíduo, em particular no âmbito familiar, por meio da qual se apreende o mundo social como natural e evidente. O conhecimento objetivista (incluindo-se, aqui, certo estruturalismo) constrói relações objetivas, econômicas ou linguísticas, as quais estruturam as práticas e as representações dos indivíduos, porém sob uma ruptura com o conhecimento primeiro ou prático do mundo social. Enfim, o conhecimento chamado de “praxiológico” – que é o defendido pelo autor – abrange não apenas o sistema das relações objetivas, mas também as relações dialéticas entre as estruturas e as disposições que tendem a reproduzi-las, isto é, “o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1983, p. 47).

É certo que o objetivismo constitui um momento necessário de toda e qualquer pesquisa, a fins de ruptura com a “experiência primeira” e de construção das relações

---

<sup>38</sup> Essa é uma das características particulares de Pierre Bourdieu. Ele não se preocupou em criar uma teoria geral ou universal (uma “grande teoria”), em virtude da qual evitaria qualquer referência a uma realidade empírica. Ao contrário, suas teorizações, e os próprios conceitos-chave, como são as noções de *habitus* e de campo, resultam de um trabalho inseparavelmente teórico e empírico, cuja menção necessária de um espaço e de um tempo não as torna restritas, porque podem, sempre, funcionar em outros “casos particulares do possível”.

objetivas. Mas é preciso superá-lo. Para sair do “realismo estrutural”, que converte as relações objetivas em totalidades constituídas fora da história do indivíduo e de seu grupo, é necessário ir do *opus operatum* (obra realizada) ao *modus operandi* (modo de realizar), para construir a teoria da prática, ou do modo de produção das práticas, tendo em vista a “dialética da interioridade e da exterioridade”. Assim, as estruturas que constituem um meio social, isto é, as condições materiais de existência, produzem *habitus*:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio exposto das operações necessárias para atingi-los, e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 61).

As práticas que o *habitus* produz aparecem como determinadas pelo futuro, quer dizer, pelos fins explícitos e expressos de um projeto ou de um plano, mas, na verdade, elas são determinadas pelas condições passadas que produziram seu princípio gerador, e tendem a reproduzir as estruturas objetivas de que são, em última instância, o produto. O *habitus*, diz Bourdieu (1983), é o princípio que produz ações objetivamente organizadas como estratégias sem serem o produto de “intenções estratégicas” – o que exigiria a possibilidade de escolha deliberada entre várias ações possíveis. Em outras palavras, o *habitus* não requer um “cálculo racional e estratégico das probabilidades”, pois que está inscrito no presente imediato, preso a um campo de possibilidades objetivas, condicionado ao mundo da urgência e da prática<sup>39</sup>.

Se Bourdieu refuta o “livre-arbítrio criador”, a projeção de finalidades ou, para ser mais preciso, a redução de ações e obras humanas a intenções conscientes e deliberadas, por outro lado, ele não segue o caminho inverso, como quer a alternativa inexorável do objetivismo e do subjetivismo, até chegar às teorias estruturais mecanicistas. O sociólogo francês defende que “é preciso abandonar todas as teorias que tomam explícita ou implicitamente a prática como uma reação mecânica” (BOURDIEU, 1983, p. 64). A prática é produto da “relação dialética entre uma situação e um *habitus*”, entendendo-se este último como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983, p. 65). E só podemos explicar essas práticas a partir da relação entre estrutura objetiva (que define as condições de produção do *habitus*),

---

<sup>39</sup> Assim, por exemplo, quando e se observamos uma simetria entre as possibilidades objetivas (as chances de acesso ao ensino superior) e as aspirações subjetivas (as motivações), não é porque os indivíduos ou agentes ajustam conscientemente suas aspirações às chances de sucesso. Ou seja, as práticas podem estar ajustadas às condições objetivas sem que haja o menor “cálculo”, mais ou menos consciente, por parte do agente.

*habitus* (que é o princípio gerador das práticas) e conjuntura (que representa um estado particular da estrutura, sendo as condições do exercício do *habitus*)<sup>40</sup>.

As ações dos agentes encerram uma “intenção objetiva”, que é absolutamente irreduzível às suas “intenções conscientes”. “Cada agente”, diz Bourdieu (1983, p. 72), “quer ele saiba ou não, quer ele queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo”. Isso acontece porque o *habitus* faz com que as práticas de um agente particular, elas mesmas sem razão ou intenção explícita, sejam, apesar disso, razoáveis e objetivamente organizadas. Trata-se, noutros termos, de uma espécie de “comportamento prático” que, nas diversas situações cotidianas, dispensa a análise das intenções dos outros agentes.

Bourdieu (1983) afirma que o *habitus* é produto da história, assim como, ao produzir práticas (individuais e coletivas), o *habitus* também produz história. O sociólogo francês quer romper com a “alternativa canônica” do subjetivismo e do objetivismo – como, por exemplo, a que opõe leituras “humanistas” e “estruturalistas” da obra de Marx. Quer se contrapor ao subjetivismo sem cair no objetivismo redutor, que substitui o “homem criador” subjetivista por um homem “subjugado pelas leis mortas de uma história da natureza”. A oposição entre estrutura e indivíduo faz barreira à construção da relação dialética entre a estrutura e as disposições constitutivas do *habitus*:

Ser que se reduz a um ter, a um ter sido, ter feito ser, o *habitus* é o produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessário para que esses produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas (por exemplo, da língua, da economia, etc.), consigam reproduzir-se, sob a forma de disposições duráveis, em todos os organismos (que podemos, se quisermos, chamar indivíduos) duravelmente submetidos aos mesmos condicionamentos, colocados, portanto, nas mesmas condições materiais de existência (BOURDIEU, 1983, p. 78-79).

Uma aplicação prática da noção de *habitus* numa pesquisa empírica encontramos em *La distinction* (1979). Bourdieu constrói o espaço social como espaço das posições sociais objetivas ocupadas por cada classe de agentes, de acordo com “dois princípios de diferenciação social”, que são o capital econômico e o capital cultural. Os agentes ou os grupos de agentes estão distribuídos no espaço social em função do volume global de capital de que dispõem (capital econômico mais capital cultural) e da estrutura de seu capital (o peso relativo de cada um dos capitais). Assim, por exemplo, na dimensão vertical (volume global de capital) encontramos a oposição entre profissionais liberais ou empresários da indústria, no topo, e operários ou trabalhadores rurais, na base do espaço social; já na dimensão horizontal (estrutura do capital) se opõem, na parte superior do espaço social, professores universitários,

---

<sup>40</sup> Bourdieu (1983) afirma também que condições de existência idênticas tendem a produzir sistemas de disposições ou esquemas de pensamento e de ação semelhantes, provocando uma “homogeneidade relativa” dos *habitus* de todos os agentes membros de um mesmo grupo ou de uma mesma classe social.

por um lado, com mais capital cultural, e empresários industriais, de outro lado, mais ricos em capital econômico. Por uma relação de homologia, cada classe de posições sociais corresponde a um conjunto de práticas culturais (cinema ou teatro), atividades esportivas (tênis ou futebol), bens possuídos (uma segunda casa), consumos (champanha ou cerveja), etc. – o que ocorre pela mediação dos *habitus*, que são produzidos pelas condições sociais relacionadas à posição ocupada no espaço social. O *habitus*, como princípio gerador, traduz as características de uma posição social em um estilo de vida, ou seja, em um certo número de escolhas de pessoas, de bens, de consumos, de práticas<sup>41</sup> (BOURDIEU, 2008).

A importância do *habitus* reside no fato de que um conjunto de disposições subjetivas pode ser pensado e analisado como produto de uma história entendida como sequência de condições objetivas. O *habitus*, segundo Ortiz (1983), é um “conceito mediador” entre estrutura e ação, permitindo articular dialeticamente objetividade e subjetividade, procurando encontrar uma mediação entre sociedade e agente social. Bourdieu propõe uma “teoria da prática” onde as ações são efetivamente realizadas pelos indivíduos ou agentes, porém dentro de um espaço social objetivamente estruturado<sup>42</sup>. É justamente as condições estruturais, ou o “conjunto das relações objetivas”, que o interacionismo simbólico e a psicologia social não conseguem contemplar. E a noção de *habitus* pretende dar conta das condições objetivas sem que as relações entre estrutura e agente sejam interpretadas de uma maneira mecânica ou fatalista.

#### 2.4.2 *Habitus* e identidade profissionais

Contudo, será que o conceito de *habitus* pode ser útil às análises empíricas sobre identidades profissionais? Poderíamos entender a identidade profissional a partir de um certo

---

<sup>41</sup> “A sistematicidade está no *opus operatum* por estar no *modus operandi*: encontra-se no conjunto das propriedades, no duplo sentido do termo, de que os indivíduos ou os grupos estão rodeados – casas, móveis, quadros, livros, automóveis, álcoois, cigarros, perfumes, roupas –, e nas práticas em que eles manifestam sua distinção – esportes, jogos, distrações culturais –, apenas porque ela está na unidade originariamente sintética do *habitus*, princípio unificador e gerador de todas as práticas” (BOURDIEU, 2008, p. 165).

<sup>42</sup> Outro conceito-chave de Bourdieu é o de “campo”, entendido como um espaço social em que ocorre um conjunto de relações objetivas. Cada campo social é uma forma de “economia”, no sentido de que possui uma forma particular de se organizar, ou seja, tem suas próprias leis de funcionamento, garantindo uma certa “autonomia relativa”. A noção de campo possui, basicamente, três características: 1) o campo se constitui num espaço no qual as posições dos agentes estão pré-fixadas ou previamente determinadas; 2) o campo é um lugar de relações de poder, determinadas pelas posições dos agentes e onde se contrapõem dominantes e dominados; 3) o campo é um local em que ocorre confrontações entre os diversos interesses dos agentes.

*habitus* profissional, como princípio que gera as práticas e as representações propriamente profissionais? Desde já haveria uma implicação: a identidade profissional não poderia ser entendida como sendo exclusivamente subjetiva, resultado de processos puramente interativos ou comunicativos. Por conseguinte, a identidade profissional estaria vinculada às condições objetivas relacionadas à profissão, seja das instituições responsáveis pela formação, seja do exercício profissional, ou do sistema de emprego, ou das relações com o Estado. Seguindo os próprios ensinamentos de Bourdieu, diríamos que a melhor maneira de descobrir a utilidade da noção de *habitus*, também no caso da identidade profissional, seria tentar aplicá-la no trabalho investigativo, nas operações práticas de pesquisa, com o material empírico disponível. Ainda assim, algumas reflexões aproximativas podem ser breve e preliminarmente realizadas.

O sociólogo Claude Dubar (2005), a propósito das identidades sociais e profissionais, critica Bourdieu por operar uma suposta “dupla redução”: a) limitar o conjunto das condições objetivas que produzem o *habitus* a uma posição diferencial no espaço social; b) vincular a percepção ou a visão do campo social obtida graças ao *habitus* à orientação ou à previsão necessária para gerar as práticas. Na avaliação de Dubar (2005), uma adequada teoria da identidade – que não reduza a identidade social como sendo identificação a uma posição social e às disposições associadas –, em vez de se fundamentar na “dupla redução” operada pela teoria do *habitus*, deveria realizar uma dupla articulação: a) entre “trajetória” e “sistema”, recusando a homologia posições-*habitus*; b) entre “trajetória anterior” e “estratégia”, rejeitando a continuidade necessária entre passado e futuro. Na verdade, a indisposição de Dubar para com o conceito de *habitus* assenta, teoricamente falando, na sua convicção de que há uma “irreduzível dualidade” nas lógicas constitutivas do social, separando os processos de trabalho (mundo da produção) dos processos interativos (mundo da comunicação) – e, certamente, Dubar prefere o “lado interativo ou comunicativo”, que é, na visão do autor, onde se formam as identidades sociais e profissionais.

Por falar em interação social, aliás, ela mesma deve sua forma às estruturas objetivas que produziram as posições e as disposições dos agentes na interação e fora dela. Segundo Bourdieu (1983, p. 75), “a verdade da interação nunca reside inteiramente na interação”, como supõem a psicologia social e o interacionismo simbólico, que, de resto, reduzem a estrutura objetiva das relações entre os indivíduos à “estrutura conjuntural” de sua interação numa dada situação. E esquecem que os indivíduos carregam sua posição presente e passada na estrutura social sob a forma de *habitus*, com todas as disposições que são marcas da posição objetiva ocupada no espaço social.

Veja-se que pensar a identidade profissional por intermédio da noção de *habitus* – e da perspectiva teórica que a acompanha – supõe uma mudança total de foco de análise em comparação ao modelo de Dubar e ao conceito de representação social: saem, decididamente, os processos interativos e intersubjetivos e entram as condições estruturais ou objetivas. Isto significa que a identidade de um profissional estaria umbilicalmente relacionada às condições concretas que circunscrevem sua profissão, não sendo possível abstrai-la da realidade profissional. O mercado e as relações de trabalho, salário e/ou remuneração, autonomia e autoridade profissional, formação e qualificação, a organização corporativa da profissão, o tipo de conhecimento especializado (*expertise*), enfim, é este conjunto de condições objetivas que estão na base da construção da identidade profissional.

De acordo com Mitjavila (1994), a identidade social não se limita a um mero conjunto de categorizações ou tipificações de natureza exclusivamente subjetiva: as bases da construção da identidade se encontram, não no terreno das representações ou ideias, mas sim na própria realidade social. Se é preciso descartar aquelas posições teóricas que reduzem a identidade social a decisões voluntárias ou interesses individuais, também devemos prescindir daquelas que restringem a identidade a determinações materiais. Não se trata, porém, de procurar uma posição intermediária entre perspectivas antagônicas, socioestrutural e socio simbólica; trata-se, de fato, de reconhecer a importância das mediações entre agente social e sociedade. O que se apresenta como foco analítico – ainda segundo esta autora – não é nem o indivíduo nem as estruturas sociais em si mesmas, mas antes a relação dialética entre indivíduo e sociedade.

Observar as identidades profissionais através da lente teórica do *habitus*, na acepção de Bourdieu, permite precisamente dar conta deste complexo quadro. Em primeiro lugar, evita que a identidade seja entendida redutoramente como percepção e/ou expressão subjetiva e individual – como supõem, tendencialmente, o interacionismo simbólico e a psicologia social. Em segundo lugar, ao considerar as condições estruturais ou objetivas como base da identidade, não o faz de maneira determinista, pois concebe as mediações entre estrutura e ação, entre sociedade e agente social. Definitivamente, a identidade profissional não seria fruto de uma criação voluntarista, de um projeto individual, totalmente consciente e intencional, a partir do que os próprios profissionais elaboram a própria identidade e a expressam na medida em que se autodefinem. Como sugere a noção de *habitus*, a identidade dos membros de uma profissão resulta diretamente da realidade profissional, isto é, das condições estruturais a que estão submetidos todos os agentes profissionais e da relação dialética entre estes agentes e estas estruturas.

O *habitus*, esse sistema de disposições duráveis e transponíveis, esquemas de pensamento, de percepção e de ação, pode ser pensado no campo profissional como um *habitus* específico, produzido pelas condições estruturais que cercam e condicionam a profissão, a partir do qual se originam as práticas, representações, formas de comportamento, costumes, etc., que poderíamos chamar de “propriamente profissionais” e que, em última instância, expressam o “modo de ser” profissional. O *habitus*, enquanto princípio gerador e unificador das práticas e das representações, poderia ser o elemento comum, o ponto semelhante, a síntese de diversas ações e pensamentos profissionais – ou, se se quiser, a síntese de diversas manifestações identitárias<sup>43</sup> –, que permite evidenciar e compreender algumas especificidades ou particularidades dos profissionais e, quiçá, sua própria identidade como construção coletiva.

O próprio trabalho pedagógico, como sugere o texto de *La reproduction* (1970), tem por efeito “produzir indivíduos dotados de uma mesma formação durável e transponível, de um mesmo *habitus*, isto é, de esquemas comuns de pensamento, de percepção, de apreciação e de ação” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 206). O trabalho pedagógico, ele mesmo estruturado objetivamente, é capaz de engendrar um sistema de esquemas de pensamento e de ação parcial ou totalmente idênticos. É evidente que o sucesso de toda educação escolar depende da primeira educação que a precedeu, das aprendizagens ligadas à vida cotidiana, da aquisição da língua materna, etc., mas isso não impede que um trabalho pedagógico “secundário” possa inculcar um outro *habitus*, seja ele próximo ou distante do *habitus* “primário”. Assim, a educação profissional acadêmica pode produzir um *habitus* especificamente profissional, ou seja, um sistema de disposições partilhado por todos os membros da profissão e através do qual se engendram as práticas e as representações tipicamente profissionais.

No ponto de vista de Bourdieu, entretanto, o *habitus* engendrado nas “primeiras experiências”, isto é, no âmbito das relações familiares, e sob as condições socioeconômicas próprias daquele contexto, está no princípio da percepção de toda experiência ulterior. O que equivale a dizer que este *habitus* “primário”, que é característico de um grupo ou classe social, está no princípio da constituição de todo *habitus* posterior. Além disso, é preciso recordar duas características do *habitus*: primeiro, seu caráter durável, capaz de originar

---

<sup>43</sup> Numa pesquisa voltada à identidade dos assistentes sociais, Gentili (1998) identificou uma infinidade de “representações” da identidade profissional, sugerindo uma identidade multifacetada e plural, cuja predominância é – inversamente – da diversidade (cf. capítulo 3, seção 3.4.2).

práticas sucessivas, que continuam com o passar do tempo; segundo, o fato de ser transferível, isto é, capaz de produzir práticas em vários e diferentes campos sociais.

Assim, por exemplo, o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares (e em particular, da recepção e da assimilação da mensagem propriamente pedagógica), o *habitus* transformado pela ação escolar, ela mesma diversificada, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (por exemplo, da recepção e da assimilação das mensagens produzidas pela indústria cultural ou das experiências profissionais), e assim por diante, de reestruturação em reestruturação (BOURDIEU, 1983, p. 80).

A identidade profissional, assim, estaria vinculada ao *habitus* engendrado no âmbito da família, sob determinadas condições materiais de existência, características de um grupo ou classe social, que é apenas parcialmente modificado pela educação escolar. Seguindo tal perspectiva teórica, subjacente à noção de *habitus*, a identidade dos membros de uma profissão deve levar em consideração também a base social de onde são recrutados. A origem social e familiar dos profissionais joga papel importante na composição de sua identidade – algumas profissões, como, por exemplo, no Serviço Social, também conta a origem de gênero (*cf.* capítulo 3, especialmente seção 3.4).

## CAPÍTULO 3

### **SERVIÇO SOCIAL: profissão e identidade profissional**

Até aqui, temos conduzido nossa reflexão de maneira exclusivamente teórica – e, se se quiser, abstrata –, preocupando-se com modelos analíticos, pontos de vista sobre a realidade social e profissional, influências intelectuais, conceitos, etc. Embora algumas menções e exemplificações puderam ser inseridas no corpo do texto, apontando para alguns casos específicos e concretos – por exemplo, quando citamos a profissão médica –, ainda assim carecemos de um tratamento efetivo que envolva referentes empíricos. É certo que isto nos coloca desafios e dificuldades, pois seja qual for a profissão e a identidade profissional escolhidos para análise, sempre se agregará particularidades ou especificidades sobre as quais é preciso ter algum conhecimento. Conhecimento este, aliás, que nos levou ao Serviço Social, cuja abordagem, assim esperamos, permitirá ilustrar e clarificar vários pontos tratados ao longo do texto de forma mais abstrata, sem qualquer referência empírica.

Desenvolvemos, neste último capítulo, um trabalho bibliográfico que procura reconstituir o que há de mais importante na profissão de Serviço Social: sua origem histórica e profissionalização; sua emergência e institucionalização no Brasil; e o processo brasileiro da renovação profissional – é preciso dizer, no entanto, que nossas indicações nem de longe esgotam toda a trama de aspectos e elementos que configuram o curso histórico do Serviço Social como profissão. O leitor poderá julgar desnecessária a abordagem “totalizante” e, às vezes, demasiado detalhista que realizamos sobre o processo histórico do Serviço Social (no contexto da sociedade brasileira), mas estamos convencidos de que tal análise, além de promover um entendimento adequado sobre a profissão, é fundamental para refletir sobre a identidade profissional. Em outras palavras: trata-se de recuperar a historicidade do Serviço Social como base material e objetiva da identidade dos membros desta profissão. Além disso, elaboramos, na última seção, uma crítica que discute teoricamente dois trabalhos pioneiros e incisivos, empreendidos no âmbito da literatura profissional, sobre a identidade dos assistentes sociais.

### 3.1 A gênese do Serviço Social como profissão

Alguns autores pensam a emergência da profissão de assistente social numa relação de continuidade, resultante de um processo cumulativo que vai da racionalização da assistência (segunda metade do século XIX) à criação dos primeiros cursos de Serviço Social (passagem do século XIX ao XX). As análises que seguem este tipo de raciocínio incidem na organização da filantropia, na incorporação de parâmetros científicos e no desenvolvimento de um instrumental operativo. A origem do Serviço Social como profissão é vista como consequência de “fatores internos” ao corpo de agentes encarregados de desempenhar a prática da assistência. Poderíamos chamar esta perspectiva de análise de “endogenista”.

Outra linha de análise – que é predominante na literatura brasileira – prefere considerar as condições sócio-históricas que demandam o agente profissional. Para os autores filiados a esta perspectiva, o Serviço Social se constitui como profissão se inserindo no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes, inclusive com o agente profissional se tornando vendedor de sua força de trabalho. Tal mercado de trabalho não se estrutura mediante transformações que ocorrem no interior do Serviço Social, seja no seu referencial teórico, seja no marco da sua prática. Não é o Serviço Social que surge para criar um determinado espaço ocupacional, mas sim a existência deste espaço de trabalho que leva à emergência da profissão – esta perspectiva de análise poderia ser denominada “exogenista”<sup>44</sup>.

De acordo com J. P. Netto (1992), somente na fase do capitalismo monopolista é que se engendram as condições sócio-históricas para que, na divisão social e técnica do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam realizar práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia ou à organização da caridade, pois está vinculada diretamente à dinâmica da ordem monopólica. “A emergência do Serviço Social como profissão é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto

---

<sup>44</sup> Esta perspectiva de análise se tornou progressivamente hegemônica no Serviço Social brasileiro e está presente na mais difundida literatura sobre a profissão – daí porque a utilizamos no decorrer deste capítulo (*cf.* seções 3.1 e 3.2). Em nossa avaliação, contudo, o ponto de vista que considera, corretamente, a questão social, o movimento operário, a burguesia e/ou as classes dominantes, o Estado e a Igreja, ao analisar a origem e a profissionalização do Serviço Social, carece de uma consideração mais detida – complementar, porém necessária e importante – sobre a posição dos assistentes sociais (os núcleos pioneiros) nesse processo. Há que se ater ao papel jogado também pelos profissionais, por exemplo, na consolidação de espaços de trabalho (jurisdições) e na abertura de novas áreas de atuação.

profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 1992, p. 70).

No terço final do século XIX o capitalismo experimentou profundas transformações no seu ordenamento e na sua dinâmica, configurando a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo dos monopólios. O acréscimo dos lucros do capital passou a exigir cada vez mais o controle dos mercados, e a “livre concorrência” se converteu numa luta infundável entre os grupos monopolistas, que desde então controlam a produção e os mercados por cima dos povos e Estados. Nem é preciso dizer que o capitalismo dos monopólios intensifica a apropriação privada da riqueza (supercapitalização), ao mesmo tempo em que aumenta a exploração do trabalho e o contingente do chamado “exército industrial de reserva”.

Com o ingresso no capitalismo monopolista a intervenção do Estado muda funcional e estruturalmente. Ocorre uma refuncionalização do papel do Estado: às funções econômicas tradicionalmente desempenhadas se juntam novas funções de caráter político. O Estado funcional ao capitalismo monopolista opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação do capital, dentre elas a conservação física da força de trabalho. Se no capitalismo concorrencial a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia basicamente às lutas do proletariado, na fase dos monopólios a preservação e o controle contínuos da classe trabalhadora se tornaram uma função essencial do Estado.

Na verdade, a transição ao capitalismo monopolista se realizou paralelamente a um salto organizativo nas lutas dos operários e do conjunto dos trabalhadores – a era dos monopólios não se defronta mais com as “lutas carbonárias”, mas com um movimento proletário organizado, contando com sindicatos e partidos políticos<sup>45</sup>. Não há dúvida de que as políticas sociais do Estado decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe trabalhadora. Ao absorver determinadas demandas socioeconômicas e políticas postas pelo processo reivindicativo do proletariado, o Estado busca alargar sua base de sustentação e legitimação política, mediante a institucionalização de direitos e garantias sociais.

---

<sup>45</sup> O protesto operário pode ser encontrado desde as décadas iniciais do século XIX, especialmente na Inglaterra, berço da Revolução Industrial. Porém, as primeiras formas de oposição dos trabalhadores se dirigiram não ao explorador (ou opressor), mas ao instrumento da exploração (ou símbolo da opressão), ou seja, à máquina. O governo inglês reagiu com punição máxima aos “revoltosos”, inclusive com pena de morte pela destruição das máquinas, e a dura repressão impôs o refluxo do movimento. Aos poucos os trabalhadores foram percebendo que seus reais opressores eram os donos dos meios de produção e não as máquinas, o que os levou a refletir sobre seus objetivos e as estratégias em uso. Paralisações e greves se tornaram frequentes, em geral situadas no plano das reivindicações trabalhistas, tais como salário, jornada de trabalho, instalações adequadas, etc. O resultado mais importante dessas manifestações era o avanço que proporcionavam ao processo organizativo dos trabalhadores: mais unida em seus objetivos comuns, a classe trabalhadora se tornou cada vez mais organizada e politizada (MARTINELLI, 2001).

É somente nestas condições que as sequelas da chamada “questão social” se tornam objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado, isto é, que a questão social se põe como alvo de políticas sociais. O processo pelo qual o capitalismo monopolista estrutura o espaço ocupacional que possibilita a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas estratégias através das quais o Estado burguês busca enfrentar a questão social. As políticas sociais do Estado requerem agentes técnicos especializados tanto para sua formulação como para sua implementação. Está posto o mercado de trabalho para o assistente social: ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais.

Conforme Netto (1992), o Serviço Social, enquanto profissão, não é uma possibilidade posta somente pela lógica socioeconômica da “ordem monopólica” – entendendo-se aí, além das características do novo ordenamento econômico, o ativismo político do movimento operário e as estratégias de legitimação política do Estado. O Serviço Social é dinamizado também pelo “projeto conservador” – próprio à burguesia monopolista – que contempla as “reformas” dentro da ordem econômica monopolista. Ademais de ser produto da divisão social e técnica do trabalho no capitalismo dos monopólios, desempenhando funções executivas na implementação de políticas sociais pelo Estado burguês, o Serviço Social é originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador<sup>46</sup>.

Cabe sublinhar que o “progresso” capitalista se fizera ao preço da exploração cada vez maior da classe trabalhadora, cujo processo de pauperização é proporcional à crescente concentração da riqueza nas mãos da burguesia – trata-se de uma “nova geografia” nos centros urbanos: a da pobreza. Além da organização política do movimento operário, a crescente onda de problemas sociais que acompanhara a expansão do capital também preocupava a classe burguesa. Era preciso criar alternativas que permitissem ajustar aos interesses do capital tanto o movimento organizado dos trabalhadores quanto a expansão dos problemas sociais. Nas palavras de M. L. Martinelli (2001, p. 61): “[...] tornava-se indispensável recorrer a estratégias mais eficazes de controle social, capazes de conter o vigor das manifestações operárias e a acelerada disseminação da pobreza e do conjunto de problemas a ela associados”.

Assim é que, visando afastar as ameaças representadas pelo aumento exponencial da pobreza e pelas investidas políticas dos trabalhadores, além de conceder uma aura de legitimidade à ordem social capitalista, a burguesia dirigiu esforços no sentido de racionalizar

---

<sup>46</sup> Isto não significa dizer que o Serviço Social seja impermeável a outros projetos de classe. O exercício profissional, ele mesmo inscrito na dinâmica de enfrentamentos de classes e frações de classes, abre a possibilidade para que outros projetos sociopolíticos possam rebater no referencial ideológico da profissão (NETTO, 1992).

a prática da assistência, unindo-se nessa empreitada aos seus tradicionais aliados: o Estado e a Igreja. Racionalizar a prática social significava transformá-la em um instrumento auxiliar à acumulação do capital e à reprodução das relações sociais capitalistas, através de um rigoroso controle social sobre a classe trabalhadora. Para se efetivar com chance de êxito, entretanto, era necessário ocultar suas reais intenções: “[...] em um abstrato discurso humanitário, baseado na igualdade e na harmonia entre as classes, a prática social burguesa procurava gerar a ilusão de que havia um real interesse pelas condições de vida da família operária” (MARTINELLI, 2001, p. 65).

Ao longo do tempo a burguesia se viu compelida a rever suas estratégias de assistência aos pobres. A pobreza crescera tanto na Europa durante o século XIX que seu atendimento não podia mais se restringir às iniciativas de particulares ou da Igreja: era preciso mobilizar o Estado. Tornava-se imperioso para a classe dominante ampliar as bases da prática assistencial, conferindo-lhe novos padrões de eficácia, eficiência e racionalidade. A Inglaterra foi o primeiro país a criar não só uma legislação específica para o atendimento da questão social, mas um organismo encarregado de racionalizar e normatizar a prática da assistência: já em 1869, membros da alta burguesia inglesa – com a colaboração da Igreja e do Estado – haviam criado a Sociedade de Organização da Caridade<sup>47</sup>. Assumindo a tarefa de racionalizar a assistência social e reorganizá-la em bases científicas, a Sociedade possibilitava à burguesia manter um rigoroso controle sobre as condições de vida da massa pauperizada.

As Sociedades de Organização da Caridade se foram expandindo para outros países europeus e também para a América do Norte. À medida que as Sociedades cresciam em quantidade e ampliavam seu campo de atuação, a preocupação com a qualificação dos agentes profissionais se tornava cada vez maior. Ainda no ano de 1893, a sede inglesa, situada em Londres, ofereceu o primeiro Curso de Formação de Visitadores Sociais Voluntários – a visita domiciliar era a prática mais usualmente realizada.

Mary Richmond, da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore, defendendo a criação de escolas de Serviço Social como forma de qualificar os agentes para o exercício profissional, propôs, durante a Conferência Nacional de Caridade e Correção de 1897, que se criasse uma escola para o ensino da “filantropia aplicada”. Em 1899, na cidade de Nova Iorque, foi criada a primeira Escola de Filantropia Aplicada. A partir daí, sob responsabilidade da Sociedade de Organização da Caridade, passaram a ser ministrados cursos regulares destinados à formação de “agentes sociais”.

---

<sup>47</sup> Para a reconstituição histórica dos principais acontecimentos direta ou indiretamente relacionados ao Serviço Social, seguiremos as indicações de Martinelli ([1989] 2001).

Richmond gozava de notável prestígio na Sociedade e tinha grande aceitação na classe burguesa. Suas ideias eram perfeitamente compatíveis com as da burguesia. Como diz Martinelli (2001, p. 106): “Acolhendo a concepção dominante na sociedade burguesa de que aos problemas sociais estavam associados problemas de caráter, Richmond concebia a tarefa assistencial como eminentemente reintegradora e reformadora do caráter”. Ainda segundo esta autora (2001), para promover tal “reforma” e reintegrar o indivíduo à sociedade, a estratégia sugerida era o uso das técnicas de diagnóstico social e visita domiciliar – o que levou Richmond, nos seus primeiros cursos, a estabelecer como objetivo a formação de *home visitors*<sup>48</sup>.

Com base na concepção de Mary Richmond, a ação social filantrópica caminhou rumo à sua institucionalização. Os cursos destinados à formação de “agentes sociais” se multiplicaram pelo continente europeu: em 1899, surge a primeira escola europeia, na Holanda; em 1908, criou-se a primeira escola de Serviço Social da Inglaterra; no mesmo ano, surge a escola alemã; em 1911, foram fundadas duas escolas em Paris. Com uma ação dotada de “força reintegradora” e funcionando como um instrumento de “reforma do caráter”, o Serviço Social ganhava cada vez mais aceitação pela burguesia, sempre interessada no controle sobre a classe trabalhadora e a massa empobrecida. A ação social também produzia efeitos úteis para o Estado burguês, auxiliando-o na tarefa de garantir as condições necessárias à expansão do capital – o que gerou um estreitamento das relações entre o Estado e a Sociedade de Organização da Caridade.

Durante a I Conferência Nacional de Trabalhadores Sociais, realizada em Nova Iorque em 1916, Richmond propôs que a profissão fosse denominada Trabalho Social e seus agentes chamados de trabalhadores sociais. O *social work* americano criticava o *social service* da Inglaterra e dos países europeus atribuindo a este último o caráter de prática servil, de ajuda, de doação – as Sociedades de Organização da Caridade americanas consideravam que o termo trabalho (*work*) denotava melhor a dimensão profissional da atividade dos agentes sociais. Para as Sociedades europeias, ao contrário, a atividade do Serviço Social se caracterizava mais pela disposição de servir do que pela profissionalização propriamente dita – não por acaso estavam fortemente vinculadas à Igreja Católica.

Na verdade, Europa e Estados Unidos seguiram diferentes percursos no que se refere à profissionalização do Serviço Social. A busca de conhecimentos científicos, nas áreas de

---

<sup>48</sup> Aliás, foi através do trabalho de visitador social domiciliar que o Serviço Social começou suas atividades nas instituições americanas: nos tribunais de justiça, para atuar nos casos em que houvesse crianças; nas equipes de saúde, em que houve a criação do primeiro Serviço Social Médico (1905); e na área escolar, atendendo crianças com problemas de aprendizagem (MARTINELLI, 2001).

psicologia, psicanálise, medicina e até direito, foi bastante enfatizada no Serviço Social americano. O livro de Richmond, publicado em 1917, trouxe grande impulso ao processo de profissionalização nos Estados Unidos: a autora insiste na importância do Trabalho Social e no alcance de sua prática, especialmente na abordagem individual. Em 1919, a Escola de Filantropia Aplicada foi incorporada à Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, com a denominação de Escola de Trabalho Social. No ano seguinte, surgiu a Associação Nacional de Trabalhadores Sociais, voltada para a organização, representação e defesa da categoria profissional.

Na Europa o itinerário do Serviço Social se fez por outra direção. Ao invés da linha psicanalítica e da abordagem individual americana, os assistentes sociais europeus apostaram numa linha sociológica e na abordagem grupal. Para buscar teorias e conhecimentos que permitissem sua penetração no contexto social, o Serviço Social europeu buscou apoio nas ciências sociais (sociologia, economia, pesquisa social). Entretanto, segundo Martinelli (2001), o pensamento sociológico que florescia na Europa no princípio do século XX era “nitidamente conservador”, o que fortaleceu ainda mais o vínculo com a Igreja Católica<sup>49</sup>. A primeira Escola Católica de Serviço Social havia sido criada em Paris (1911) e a França se tornou um pólo irradiador da vertente católica da prática profissional – logo após a fundação da escola de Paris, foram criados núcleos associativos de assistentes sociais católicos, que se multiplicaram tanto na França como nos demais países europeus. A grande expansão do Serviço Social europeu culminou com o surgimento, durante a I Conferência Internacional de Serviço Social, realizada na Itália em 1925, da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS).

Antes de finalizar esta seção, cumpre tecer algumas considerações sobre o significado social da profissão de Serviço Social no contexto da sociedade capitalista – para o que recorreremos ao “clássico” trabalho de Marilda Iamamoto (1982). O Serviço Social participa do processo de reprodução das relações sociais capitalistas<sup>50</sup>, sendo a atuação do assistente social necessariamente polarizada pelos interesses das “classes fundamentais”, isto é, burguesia e

---

<sup>49</sup> A despeito das diferenças, ambas as perspectivas de profissionalização do Serviço Social, americana e europeia, conformam-se a um denominador comum: a subsunção ao *ethos* (estilo de vida, modo de ser e de pensar) burguês e a defesa da ordem social capitalista. Com o passar do tempo, novos valores extraídos do neotomismo foram incorporados ao Serviço Social na América do Norte, enquanto que, na Europa, a tradição profissional se abriu às técnicas desenvolvidas pelos norte-americanos. Sobre este assunto ver Netto (1992).

<sup>50</sup> A reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força de trabalho e dos meios de produção (reprodução material). Para além da reprodução das forças produtivas e das relações de produção, reproduz a “vida espiritual”, isto é, as formas de consciência social (jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas, etc.). “Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (IAMAMOTO, 2008, p. 72).

proletariado. O Serviço Social reproduz interesses antagônicos que convivem em tensão: “Responde tanto a demandas do capital como do trabalho [...]. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 75). Resta saber, assim, qual tem sido a “tônica dominante” na trajetória histórica dos assistentes sociais: atender, prioritariamente, às exigências dos capitalistas ou dos trabalhadores.

Relembremos: no contexto da hegemonia do capital industrial e financeiro, a questão social adquire maior complexidade e suas manifestações se multiplicam, sendo o Estado forçado a gerir e organizar a prestação de serviços sociais – passa-se da caridade tradicional para a racionalização da atividade assistencial. Para os trabalhadores, os serviços sociais são complementares – já que é do salário que depende a satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência – à sua reprodução física e espiritual e de sua família, tornando-se vitais para os que compõem o “exército industrial de reserva”. Para os capitalistas e o Estado – além de socializar parte dos custos da reprodução da força de trabalho, partilhando-os com toda a população via impostos e taxas – tais serviços contribuem para reproduzir o trabalhador como um trabalhador assalariado, sempre disposto a vender parte de si mesmo para subsistir. O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão se vincula estreitamente ao crescimento das instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado. Ao atuar na implementação dos serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado, o assistente social intervém na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO, 2008).

O controle social e a difusão da ideologia dominante constituem recursos essenciais para se obter um mínimo de “consenso social” – haja vista que não há sociedade baseada na pura violência, para a aceitação da ordem do capital pela sociedade é preciso recorrer a outros mecanismos normativos e adaptadores. Na operacionalização de medidas de controle social – para o que a classe burguesa tem no Estado o aparato privilegiado –, o emprego de técnicas e “tecnologias sociais” é largamente utilizado: entre essas “tecnologias” se encontra o Serviço Social. Entre as atividades desenvolvidas pelo assistente social no âmbito da instituição empregadora (pública ou privada), ademais da ação de persuadir, buscando o máximo de adesão por parte da população usuária, é acrescida uma outra ação de fundamental importância: o trabalho “educativo” que incide sobre valores, comportamentos e atitudes dos trabalhadores. Para cumprir a tarefa de “harmonizar” as contradições presentes na sociedade, considerando os conflitos e as desigualdades sociais como “desvios”, transformando o que é expressão da luta de classes em “problemas sociais”, o trabalho profissional busca promover

mudanças ou adequações em termos de hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos, tendo em vista seu “ajustamento social” de acordo com os padrões dominantes<sup>51</sup>. Em suma, o Serviço Social atua como um instrumento auxiliar e subsidiário no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante junto à classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2008).

Dentro deste quadro analítico – proposto pela professora Marilda Iamamoto em 1982 e, desde então, hegemonizado nas análises sobre a profissão no Brasil e com influência em outros países latino-americanos – o Serviço Social é visto como “[...] uma das tecnologias colocadas a serviço da reprodução da força de trabalho, do controle social e da difusão da ideologia dominante para a classe trabalhadora” (IAMAMOTO, 2008, p. 120). E esta tem sido a direção predominante da intervenção profissional dos assistentes sociais, porém não exclusiva – haja vista que, a partir do chamado Movimento de Reconceptualização, iniciado na América Latina dos anos 1960, desenvolve-se uma outra corrente profissional, alternativa e oposta, porque vinculada à classe trabalhadora e às forças democráticas.

### **3.2 A emergência do Serviço Social no Brasil**

Uma primeira e pertinente observação nos leva às condições de vida e de trabalho da população operária na sociedade brasileira dos anos 1920 e princípio de 1930. De acordo com Raul de Carvalho ([1982] 2008), a parcela crescente de operários urbanos vivia em “condições angustiantes”: amontoados em bairros insalubres, junto às aglomerações industriais, marginalizados social e ecologicamente dentro das cidades, carentes de água, esgoto e luz. Não bastasse isso, tinham de trabalhar em empresas cujas condições de higiene e segurança eram precárias, e onde acidentes aconteciam com frequência. Mais ainda: percebendo salários ínfimos, cada vez mais pressionados para baixo, a família operária via mulheres e crianças sendo forçadas a entrar no mercado de trabalho.

Vivendo nessas condições de existência e de trabalho, o proletariado industrial buscou organizar-se para defender seus interesses. Durante o lapso considerado, as formas de organização dos operários foram bastante diferenciadas, expressando diversos estágios de desenvolvimento: Associação de Socorro Mútuo e Caixas Beneficentes, Ligas Operárias,

---

<sup>51</sup> Como diz M. Iamamoto (2008, p. 116): “Sendo o Assistente Social um técnico em relações humanas por excelência, essas características apontadas na prática profissional são recuperadas pelos representantes do poder no sentido de interferência e controle de aspectos da vida cotidiana da classe trabalhadora, utilizando-se da mediação desse intelectual”.

Sociedades de Resistência e Sindicatos, Confederações Operárias, Congressos Operários, etc. As reivindicações principais estavam centradas em questões trabalhistas, tais como salário, jornada de trabalho, férias remuneradas, seguro contra acidente de trabalho, regulamentação do trabalho de mulheres e menores, etc. Greves e manifestações operárias aconteceram com muita frequência. No entanto, as organizações operárias foram duramente reprimidas, com o fechamento de suas sedes e a perseguição de seus líderes: “Aos movimentos desencadeados pelo proletariado a resposta principal e mais evidente do Estado na Primeira República, diante da sua incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes, será a repressão policial”<sup>52</sup> (CARVALHO, 2008, p. 133).

Já o comportamento do empresariado em relação ao movimento operário nesse período foi no sentido de impedir a regulamentação do mercado de trabalho e de manter um confronto constante com os sindicatos – cuja legitimidade só fora reconhecida no quadro colaboracionista do “sindicalismo oficial” varguista. Ressalta-se a crítica dos empresários à inexistência de instituições que visem produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril, as quais disciplinariam a vida dos operários fora dos muros da fábrica. Em face da questão social, cumpre assinalar que a maioria das empresas de grande porte proporcionava aos seus empregados uma série de serviços assistenciais, em geral gratuitos ou a preços reduzidos, sendo comum a existência de vilas operárias, ambulatórios, creches, escolas, etc. – tais “benefícios”, evidentemente, eram condicionados ao “bom comportamento” diante das greves e a uma “vida regrada” por parte dos trabalhadores.

A política de valorização do café, ainda que tenha permitido, na primeira metade dos anos 1920, uma aparente prosperidade e retomada dos negócios, chegou ao final desta década em evidente decadência: é a crise da economia cafeeira, imbricada à crise mundial de 1929. Paralelamente, a burguesia cafeeira – que detinha o controle do aparelho de Estado – ia sendo constantemente ameaçada tanto pelas outras parcelas da classe dominante, dado o acirramento das contradições intraoligárquicas, como pelas classes médias urbanas, em crescente insatisfação, além, é claro, da movimentação do proletariado. Em meio à crise, oligarquias regionais não vinculadas à economia cafeeira, alguns setores do Estado, sobretudo os militares, e a maioria das frações médias urbanas se juntam numa coalizão heterogênea que desencadeia o movimento político-militar de 1930, pondo fim à República Velha. A política

---

<sup>52</sup> Ainda que tenha sido criado o Conselho Nacional do Trabalho (1925) e que a legislação trabalhista tenha chegado às mãos do Congresso Nacional (Emenda Constitucional, 1926). Ademais, logo foram aprovadas “leis de proteção ao trabalho”, como a lei de férias, acidente de trabalho, código de menores, dentre outras. Mas é preciso advertir: a aplicação efetiva dessa legislação se limitou a alguns setores dos principais centros urbanos, notadamente os setores ferroviário, marítimo e portuário, de evidente importância para os agroexportadores.

econômica é então orientada para favorecer o sistema produtivo voltado ao mercado interno e para diversificar a pauta de exportações – além de preservar a economia do café, que continua sendo o principal eixo da acumulação. No plano político, o Estado busca implantar um sistema corporativista, centralizando em sua órbita os interesses divergentes das frações dominantes bem como as reivindicações do proletariado<sup>53</sup>, sob o discurso da ordem e da harmonia social, do trabalho e do desenvolvimento – o mito do “Estado acima das classes”.

A partir da queda da República Velha – e aproveitando a conjuntura política daquele momento, de “crise de hegemonia” entre os setores burgueses e de movimentação das classes populares – se inicia a segunda fase da chamada “reação católica”<sup>54</sup>. A Igreja intensificou a mobilização da opinião pública católica – vejam-se os eventos de 1931, proclamação de N. S. Aparecida como padroeira do Brasil e inauguração do Cristo Redentor, onde o padre Dom Leme, diante de uma multidão, exigiu ameaçadoramente o reconhecimento da Igreja pelo Estado varguista. Percebendo a ligação da Igreja com a burguesia cafeeira e reconhecendo a importância desta instituição para a estabilidade do novo regime, o governo “[...] multiplicará suas demonstrações de receptividade e boas intenções para com a Igreja, acenando-lhe com a volta dos antigos privilégios e o acréscimo de outros tantos” (CARVALHO, 2008, p. 157). O que é devido salientar é que, a partir de 1932, ocorreu uma ampliação e diversificação do movimento católico leigo: tendo por base o Centro Dom Vital e a Confederação Católica, criados na década anterior, surgiram a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, os Círculos Operários, a Confederação Nacional dos Operários Católicos, a Liga Eleitoral Católica, além da Ação Católica Brasileira.

Pois bem, estas são as condições sócio-históricas que delimitam o aparecimento do Serviço Social no Brasil. Mais precisamente, é no curso do desenvolvimento do movimento católico leigo, centralizando-se o apostolado social através da Ação Social Católica, que surge o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), na cidade de São Paulo, em 1932, sob o incentivo

---

<sup>53</sup> A própria política social formulada pelo novo regime esteve fortemente ligada à estrutura corporativista, sendo os “direitos do trabalho” condicionados à aceitação do sindicalismo controlado ou oficial. Nos primeiros anos do Governo Provisório (este compreendido entre 1930 e 1937) a legislação social anterior é revista e ampliada: jornada de 8 horas, férias, juntas de conciliação e julgamento, contrato coletivo de trabalho, etc. “Paralelamente e, inclusive, antecedendo o cumprimento efetivo das medidas de ‘proteção ao trabalho’, é baixada uma legislação sindical tendente a vincular estreitamente ao controle estatal a organização da classe operária” (CARVALHO, 2008, p. 152).

<sup>54</sup> Desde o princípio do século XX a Igreja vinha desenvolvendo uma ampla mobilização da opinião católica, com programa de reivindicações (acesso da Igreja ao ensino público, legalização do casamento religioso, universidade católica, organização do eleitorado católico, etc.), buscando recuperar os privilégios perdidos com o fim do Império e a promulgação da Constituição de 1891. Destaca-se a atuação da pastoral de Dom Sebastião Leme (1916 em diante), a criação da revista *A Ordem* (1921) e do Centro Dom Vital (1922), bem como a Confederação Católica (1922). Contudo, a despeito das “questões pendentes”, a posição da Igreja em relação ao Estado foi de absoluta colaboração – solidariedade estendida à burguesia cafeeira.

e o controle da hierarquia católica. Realizou-se aí o primeiro curso de preparo para o exercício da ação ou prática social: trata-se do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, ministrado pela assistente social belga Adèle de Loneaux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Participaram desse curso somente “moças da sociedade”, isto é, jovens católicas, que militavam no movimento leigo, provenientes da burguesia paulista (famílias abastadas). O objetivo principal do CEAS – cujo início das atividades se dá exatamente a partir do curso mencionado – era promover a formação de seus membros através do estudo da doutrina social da Igreja e qualificar os agentes ou trabalhadores sociais para a realização da prática assistencial. Para além dos estudos, o CEAS pretendia também intervir diretamente junto ao proletariado por meio de sua ação social filantrópica – para o que criou, inicialmente, os Centros Operários. Historicamente, o evento simultâneo da criação do CEAS e da realização do curso de “formação social” marcou o primeiro passo na longa caminhada do Serviço Social em solo brasileiro<sup>55</sup>.

A primeira Escola de Serviço Social do país foi fundada em São Paulo, pelo CEAS, em 1936. No ano anterior, havia sido criado o Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo, numa tentativa de racionalizar e organizar a prática assistencial pública e privada, sobretudo as ações destinadas aos menores de idade. Assim, ademais da demanda inicial constituída pela própria Ação Social Católica, começa a aparecer outro tipo de demanda, partindo de determinadas instituições estatais. Quer dizer: quando do surgimento da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, já existia uma demanda, real ou potencial, por parte do Estado, que por sua vez assimilou a formação doutrinária típica do apostolado social – aliás, em 1939, o CEAS firmou convênio com o (renomeado) Departamento de Serviço Social de São Paulo para a organização de Centros Familiares em bairros populares.

No Rio de Janeiro a constituição de escolas especializadas na formação de assistentes sociais aconteceu a partir de iniciativas variadas: à diferença dos paulistas, ali houve uma participação mais efetiva das instituições públicas – notadamente, do Juízo de Menores e dos órgãos públicos de assistência médica e sanitária – e um apoio mais direto da alta

---

<sup>55</sup> Segundo Raul de Carvalho (2008), o que se pode considerar como “protoformas” do Serviço Social no Brasil tem sua base nas obras e instituições sociais que começam a aparecer ainda na década de 1920. Instituições assistenciais como a Associação das Senhoras Brasileiras (Rio de Janeiro, 1920) ou a Liga das Senhoras Católicas (São Paulo, 1923) já possuíam alguma distinção em face da caridade tradicional: envolvem de forma mais direta e ampla a grande burguesia carioca e paulista, aportam recursos do Estado, projetam uma assistência preventiva. A importância destas instituições sociais não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil: “Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social” (CARVALHO, 2008, p. 167).

administração federal e da cúpula da Igreja católica<sup>56</sup>. Por iniciativa do Grupo de Ação Social da Igreja católica, surgiu, em 1937, o Instituto de Educação Familiar e Social, composto pelas escolas de Serviço Social (Instituto Social) e de educação familiar; a Escola Técnica de Serviço Social foi fundada em 1938, por iniciativa do Juízo de Menores e com o apoio do Ministério da Justiça; em 1940 foi criado o Curso de Preparação em Trabalho Social, na escola de enfermagem Ana Nery. No decorrer da década de 1940 diversas escolas de Serviço Social foram criadas nos demais estados brasileiros, sendo a maioria delas de origem católica e sob a influência das escolas pioneiras do eixo Rio-São Paulo. Não obstante, o número de assistentes sociais diplomados durante este período foi bastante reduzido (CARVALHO, 2008).

Não resta dúvida de que, devido principalmente à sua relação umbilical com o bloco católico, o Serviço Social que emerge no Brasil toma como referencial – o que não significa uma simples transplantação – o *Service Social* europeu, sobretudo o modelo franco-belga, sendo que certas características dos núcleos pioneiros da profissão são frequentemente atribuídas – ademais da origem social e religiosa desses núcleos – à influência europeia, tais como formação doutrinária, ausência de base técnica, autoritarismo, paternalismo, etc. Segundo Carvalho (2008), as primeiras escolas de Serviço Social do país dependiam das escolas europeias em termos de corpo docente, modelo de organização, currículo e material didático – o CEAS rapidamente enviou representantes para estudarem na Europa, na Escola Católica de Bruxelas, e o Instituto Social (RJ) trouxe docentes franceses para compor seu quadro de professores.

Contudo, a partir do Congresso Interamericano de Serviço Social, realizado em 1941 nos Estados Unidos (*Atlantic City*), ocorre uma inflexão no Serviço Social brasileiro, cujas principais escolas passam a se relacionar estreitamente com as grandes instituições escolares norte-americanas. Inicia-se aí um programa de intercâmbio em que bolsas de estudo são destinadas aos países latino-americanos, tendo as escolas do eixo Rio-São Paulo prontamente enviado docentes para fazerem cursos nos Estados Unidos. A influência norte-americana determinou alterações nos currículos das escolas brasileiras bem como a introdução de novas técnicas – Serviço Social de casos individuais, Serviço Social de grupos, organização de comunidade (*community organization*).

---

<sup>56</sup> A primeira Semana de Ação Social do Rio de Janeiro (1936) – considerada como marco para a introdução do Serviço Social na então capital da república – contou com a participação, além da primeira-dama da Nação, Sra. Darcy Vargas, de ilustres representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e também de militares. Dentro do “princípio de cooperação” entre Igreja e Estado, a necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência – constatada e deliberada na referida Semana – é vista como uma necessidade não só para o movimento católico, mas também para o Estado e o empresariado.

Para que não haja dúvidas a respeito do caráter social e político destas novas técnicas profissionais desenvolvidas nos Estados Unidos e introduzidas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, permitam-nos explicar melhor um desses novos métodos de Serviço Social: o *case work*. Para Verdès-Leroux (1986, p. 66), muito mais que um método de entrevistas, a “ajuda psicossocial individualizada” pretendia ser uma filosofia, defendendo concepções como a autonomia pessoal ou a capacidade de se autoprogredir: “[...] o homem e a sociedade tratados no *case work* são, obviamente, o homem e a sociedade da mais otimista versão do liberalismo”. Por intermédio desta técnica, as carências essenciais dos clientes deixam de ser necessidades objetivas, que requerem uma resposta material, para se tornarem dificuldades ou incapacidades subjetivas, psicológicas, comportamentais. O *case work* – que chegou em boa hora, resolvendo o problema da competência profissional, dando ao Serviço Social o *status* de profissão técnica – permitiu aos assistentes sociais “espiritualizar” os problemas dos clientes: “Está aí, de fato, uma das características principais desse método, que se propõe, sempre, a transformar a atitude, os sentimentos, em relação a uma situação – e nunca a situação em si” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 78).

Até a implantação e o desenvolvimento das grandes instituições assistenciais (LBA, SENAI, SESI, Fundação Leão XIII, SESC, além dos Institutos de Previdência) – as quais, a partir dos anos 1940, ampliaram consideravelmente a demanda por profissionais, chegando até a patrocinar, através de bolsas de estudo, a formação de assistentes sociais para compor seus quadros de pessoal – os campos de atuação que se abriram aos primeiros profissionais se concentraram em alguns poucos órgãos públicos e nas iniciativas de ação social do movimento católico. O próprio CEAS, através dos Centros Operários e dos Círculos de Formação para Moças, constituiu um dos principais espaços de trabalho para os assistentes sociais recém formados, além do Departamento Estadual do Trabalho (inspetores do trabalho de mulheres e menores), do Juízo de Menores (comissários de menores) e, principalmente, do Departamento de Serviço Social do Estado de São Paulo. Algumas oportunidades de trabalho em empresas (indústrias) logo apareceram, somando-se àquelas proporcionadas pelos diversos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. Enquanto isso, as obras sociais particulares, como a Associação das Senhoras Brasileiras, a Associação Lar Proletário, dentre outras, também contratavam assistentes sociais. Algumas vagas de trabalho também surgiram em hospitais, a exemplo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (CARVALHO, 2008).

No tocante às atividades desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais, é preciso dizer que elas variam de acordo com o campo de atuação e a instituição empregadora, sendo

algumas práticas muito específicas. De um modo geral, atividades como atendimento em plantão social, disponibilização de informações, triagem, visita domiciliar, cursos de “formação familiar e moral”, educação doméstica para o lar, educação e/ou orientação moral, inquéritos familiares e sociais, concessão de benefícios e auxílios pecuniários, encaminhamentos diversos, dentre outras, foram – e algumas continuam sendo para os profissionais de hoje – as mais frequentemente executadas pelos pioneiros da profissão. O público ou a clientela a que se dirige a prática profissional corresponde, quase que exclusivamente, às famílias operárias, sobretudo as mulheres e crianças – merecendo destaque a atuação dos assistentes sociais nos diversos serviços de assistência ao menor, públicos e privados.

De acordo com Raul de Carvalho (2008), o discurso profissional do Serviço Social no contexto da sua emergência no Brasil<sup>57</sup> é essencialmente “doutrinário e apologético”: tendo por base o pensamento social da Igreja, principalmente as encíclicas papais, busca contrapor-se tanto ao comunismo quanto ao liberalismo – este desvinculado e apartado da ordem do capital –, entendendo a crise “mais profunda” da sociedade como uma crise moral, resultado da secularização dos valores sociais. O proletariado é visto como portador de uma “ignorância natural”, devido ao seu “baixo nível cultural” e à sua “formação moral deficitária”, do que decorre a situação de vida “anormal ou patológica” a que está submetido. As péssimas condições de moradia dos operários são associadas ao “desapego ao lar” e à “falta de educação doméstica da mulher”, assim como à “desagregação moral da família” recai a causa principal do trabalho infantil e dos menores abandonados. O tom do discurso é educativo e moralizante: para promover o “reajustamento” dos indivíduos à sociedade, corrigindo os “desvios de conduta” e resolvendo os “problemas sociais” – eles mesmos individualizados –, é necessário um “tratamento” educativo que incide sobre valores, hábitos e comportamentos da família operária. A visão de mundo dos pioneiros da profissão é própria de sua origem social burguesa (e católica).

Ao longo do tempo em que se estendeu a ditadura varguista (período do Estado Novo: 1937-1945), o discurso social permaneceu presente, de forma populista e paternalista, e os espaços para a ação social seguiram em expansão, à medida que se ampliavam as instituições responsáveis pela operacionalização das políticas assistenciais. Por sua vez, os assistentes sociais foram “imprimindo à profissão a marca do agir imediato, da ação espontânea”, e

---

<sup>57</sup> O autor recorre aos artigos publicados na *Revista Serviço Social* – editada em São Paulo, regularmente, a partir de 1940 – e às intervenções realizadas por assistentes sociais nos encontros promovidos pelo movimento católico (Semana de Ação Social etc.), além das teses apresentadas pelos formandos das primeiras turmas nas escolas de São Paulo e Rio de Janeiro.

produziram “práticas que expressavam e reproduziam os interesses da classe dominante, tendo por objetivo maior o ajustamento político e ideológico da classe trabalhadora aos limites estabelecidos pela burguesia” (MARTINELLI, 2001, p. 127). Desde meados de 1940, o Estado, em seu aparato burocrático, e as grandes instituições assistenciais (citadas anteriormente) demandavam um número crescente de profissionais e precisavam, cada vez mais, de agentes qualificados – do que resultou um “mercado nacional de trabalho” para os assistentes sociais<sup>58</sup>. O movimento católico leigo, por si só, já não tinha condições de responder a essa procura. O Serviço Social viu aderirem às suas fileiras novos segmentos sociais: se até então os agentes procediam da alta burguesia, agora ingressavam pessoas provenientes dos extratos médios urbanos, da pequena burguesia, especialmente funcionários das instituições sociais<sup>59</sup>. Esta ampliação e diversificação do contingente profissional aos poucos foram produzindo mudanças no interior da categoria: os novos agentes não eram movidos por ideais religiosos, “vocação para servir”, “sentimento de amor ao próximo”, pois aspiravam a uma carreira remunerada, qualificação e melhores salários. Os desdobramentos dessas transformações no quadro profissional se fizeram sentir, mais amplamente, a partir da segunda metade dos anos 1960, quando tem início o processo de renovação do Serviço Social também no Brasil.

### 3.3 A renovação do Serviço Social brasileiro

No Brasil, depois da emergência histórica do Serviço Social, a fase indubitavelmente mais significativa e ponderável é aquela evidenciada no *processo de renovação profissional*. A renovação do Serviço Social brasileiro está interligada ao processo mais amplo deflagrado na América Latina no meio da década de 1960 – cujo ponto de partida é o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, em maio de 1965 –

---

<sup>58</sup> No final desta década e nos anos 1950 o Serviço Social assistiu a uma grande ampliação de seus campos de trabalho, acompanhando o caminho das grandes instituições sociais e a modernização das administrações municipais. Paralelamente, surgem regulamentações importantes para a profissão: a lei n. 1.889, de 13 de junho de 1953, normatizou o ensino de Serviço Social; e a lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957, regulamentou o exercício profissional.

<sup>59</sup> “Ao ‘democratizar’ a base social de recrutamento de seus alunos, as escolas de Serviço Social, que permanecem em sua grande maioria dentro do bloco católico, passam a assumir uma função bastante diferenciada dos primeiros núcleos de formação e organização do apostolado social. De instâncias de preparação de moças da sociedade, com determinado capital cultural e formação familiar [...], as escolas passam a instâncias de seleção e formação de quadros subalternos” (CARVALHO, 2008, p. 220).

e que recebeu o título de Movimento de Reconceituação. Inicialmente preocupados com a “funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento”, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, promoveram questionamentos que acabaram por minar as bases do que se convencionou chamar de “Serviço Social tradicional”<sup>60</sup> – ainda que com posições e projetos divergentes.

A análise da renovação profissional no Brasil supõe, previamente, a referência ao contexto sociopolítico em que ocorreu, isto é, à dinâmica e crise da ditadura militar. Acima de tudo, o golpe de abril de 1964 representou uma derrota política para as forças democráticas, nacionais e populares, que vinham “movimentando-se”, sob a bandeira das reformas de base e contra a exploração imperialista, desde 1961. Parece também evidente – e o tempo tratou de mostrar peremptoriamente – que a emergência da ditadura militar brasileira transcendeu as fronteiras nacionais, integrando-se em uma sucessão de golpes de Estado patrocinados pelos centros imperialistas, sob o comando norte-americano<sup>61</sup>. Não por acaso ocorreu a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas e com uma integração ainda mais dependente ao sistema capitalista mundial – para o que foi preciso a repressão política e o sufocamento dos projetos nacionalistas e democráticos.

O golpe de abril deu novo impulso às “piores tradições” desde há muito existentes no país: a formação econômica “colonialista” sempre associada e dependente de centros externos; o monopólio da terra, poder da oligarquia latifundiária; a exclusão dos setores populares dos processos de decisão política; o protagonismo do Estado “centralizador”; a aliança das classes dominantes nacionais, especialmente a burguesia industrial, com o capital estrangeiro representado pelas grandes empresas multinacionais; e, enfim, a repressão policial-militar. O Estado que despontou com o regime ditatorial concretizou o rearranjo político das forças econômicas interessadas na continuidade do padrão de desenvolvimento associado e dependente, aprofundando-se ainda mais a heteronomia em relação aos países capitalistas centrais e a exclusão política da massa do povo – caráter antinacional e antidemocrático do Estado pós-64. A funcionalidade desempenhada pelo Estado, então

---

<sup>60</sup> Conforme Netto (2006, p. 117-118, nota de rodapé), devemos entender como Serviço Social tradicional a “prática empirista e burocratizada”, baseada em uma “ética liberal-burguesa”, voltada para a “correção” de problemas “psicossociais”, pressupondo a “ordenação capitalista da vida como um dado ineliminável”.

<sup>61</sup> Tratou-se de uma “contrarrevolução preventiva em escala planetária”, incidindo preferencialmente nos países do chamado terceiro mundo, onde se desenvolviam amplos movimentos de libertação nacional e social. O objetivo era claro: forçar a integração subalterna dos países periféricos no sistema capitalista internacional e imobilizar as forças políticas de resistência – sob o discurso oficial do anticomunismo (NETTO, 2006).

gerenciado pela burocracia militar, ia além de garantir as condições externas à acumulação, pois lhe cabia também a tarefa de promover a concentração e centralização do capital, mediante mecanismos tributários e creditícios e, inclusive, atuando como autor da industrialização pesada. Não resta dúvida de que “o grande beneficiário foi o grande capital”, principalmente os monopólios transnacionais.

J. P. Netto (2006) visualiza três momentos diferentes no transcorrer da ditadura militar, que vão do golpe, em abril de 1964, até a posse do general Figueiredo, em março de 1979, e que compreendem o “ciclo autocrático burguês”<sup>62</sup>. O primeiro momento se inicia em abril de 1964 e vai até dezembro de 1968, abrangendo o governo Castelo Branco e parte do governo Costa e Silva, sendo caracterizado “[...] pela inépcia da ditadura em se legitimar politicamente, em articular uma ampla base social de apoio que sustentasse as suas iniciativas” (NETTO, 2006, p. 35). O segundo momento começa em dezembro de 1968 e alcança o ano de 1974, envolvendo basicamente o fim do governo Costa e Silva e todo o governo Médici. Com o Ato Institucional Nº 5 (AI 5/1968) são rompidas as estruturas jurídico-políticas que abriam canais para o dissenso, instaurando-se o “terrorismo de Estado”, uma prática policial-militar organizada e sistemática de repressão política, e redimensionando-se o aparelho estatal para servir à acumulação do capital – é o tempo do crescimento econômico acelerado, do “milagre brasileiro”. O terceiro momento recobre o governo Geisel (1974-1979). “Se 1968 marcou uma inflexão para cima do ciclo autocrático burguês, 1974 marcou-a para baixo: abre o momento derradeiro da ditadura [...]” (NETTO, 2006, p. 41). Este período é caracterizado pela crise do “milagre” e por uma estratégia de sobrevivência do regime – autodenominada “processo de distensão” – que resultou no fracassado “projeto de autorreforma”, já no governo Figueiredo.

Cabe ressaltar, ainda, o “enquadramento do sistema educacional” efetuado pelo Estado pós-64. Mais além da progressiva expansão da demanda global por educação e do agravamento da crise do sistema educacional, o que preocupava a “autocracia burguesa” eram as incidências sociopolíticas que emergiam deste quadro: dada a repressão ao movimento operário e sindical, é o movimento estudantil que se lança à contestação ao regime. O “efeito catalisador” da mobilização dos estudantes colocou a questão educacional como prioritária para a ditadura: se entre 1964 e 1968 o esforço foi no sentido de erradicar as experiências

---

<sup>62</sup> O autor não considera que o fim do período autocrático burguês seja a desarticulação do Estado ditatorial nem tampouco a instauração de um regime político democrático. Segundo Netto (2006, p. 34-35), o governo Figueiredo demarcou a “incapacidade de a ditadura reproduzir-se como tal”, tendo em vista a “ampla vitalização do movimento popular” e o “reingresso da classe operária na cena política”, que forçaram as “negociações” e levaram o regime militar a uma “posição política defensiva”.

democratizantes que estavam desenvolvendo-se (o esvaziamento da universidade), a partir de 1968/1969 a política educacional se voltou para modelar o sistema de ensino conforme as exigências do projeto “modernizador” – aproveitando, também neste plano, para convocar o capital privado nacional e estrangeiro<sup>63</sup>. À dimensão repressiva, voltada para liquidar os focos de resistência ao regime, articulou-se uma dimensão “construtiva”, em que o refuncionalizado sistema educacional buscou formar quadros afeitos à racionalidade burocrática (crescimento quantitativo) e, simultaneamente, restringiu o trabalho acadêmico aos limites da academia – tolerando apenas uma crítica “formal e exclusivamente teórica”.

No que diz respeito à renovação do Serviço Social brasileiro, a política educacional da ditadura é importante em dois sentidos: em primeiro lugar, porque ela promoveu a expansão quantitativa e a refuncionalização das agências de formação profissional – aliás, foi durante o período de vigência do regime militar que o ensino de Serviço Social ingressou efetivamente no espaço universitário, com o surgimento de novos cursos bem como da inédita pós-graduação; em segundo lugar, e contraditoriamente, é no “enquadrado” sistema de ensino superior que surgem núcleos de reflexão e crítica profissional e societária. No âmbito da “modernização conservadora” implantada pela ditadura e tendo em vista a reorganização do Estado para gerenciar o desenvolvimento em proveito dos monopólios – o que incidiu também nas políticas sociais, em especial no aparato institucional encarregado de operacionalizá-las –, mudou o perfil profissional requisitado pelo mercado de trabalho: precisa-se de um assistente social “moderno”, onde traços “tradicionais” são substituídos por (ou mesclados com) procedimentos “racionais”. Contudo, este cenário vai além das requisições da “autocracia burguesa” ao Serviço Social: nele comparece não somente a funcionalidade da profissão ao regime e às suas demandas específicas, mas também vetores de crítica e de oposição. Nas palavras de Netto (2006, p. 129): “[...] instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava”.

Antes de adentrar, definitivamente, no processo de renovação profissional propriamente dito, cumpre assinalar alguns traços que caracterizam o movimento por que passou o Serviço Social brasileiro ao longo do regime militar: a renovação implicou o

---

<sup>63</sup> “Mas a política educacional da ditadura para o ensino superior não se submeteu à orientação dos interesses do grande capital apenas contendo o acesso à graduação e reduzindo a alocação de recursos públicos, liberados para investimentos em áreas mais prioritárias para os monopólios: transformou, pela primeira vez na história brasileira, o ensino superior num setor para investimentos capitalistas privados extremamente rentáveis – a educação superior, sob a autocracia burguesa, transformou-se num grande negócio” (NETTO, 2006, p. 62).

surgimento e a convivência de perspectivas diferentes, instaurando-se um pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional; abriu-se um espaço de interlocução teórico-metodológica com os problemas e as disciplinas das ciências sociais, devido principalmente à inserção no meio acadêmico; o próprio Serviço Social, enquanto profissão, tornou-se objeto de investigação e análise crítica; os eventos organizados pela categoria profissional (seminários, encontros, congressos, etc.) passaram a contar com um grau de problematização ou questionamento antes inexistente; e, constituiu-se um segmento profissional de vanguarda, dedicado à pesquisa acadêmica e à reflexão teórica.

A pesquisa levada a cabo por J. P. Netto – cuja primeira publicação apareceu em 1991 – apontou para as principais linhas de desenvolvimento da reflexão profissional que evoluíram diferencialmente, seja em termos cronológicos ou teóricos, no decurso da ditadura militar no Brasil, as quais constituem as direções da renovação do Serviço Social brasileiro<sup>64</sup>. A *perspectiva modernizadora* constitui a primeira expressão do processo renovador do Serviço Social no Brasil, desenvolvendo-se – principalmente, mas não exclusivamente – nos eventos da série denominada “seminários de teorização”, promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), realizados em Araxá (março de 1967) e Teresópolis (janeiro de 1970). Trata-se de um esforço no sentido de adequar o Serviço Social às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64, para tanto recuperando as concepções mais “tradicionais” da profissão no sentido de integrá-las numa moldura teórica e metodológica tida como “moderna”. De acordo com Netto (2006, p. 155), esta perspectiva “aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril” e tem por finalidade “dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às [suas] demandas”, do que resulta o “cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país”. Numa palavra: a particularidade da perspectiva modernizadora reside no fato de que ela foi a direção da renovação profissional mais adequada aos desígnios da “autocracia burguesa”.

Pode-se dizer que o encontro realizado na cidade mineira de Araxá representa a afirmação da perspectiva modernizadora do Serviço Social brasileiro. De fato, a ideia de “moderno”, de “novos papéis”, de “novos métodos”, não significa uma ruptura com o tradicionalismo profissional, ao contrário, o Documento de 1967 deixa explícito que há uma captura do tradicional sob novas bases – veja-se, por exemplo, que o Serviço Social é

---

<sup>64</sup> Seguiremos, aqui, as proposições formuladas por este autor (Netto, 2006). É devido observar que o alvo da pesquisa mencionada está centrado nas elaborações teóricas e no âmbito da “autorrepresentação” do Serviço Social, pois “é nele [neste alvo] que avulta, mais que em qualquer outro nível da profissão, o processo renovador” (NETTO, 2006, p. 131).

entendido como uma “ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais”. A “modernização profissional” é buscada – sem se desvencilhar dos postulados neotomistas (dignidade da pessoa humana etc.) – no arcabouço teórico do estrutural-funcionalismo, donde as noções de “sistema social”, “subsistema”, “integração social”, “globalidade”, a partir das quais se espera orientar uma nova metodologia de ação. É certo que os assistentes sociais não querem mais ser “meros executores” das políticas sociais e sim participar ativamente de sua formulação e gerenciamento, mas, neste passo, estão atendendo – também e, talvez, prioritariamente – à demanda técnico-funcional posta pela ditadura e seu projeto “modernizador”. Na avaliação dos formuladores de Araxá, o Serviço Social deve tornar-se uma “contribuição positiva ao desenvolvimento”, entendendo-se este tal como quer o Estado pós-64: planejamento centralizado, prioridade econômica, etc. – sem, é claro, qualquer crítica não só ao modelo de desenvolvimento adotado como ao próprio regime ditatorial.

Tudo indica que a consolidação da perspectiva profissional modernizadora aconteceu em 1970, quando da realização do segundo “seminário de teorização do Serviço Social” em Teresópolis (RJ). No Documento de 1970 a herança “tradicional” da profissão é dissolvida na dimensão operativa, subsumindo-se as formulações mais teóricas e abstratas bem como os valores profissionais dentro de uma proposta instrumental voltada para a operacionalidade técnica – para além da concepção profissional, tematizada em Araxá, o que se coloca como prioridade é a “pauta interventiva”. Fundamental é a contribuição pessoal e intelectual de José Lucena Dantas: deve-se a ele, sem dúvida, o substrato científico da metodologia do Serviço Social na sua vertente modernizadora<sup>65</sup>. Segundo Netto (2006, p. 192), as formulações apresentadas em Teresópolis “possuem um tríplice significado [...]: apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da ‘modernização conservadora’” – cabe notar, aqui, que o assistente social é considerado um “funcionário do desenvolvimento”.

Os encontros de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), também organizados pelo CBCISS, estiveram muito aquém do nível de problematização profissional a que alcançara o Serviço Social, sendo suas formulações bastante defasadas em relação ao debate empreendido pela categoria e academia, o que se expressa no “simplismo teórico” das intervenções dos conferencistas. Estes seminários encontraram a perspectiva modernizadora já em declínio e

---

<sup>65</sup> Além do texto apresentado no encontro de 1970 – “A teoria metodológica do Serviço Social. Uma abordagem sistemática” –, Dantas é autor de diversos artigos e apostilas e ministrou várias conferências pelo país. Esteve bastante influenciado pelas teses desenvolvimentistas e seu principal suporte teórico adveio do estrutural-funcionalismo. Atribuindo centralidade à questão metodológica, Dantas sugere que o “método profissional” seja constituído por duas operações básicas: diagnóstico e intervenção planejada.

deslocada do centro do debate profissional – o que não significa sua supressão –, acompanhando a decadência da ditadura e a crise do “milagre econômico”, desde a metade dos anos 1970. Com efeito, os textos apresentados nos colóquios de 1978 e 1984 sobre “cientificidade” e “fenomenologia”, bem como algumas intervenções de especialistas de outras áreas – destaque para um “interlocutor privilegiado” como a professora Creusa Capalbo –, já apontavam para outra direção renovadora no Serviço Social brasileiro.

É no âmbito de determinadas instituições universitárias – especialmente a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – que germina a segunda vertente da renovação do Serviço Social no Brasil: a *reatualização do conservadorismo*. Mostrando-se refratária às inovações introduzidas pela vertente modernizadora, esta perspectiva busca recuperar os componentes mais conservadores da tradição profissional, para isso tendo que “reatualizá-los” numa “nova” proposta teórico-metodológica. Trata-se do segmento profissional mais impermeável às mudanças e mais agarrado ao Serviço Social “tradicional”: aquele que defende o “traço microscópico” da intervenção e possui uma visão de mundo derivada, em última instância, do pensamento católico tradicional. O caráter renovador da reatualização do conservadorismo consiste na busca de matrizes intelectuais mais sofisticadas, donde a sua inspiração fenomenológica, respaldada na crítica aos referenciais neopositivistas e na recusa ao pensamento marxista.

A literatura profissional que defende a reatualização do conservadorismo faz uma crítica severa ao positivismo clássico e mais recente: ao “tratar os fatos sociais como coisas” se rejeita toda uma ordem de fatores que são decisivos, isto é, as significações, intencionalidades, sentimentos, valores, etc. Os assistentes sociais ligados a esta perspectiva sugerem substituir a “explicação causal”, própria dos paradigmas positivistas e neopositivistas, por um pensamento cujo quadro de referência seja a compreensão – daí o recurso à fenomenologia<sup>66</sup>. Por conseguinte, o Serviço Social é visto como um tipo de intervenção que se inscreve nas “fronteiras da ajuda psicossocial”, tendo como principal instrumento de trabalho o diálogo. Na verdade, subjacente à inspiração fenomenológica da vertente da reatualização conservadora, há uma recuperação explícita dos valores tradicionais da profissão – a exemplo do “princípio de autodeterminação”, fundado, como se sabe, no neotomismo e refundado, acriticamente, com base no “diálogo”.

---

<sup>66</sup> Na avaliação de Netto (2006), o recurso metodológico à fenomenologia não ocorreu sem problemas: as fontes originais do pensamento fenomenológico estão ausentes, isto é, inexistente uma interlocução direta com Husserl, Heidegger, Scheler; a maior parte das referências bibliográficas são de fontes secundárias – uma única exceção: Merleau-Ponty; o método fenomenológico aparece como imunizado de qualquer crítica; e, ainda, há uma simplificação das categorias fenomenológicas – por exemplo: a categoria “intuição” é definida como “um olhar penetrante para os fenômenos”.

A formulação mais cabal da perspectiva da reatualização do conservadorismo se deve ao trabalho de Anna Augusta de Almeida – trata-se da tese de livre-docência da autora, apresentada em 1977 e publicada no ano seguinte. Almeida se coloca decididamente contra as críticas dirigidas ao tradicionalismo da profissão, o que se revela, claramente, na sua nostalgia do Serviço Social originário do bloco católico, cujo modelo profissional era baseado no “respeito ao ser humano”, no “esforço pessoal” e na “ideologia do servir ao próximo”. Entretanto, para combater tanto as tendências modernizadoras quanto a incidência do pensamento marxista no campo profissional, a autora precisou elaborar uma “nova proposta” teórico-metodológica e o fez de uma forma bem particular: além do apelo à fenomenologia, ela recorreu ao personalismo católico de Mounier. Almeida introduz, juntamente com a importância do “diálogo”, outras duas categorias essenciais: “pessoa”, sob a qual pode privilegiar a singularidade, o indivíduo, a subjetividade, etc.; e “transformação social”, entendida não como mudança socioeconômica, mas como “crescimento e desenvolvimento da pessoa”. Em suma, a “nova proposta” de Almeida – expressão máxima da vertente profissional conservadora – “[...] recupera o que há de mais consagrado no tradicionalismo profissional: a herança psicossocial, a tendência à centralização nas dinâmicas individuais e o viés psicologizante” (NETTO, 2006, p. 245).

A terceira direção renovadora do Serviço Social brasileiro é a perspectiva chamada de *intenção de ruptura*. Seu ponto de partida é o celebre “Método BH” desenvolvido por um grupo de docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, no período de 1972 a 1975 – embora tenha permanecido uma “experiência isolada” por vários anos, tendo que esperar até a entrada dos anos 1980 para se consolidar academicamente e impulsionar o debate da categoria profissional. As dificuldades de afirmação no marco sociopolítico da ditadura militar não aconteceram ao acaso: “[...] a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possuiu sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa” (NETTO, 2006, p. 248). A vertente de ruptura, ao contrário das outras direções do processo de renovação, propõe uma crítica frontal e sistemática ao Serviço Social “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos: “Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador)” (NETTO, 2006, p. 159).

A perspectiva renovadora da intenção de ruptura está vinculada, mais do que as outras vertentes profissionais, à universidade – para o que jogou papel importante, contraditoriamente, a política educacional da ditadura, ao promover a expansão quantitativa

dos cursos de Serviço Social (em nível de graduação e também de pós-graduação). O período ditatorial mais duro e repressivo – para alguns: fascista – instaurado a partir de 1968 interdita a possibilidade de um projeto de ruptura no terreno da prática profissional, dado o controle institucional/organizacional sobre esta exercido, seja no âmbito do Estado ou do setor privado. Daí que a universidade, mesmo “enquadrada e refuncionalizada” pela ditadura, ainda assim se apresentava como um espaço menos adverso para se pensar numa proposta de rompimento com o passado profissional. Além disso, o projeto de ruptura com o tradicionalismo do Serviço Social supõe necessariamente um intenso trabalho teórico-metodológico e o *locus* universitário se mostrava mais propício à elaboração intelectual, à pesquisa e à experimentação<sup>67</sup>.

De acordo com Netto (2006), as bases sociopolíticas da vertente profissional da intenção de ruptura devem ser buscadas no movimento protagonizado pelas classes “exploradas e subalternas” entre 1961 e 1964 e que foi interrompido com o golpe de abril. Acrescente-se a oposição antiditatorial das camadas médias urbanas e o ativismo político do movimento estudantil nos primeiros anos de regime militar. Quer dizer, o Serviço Social, aqui, vincula-se às tendências mais democráticas e progressistas da sociedade brasileira: daí o “caráter político” da perspectiva de ruptura, que foi travado nos piores anos da ditadura, mas que pôde explicitar-se na transição democrática – recorde-se o emblemático “congresso da virada” (III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, CBAS, 1979), em que os representantes do governo militar foram substituídos à mesa por sindicalistas do ABC paulista, membros do movimento operário.

O trabalho desenvolvido pela equipe de docentes da Universidade Católica de Minas Gerais na primeira metade da década de 1970 – emersão inicial da perspectiva da intenção de ruptura, conhecido como “Método Belo Horizonte” – se apresentou inovadoramente como uma “alternativa global” ao tradicionalismo do Serviço Social: “[...] uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação” (NETTO, 2006, p. 263). E não poderia ser diferente, haja vista a crítica disparada pela escola mineira contra a tradição profissional: crítica esta que vai da “aparente neutralidade” e “papel conservador”, passando pela “visão

---

<sup>67</sup> Isso não significa dizer que o espaço acadêmico, ele mesmo tornado funcional à ditadura, não tenha colocado obstáculos ao projeto de ruptura, ao contrário, protagonistas dessa linha renovadora se defrontaram com sérios problemas. Não se pode esquecer que a experiência da Escola de Serviço Social da UCMG foi abortada em 1975, com a demissão de docentes em nome de uma suposta “crise institucional” (entre outros: Leila Lima Santos, que, aliás, acabou deixando o país). Veja-se também que, na PUC do Rio de Janeiro, “professores progressistas”, de outras áreas, mas que influíam na renovação profissional, foram excluídos ao iniciar os anos 1980 (é o caso, por exemplo, de Miriam Limoeiro Cardoso).

microscópica da realidade”, até chegar às “condutas desviadas”. Entretanto, a formulação belo-horizontina não esteve imune aos problemas, como querem demonstrar a ausência de uma clara projeção societária, subsumida na vaga noção de “transformação da sociedade e do homem” – o que é explicável, em parte, pela conjuntura sociopolítica do período áureo da ditadura –, bem como algumas concepções que padecem de um injustificável simplismo teórico. Na verdade, a dificuldade central e mais decisiva do grupo de profissionais da escola de Belo Horizonte cercou o marco teórico-metodológico em que se apoiaram: mais exatamente, diz respeito à modalidade de incorporação da tradição marxista, baseada principalmente em “manuais de divulgação” e sem o recurso às fontes originais – ou seja: um “marxismo sem Marx”<sup>68</sup>.

A reflexão levada a cabo por Marilda Yamamoto em 1982 representou, acima de tudo, a maioria intelectual da vertente da intenção de ruptura, com o devido amadurecimento teórico-metodológico – agora, recorrendo-se aos textos originais de Marx<sup>69</sup>. Esta autora propõe uma nova perspectiva de análise, capaz de situar adequadamente o Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, através do que seria possível apreender o “significado social” desta profissão na sociedade capitalista. O Serviço Social é entendido, historicamente, como um “tipo de especialização do trabalho coletivo”, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, que surge no contexto do aprofundamento do capitalismo, em que a questão social passa a ser objeto de uma intervenção sistemática por parte do Estado, que então centraliza e racionaliza a atividade assistencial – “prestação de serviços sociais” – mediante a implementação de políticas sociais. O Serviço Social é visto como uma “tecnologia social”, situada contraditoriamente entre as demandas do capital e do trabalho, atuando como um “instrumento auxiliar e subsidiário” ao controle social e à difusão da ideologia da classe dominante e, ao mesmo tempo, participando das “respostas legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora” (cf. seção 3.1, p. 84-86).

É esta perspectiva de ruptura que impulsiona o debate profissional a partir do segundo terço da década de 1980, seja no âmbito da categoria profissional, seja no espaço acadêmico –

---

<sup>68</sup> A aproximação do Serviço Social ao marxismo também não ocorreu sem problemas: inicialmente pela via da militância política, recorrendo a fontes secundárias e sob influência do marxismo estruturalista (Althusser), do marxismo-leninismo (teoria do reflexo), além das teses filosóficas de Mao Tsetung, esta aproximação só logrou qualidade ao iniciar o decênio de 1980, quando a reflexão profissional se nutriu diretamente do pensamento marxiano – notadamente com o trabalho de Yamamoto (1982).

<sup>69</sup> Antes disso, no final dos anos 1970, um empreendimento já buscava resgatar o projeto da ruptura: trata-se da produção acadêmica – teses de mestrado em Serviço Social, produzidas no âmbito institucional da PUC do Rio de Janeiro, sob especial influência das ideias da professora Miriam Limoeiro Cardoso – voltada para uma análise crítica textual das principais propostas da renovação profissional, visando clarificá-las epistemológica e ideologicamente.

com destacado protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A produção intelectual dos assistentes sociais teve avanço significativo no curso dos anos 1980 e 1990, e o número de títulos que se filiam à vertente de ruptura é bastante ponderável. Ademais, esta perspectiva influenciou de maneira decisiva os debates que culminaram com a formulação e aprovação do novo Código de Ética Profissional de 1993<sup>70</sup>. Mais ainda: no plano da formação profissional, as novas diretrizes curriculares de 1996 atestam indubitavelmente a influência do projeto de ruptura. Ao que tudo indica, a perspectiva renovadora que propôs as maiores mudanças no interior do Serviço Social parece ter alcançado a hegemonia, pelo menos em termos teóricos e políticos – resta avaliar, como já sugeria Netto ao introduzir a palavra “intenção”, se a vertente de ruptura também avançou efetivamente no terreno da prática profissional cotidiana. Se bem que a perspectiva da intenção de ruptura tenha conservado elementos de crítica e oposição ao tradicionalismo do Serviço Social, em termos de efetivo exercício profissional os resultados têm sido pouco significativos: “Donde, no seu perfil, um flagrante hiato entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos prático-profissionais para consumá-la” (NETTO, 2006, p. 161).

### **3.4 A identidade profissional dos assistentes sociais**

Após este percurso analítico – em verdade, mais expositivo ou descritivo do que propriamente analítico – acerca da profissão de Serviço Social em sua constituição e desenvolvimento históricos no contexto da sociedade brasileira, dedicar-nos-emos a pensar sobre uma área ainda pouco explorada pela literatura profissional do país: aquela que envolve a identidade dos assistentes sociais. Não fomos, nós mesmos, a campo pesquisar a identidade profissional em sua formação e manifestação. O que apresentamos, aqui, é uma reflexão preliminar voltada à produção teórica expressamente consagrada ao tema e empreendida no âmbito do próprio Serviço Social. Um rápido levantamento bibliográfico identificou dois

---

<sup>70</sup> O código de 1986 representou a ruptura com o tradicionalismo no campo da ética profissional: ruptura com o conservadorismo moral, com os princípios neotomistas e com os valores do humanismo cristão. Mas a ética que moveu este código se vinculou aos interesses da classe trabalhadora sem que houvesse uma reflexão ética abrangente: comprometeu-se com uma classe e não com valores. Já o código de 1993 resultou de um debate ético crítico e sistematizador, auferindo os ganhos do amadurecimento intelectual da profissão, superando as deficiências do código anterior e explicitando valores éticos fundamentais (liberdade, cidadania, democracia, justiça social, etc.). Sobre este assunto, aqui minimamente tangenciado, ver Barroco (2003) e, também, Bonetti org. (2001).

trabalhos – em comparação, muito diferentes, em termos de perspectiva teórica adotada, concepção de profissão, foco de análise, etc. – mais contundentes e importantes: a versão apresentada por Maria Lúcia Martinelli (1989) – primeira autora a tratar do assunto no Serviço Social brasileiro – e a pesquisa da professora Raquel Gentili (1998). A estes dois títulos dedicaremos as linhas a seguir, buscando refletir no sentido do alcance analítico das proposições destas autoras sobre a identidade profissional dos assistentes sociais.

### **3.4.1 Martinelli: identidade ou alienação**

Para se apreender a particular análise que a professora M. L. Martinelli faz sobre a identidade dos assistentes sociais é necessário principiar com o entendimento que esta autora (e não só ela) tem acerca da origem histórica e profissionalização do Serviço Social. Como se verá, a constituição profissional é considerada sob o ponto de vista “exogenista” de que falamos no início deste capítulo (*cf.* seção 3.1, p. 79). O que é importante salientar, desde já, é o desdobramento que tal reflexão adquire no trabalho da autora, condicionando – podemos dizer: comprometendo – em grande medida sua análise da identidade profissional.

A ascensão do movimento operário produziu uma série de inquietações na burguesia, cujo grande objetivo era a consolidação de uma estrutura socioeconômica unificada para toda a sociedade e irreversível, isto é, o capitalismo. Além da organização política dos trabalhadores, preocupava a classe burguesa a crescente onda de problemas sociais que acompanhara a expansão do capital. Para a classe dominante era preciso “afastar as ameaças” que pairavam sobre o horizonte burguês e que se expressavam pela incontida expansão da pobreza e pelas persistentes investidas da classe trabalhadora. À burguesia, então, tornava-se imperioso criar estratégias mais eficazes de controle social, ou seja, novas formas de prática social ou assistencial. Visando manter rigoroso controle social e afastando os antagonismos que desestabilizavam a ordem social capitalista, a burguesia encaminhou seus esforços de racionalização da assistência, unindo-se nessa tarefa aos seus históricos aliados: o Estado e a Igreja (MARTINELLI, 2001).

A busca de racionalização da prática social/assistencial significava transformá-la em um instrumento auxiliar ao processo de consolidação do modo de acumulação capitalista, em uma “ilusão necessária” à reprodução das relações sociais capitalistas. Assim, as novas formas de prática social tinham de constituir mecanismos que dessem uma aura de

legitimidade à ordem social burguesa. Nas palavras de Martinelli (2001, p. 65): “Ocultando suas reais intenções em um abstrato discurso humanitário, baseado na igualdade e na harmonia entre as classes, a prática social burguesa procurava gerar a ilusão de que havia, por parte da sociedade, um real interesse pelas condições de vida da família operária”.

Assim é que surgiram no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social. Esta profissão buscou afirmar-se historicamente como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, porém com uma “mistificada ilusão de servir”. As condições que determinaram seu surgimento como atividade profissional marcaram o Serviço Social como uma “criação típica do capitalismo”, como uma estratégia de controle social, como uma “ilusão necessária” à manutenção da ordem social burguesa (MARTINELLI, 2001).

No ponto de vista da autora, o Serviço Social já surge no quadro histórico com uma *identidade atribuída* (pelo capitalismo, pela classe burguesa, pelo Estado, pela Igreja), a qual expressa uma síntese das práticas sociais burguesas e dos mecanismos produzidos pela classe dominante para garantir a consolidação do sistema capitalista. Vejamos o que diz Martinelli (2001, p. 67):

Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-o da trama de relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas.

Distanciada da luta de classes e do “processo histórico real”, a “identidade atribuída”, composta pelos “desejos da classe dominante”, passou a determinar o percurso da prática social, assumindo cada vez mais a dimensão de estratégia de controle social. A burguesia, através do Estado e da Igreja, mantinha um “distanciamento” entre os agentes e a classe trabalhadora, restringindo espaços para reflexão e crítica. À medida que se fortaleciam os vínculos entre a prática social ou assistencial e a classe dominante, os próprios agentes profissionais acabavam por ratificar a “identidade atribuída”<sup>71</sup>. E, através desses vínculos, a “força penetrante da alienação” acabou por se alojar na categoria profissional. Quer dizer, a burguesia se apropriara não só da prática social, mas também de seus agentes:

Alienando em um só momento tanto a própria prática quanto os seus agentes, pois estes já não mais se pertenciam, mas sim aos interesses do capital, a identidade atribuída ganhava um estatuto lógico próprio, assumindo a condição de elemento

---

<sup>71</sup> É interessante notar que à autora pouco importa que os agentes profissionais fossem, eles mesmos, membros da classe dominante e militantes do movimento católico. Ora, o fato de serem “moças da sociedade”, católicas (ainda que não militantes) e pertencentes a famílias abastadas explica boa parte das maneiras de ser, pensar, vestir e, inclusive, atuar profissionalmente das primeiras assistentes sociais.

definidor da prática do Serviço Social na sociedade capitalista (MARTINELLI, 2001, p. 89).

Os assistentes sociais, produzindo ações distanciadas das contradições e antagonismos de classe, preocupavam-se em manter o “equilíbrio do todo social”, em administrar os “conflitos sociais” – eles mesmos entendidos como “problemas individuais” –, promovendo o “ajustamento” aos padrões estabelecidos pela sociedade burguesa. Segundo Martinelli (2001), o processo de trabalho (e de vida) dos agentes profissionais na sociedade europeia do final do século XIX foi “altamente bloqueador” do desenvolvimento da identidade profissional e da “consciência crítica” da categoria. Ao iniciar o século XX, o Serviço Social estava presente na maior parte dos países europeus e também nos Estados Unidos, porém sua identidade profissional era “tão cheia de contradições e antagonismos” quanto o próprio regime (capitalista) que a criara.

Está claro que o surgimento do Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 1930, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica. Martinelli (2001), então, acrescenta: foi com a “identidade atribuída” pelo capitalismo e chancelada pela Igreja que o Serviço Social chegou ao Brasil, sendo acolhido pelos setores mais abastados da burguesia e pelo movimento católico leigo. A prática dos assistentes sociais era uma expressão do poder hegemônico da classe dominante, e a “identidade atribuída” significava uma estratégia de controle social e de difusão do modo capitalista de pensar.

Destarte, os assistentes sociais “[...] haviam deixado de construir a própria identidade, a sua consciência coletiva em termos de projeto político e ação profissional” (MARTINELLI, 2001, p. 128). Mergulhado na “identidade atribuída” pela classe dominante e possuído pelo “fetiche da prática”, o Serviço Social não conseguia tomar consciência das contradições que o envolviam e, em consequência, não tinha como superá-las: alienadamente, então, integrou-se a elas. Correlativamente à fragilidade de consciência política da categoria, o que ocorria era uma ausência de identidade profissional: “o uso contínuo, persistente e tenaz da identidade atribuída pela classe dominante remetera [a profissão] para o território da não-identidade” (MARTINELLI, 2001, p. 131).

A reversão deste quadro e a consequente construção de uma identidade profissional própria implicam a estruturação de uma consciência coletiva crítica por parte da categoria, uma consciência política das contradições e antagonismos, bem como a ruptura com as “práticas alienadas e alienantes”. Algumas circunstâncias podem favorecer, tais como: a ampliação e diversificação do contingente profissional, com integrantes advindos das camadas

médias urbanas, com diferentes visões de mundo; o processo de institucionalização do Serviço Social e a convivência cotidiana com a classe trabalhadora; a retração do movimento católico leigo; além das mudanças socioeconômicas e políticas produzidas no marco da sociedade capitalista. Conforme Martinelli (2001, p. 140): “Somente a partir do momento em que se expandiu a base crítica da consciência social dos agentes, através da ruptura da alienação, é que eles puderam perceber o caráter conservador, subordinado e burguês de suas práticas”. Historicamente, o continente latino-americano e a década de 1960 se situam como o lugar e o tempo onde se engendrou o movimento de questionamento crítico tanto da realidade social como da prática profissional.

Inserido no aparato burocrático-institucional do Estado pós-64, o Serviço Social brasileiro ainda insistia em seu percurso “alienante e alienador”, produzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção de espaços democráticos, em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar. O cotidiano profissional, segundo Martinelli (2001), estava repleto de exemplos que deixavam claro que “a não-identidade tomara conta do Serviço Social”. Não obstante, alguns segmentos mais críticos da categoria profissional, cuja alienação haviam conseguido superar, colocavam em cheque a legitimidade da prática dos assistentes sociais. Para esses “agentes críticos” a profissão se encontrava diante de uma grave crise, na qual se inseria o questionamento sobre sua legitimidade no mundo capitalista – e, por extensão, o questionamento sobre a identidade profissional.

Isso levou a uma ruptura dentro da categoria profissional, dividindo seus agentes em “tradicionais” e “revolucionários”: assim, conviviam, no interior da profissão, alienação e crítica, como duas forças contrárias que então iniciavam uma luta interna. Enquanto a consciência crítica se tornava ainda mais crítica por meio de sua aproximação à sociedade como “totalidade histórica” e de sua reflexão sobre a prática e a identidade profissionais, o Serviço Social de caráter conservador ou tradicional procurava agarrar-se às estruturas burocráticas das organizações institucionais. O movimento profissional vivido no Brasil no curso dos anos 1970 e 1980 colocou frente a frente alienação e crítica, cuja contradição se tornava cada vez mais consciente e assumida (MARTINELLI, 2001).

Paralelamente, a identidade deixou de ser considerada como algo imóvel e definitivo: era preciso desalojar do interior da categoria profissional a “identidade atribuída”, lutando coletivamente pela construção de uma nova identidade – que, para Martinelli (2001, p. 147), seria “plena de historicidade e capaz de se articular com as forças revolucionárias que buscam a construção de uma nova sociedade”. E tal identidade profissional só se consolidaria na realidade concreta da luta de classes, sendo que a tomada de consciência dessa nova dimensão

da identidade determinaria um novo percurso para a profissão, pois colocava como um verdadeiro imperativo a busca de aproximação com as classes populares.

Somente a partir do momento em que começou a romper com a alienação e a negar a “identidade atribuída” é que a categoria profissional conseguiu expandir sua base crítica, produzindo novas possibilidades de prática – especialmente a prática política, cujas ações, agora vinculadas aos interesses da classe trabalhadora, procuravam somar-se às forças democráticas. O objetivo da prática profissional se transportava, assim, para outra dimensão, onde a “busca fundamental” passava a ser a produção de novas relações sociais, isto é, a “superção da sociedade capitalista”.

Rompendo com a alienação e superando suas próprias origens burguesas, o Serviço Social dará o passo inicial para o assumir coletivo do sentido histórico da profissão e para um novo momento da prática profissional, produzido por uma categoria crítica, politicamente assumida e capaz de lutar por sua identidade, [...] como luta social pela transformação da sociedade (MARTINELLI, 2001, p. 159).

Ao se defrontar com o quadro analítico proposto por Martinelli não podemos hesitar em fazer algumas notações críticas. Para começar, vale sublinhar que a reflexão da autora é um desbordamento da análise do processo histórico do Serviço Social – origem, profissionalização, renovação – para o campo da identidade. Não que a análise histórica da profissão não tenha procedência ou seja equivocada, mas parece um tanto problemático transplantá-la mecanicamente para o terreno da identidade. É evidente que um conhecimento adequado sobre a profissão contribui para iluminar a análise específica da identidade dos assistentes sociais, mas este conhecimento não substitui, ou melhor, não explica por si mesmo todos os mecanismos que influem na formação desta identidade – o que equivale a dizer, noutras palavras, que a análise da identidade profissional não se esgota na análise histórica da profissão.

O suporte teórico-metodológico em que se fundamenta a autora é bastante conhecido no meio profissional e tem dado valiosa contribuição às pesquisas e estudos na área do Serviço Social, mas o quadro categorial marxiano e/ou marxista não pode explicar absolutamente tudo e da mesma maneira. E o embaraço é maior ainda se se observar que Martinelli em momento algum se enfrenta com as teorias e conceitos expressamente consagrados ao tema identidade profissional. Não há qualquer referência, explícita ou implícita, às teorias e conceitos formulados a propósito ou para explicar a identidade profissional – ainda que fosse para recusar determinada teoria e/ou justificar a opção teórico-metodológica escolhida.

Na verdade, parece que o termo identidade surgiu como o inverso do conceito de *alienação*. Veja-se que, como sugere Martinelli, o Serviço Social surgiu e se profissionalizou atuando na racionalizada prática assistencial – no bojo da aliança entre Igreja e Estado – e operando com uma “ilusão de servir” à classe trabalhadora, já que, na realidade, servia aos interesses da classe burguesa. Os assistentes sociais estavam, pois, completamente alienados em seu trabalho e, por conseguinte, não dispunham de uma identidade profissional propriamente dita – moviam-se no “território da não-identidade”. Somente quando os agentes profissionais conseguem superar sua condição alienada é que eles podem construir sua própria identidade. O conceito-chave, aqui, é o de alienação: é esta categoria que define a ausência de identidade profissional, num primeiro momento, bem como a possibilidade de construí-la, num momento posterior. Portanto, a identidade aparece no trabalho de Martinelli como a contraface da alienação.

O “fetiche da prática” e a “ilusão de servir” podem ser explicados, em parte, pelo fato de os assistentes sociais serem, eles mesmos, membros da classe dominante, provenientes de famílias burguesas, católicos, alguns militantes do movimento leigo, outros educados em instituições religiosas – além de serem, quase exclusivamente, mulheres. O modo de ser, de agir e de pensar dos núcleos pioneiros da profissão é o mesmo dos setores dominantes da sociedade. Os agentes profissionais colocam seu “capital” cultural, familiar e religioso em ação no trabalho que realizam: acreditam eles que estão servindo às camadas mais pobres da sociedade, mas sob o ponto de vista – os esquemas de percepção e de ação – próprio de suas origens burguesas<sup>72</sup>. O trabalho de cunho educativo e moralizador que realizam não é pura e simplesmente uma imposição da classe dominante, da Igreja, do Estado ou de quem quer que seja. Os assistentes sociais acreditam seriamente ser este o “seu trabalho”, o seu papel na sociedade, de acordo com os princípios próprios de sua origem de classe, tendo em vista seu “capital” cultural e familiar. O problema reside em saber se, atendendo à população carente sob os “esquemas de pensamento e de ação” próprios da classe dominante, os agentes profissionais estavam sob o signo da alienação ou não<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> Estas observações, é claro, só se aplicam ao contexto da origem do Serviço Social como profissão, haja vista que, como se sabe, a base social de onde são recrutados os assistentes sociais se foi alterando ao longo do tempo. Ainda assim, são pertinentes no sentido de que Martinelli parte exatamente desse contexto para afirmar a “não-identidade” dos agentes profissionais.

<sup>73</sup> Até mesmo a introdução do conceito marxiano de alienação poderia ser, em alguma medida, questionada: será que os assistentes sociais não se reconheciam como tais em suas atividades? Será que sua prática era unilateralmente imposta pela classe dominante ou pelo Estado, sem a menor participação dos profissionais? Será que desempenhavam seu trabalho de modo inconsciente, mecânico? Será que os assistentes sociais não colocavam suas capacidades intelectivas ou criativas – parte de si mesmo – no trabalho profissional?

Martinelli, tendo certeza dessa alienação, defende a tese de que, alienados, os assistentes sociais deixaram de construir a própria identidade e tiveram de operar com uma “identidade atribuída” pela classe dominante. Inexistia, nesse momento, uma verdadeira identidade profissional, sendo que os assistentes sociais aceitavam passivamente a “identidade” que lhes era “atribuída” pela classe dominante e a ratificavam através da “continuidade do uso”. Está claro, e não há qualquer dúvida, que a situação de alienação responde pela ausência de identidade. Assim como colocamos em dúvida o fato de os assistentes sociais estarem efetivamente alienados, podemos desconfiar da inexistência de uma identidade profissional, ainda que seja num contexto de afirmação do Serviço Social como profissão. Desenvolvendo um trabalho “educativo” e “moralizador” junto ao “meio operário”, inseridos no bloco católico, tendo o apoio institucional do Estado, repetindo noções como “vocação de servir”, “justiça social”, “caridade”, enfim, os assistentes sociais empreenderam ações que, de alguma maneira, implicavam na formação de uma identidade profissional. A criação de associações profissionais constitui em si um indício disso mesmo, pois nelas os agentes definiam uma concepção de profissão, as funções profissionais, o papel do Serviço Social na sociedade, os fundamentos teóricos ou doutrinários, etc. Portanto, ainda que se deva questionar que tipo de identidade profissional era aquela – sua origem católica, burguesa, conservadora, etc. –, parece um equívoco supor que o Serviço Social, por um certo período, careceu completamente de uma identidade – tendo que aceitar passivamente aquela atribuída ou imposta pela classe burguesa.

Contudo, o denominador comum, por assim dizer, da análise proposta por Martinelli reside em que à identidade profissional a autora equivale a *consciência política* dos agentes ou da categoria. A superação da alienação e a conseqüente construção de uma identidade própria exigem que o assistente social desenvolva uma consciência política – consciência coletiva, crítica, das contradições, dos antagonismos, mas, sempre, política. Num dado momento da história da profissão se engendrou um movimento crítico de questionamento sobre a situação do Serviço Social na realidade social capitalista, do que resultou uma corrente profissional tida como progressista e defensora de um posicionamento político, por parte da categoria, em favor dos interesses da classe trabalhadora e dos setores mais empobrecidos da sociedade. Martinelli identifica nessa guinada política o ponto de partida para a construção de uma identidade profissional própria: é evidente que tal redirecionamento da profissão – que envolve desde a formação até o código de ética – imprimiu mudanças significativas também na identidade dos assistentes sociais, mas esta não se restringe

exclusivamente à dimensão político-ideológica. Não pode passar inadvertido o fato de que Martinelli acabou reduzindo a identidade profissional à conscientização política da categoria.

Não estamos diminuindo a importância quer da consciência política da profissão quer do movimento crítico – que, entre outras coisas, promoveram a ruptura com a versão “tradicional” do Serviço Social. Pensamos, aqui, numa proposta analítica que se diz voltada à identidade dos assistentes sociais, mas que, pelas reduções e condicionamentos que realiza, não trata efetivamente da identidade profissional e sim de uma outra identidade: entendida como o inverso da alienação e/ou o equivalente à consciência política dos agentes ou da categoria.

### **3.4.2 Gentili: representações profissionais**

O trabalho de R. Gentili vai numa direção totalmente diferente: ao invés da teoria e da política, prefere a prática; em vez da unidade ou hegemonia, aposta na diversidade ou pluralidade; no lugar da história da profissão, coloca o processo atual de trabalho. Suas hipóteses de investigação consideraram que o Serviço Social é muito mais complexo, plural e diversificado do que pensa a literatura profissional – ela mesma centrada nos processos políticos mais gerais –, sobretudo ao se observar as mediações sociais e organizacionais que acontecem nas relações de trabalho. Seu estudo evidenciou a existência de uma “realidade profissional dilacerada” por diversas manifestações concretas da prática profissional, bem como pela pluralidade das representações dos assistentes sociais<sup>74</sup>.

No ponto de vista defendido por Gentili (1998), o núcleo da identidade do Serviço Social tem como base material o próprio processo de trabalho profissional: é do processo de trabalho que resulta a identidade da profissão, bem como é através dele que a identidade profissional é sustentada. No processo de trabalho profissional, segundo a autora, desenvolve-se uma “interação dinâmica” entre o mercado de trabalho e as representações oriundas das instituições de base jurídica e legal da profissão (o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS). Essa “interação” se articula em dois “polos de referência” que expressam práticas discursivas (representações) diferenciadas e complementares. Primeiro, o polo que tem como base as

---

<sup>74</sup> A pesquisa coletou dados no período compreendido entre 1991 e 1992, entrevistando-se assistentes sociais empregados em diversas organizações, na região metropolitana de Vitória (ES) – sendo originalmente concebida como tese de doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP (1994).

estruturas normativas, legais e jurídicas das instituições e organizações profissionais, onde são desenvolvidos os “discursos básicos” da profissão, que deverão influenciar decisivamente as representações. Segundo, o polo das atividades e expressões relacionadas às contingências da prática profissional realizada cotidianamente pelos assistentes sociais, nos diferentes campos de atuação em que se encontram, onde surgem diferentes “formações discursivas” desenvolvidas no mercado de trabalho.

No primeiro “polo de referências representacionais” as instituições da profissão, seja através do ensino formal, seja por meio da agregação associativa, estabelecem direções gerais para os conteúdos teóricos, éticos e políticos, organizando os sentidos e a direção hegemônica para as representações divergentes – essa direção hegemônica, fruto das representações de determinados segmentos da profissão, ganha legitimidade através da literatura profissional. No segundo “polo de referências” os profissionais recolhem fragmentos de diferentes discursos e os articulam em função das necessidades da prática, de maneira instrumental, tentando responder às imediatezidades que ocorrem no cotidiano de trabalho – trata-se de uma pluralidade de representações que circulam no mercado de trabalho, expressando as ideias e sentimentos dos profissionais da prática (GENTILLI, 1998).

As representações que circulam no mercado de trabalho expressam as ideias e os sentimentos dos profissionais que pertencem a esta profissão. São divergentes, plurais e diversificadas enquanto tais e se organizam no mercado ao processarem os serviços sociais. Realizam convergências que formatam fazeres, ideias e representações em função dos “campos de atuação”, das tematizações teóricas das especializações ou da própria divisão do processo de trabalho. Submetem-se mais à força da realidade que transforma convicções e representações, que a um modelo paradigmático qualquer (GENTILLI, 1998, p. 31-32).

Vários depoimentos dos assistentes sociais entrevistados relatam uma “rotina massacrante” na profissão, com sobrecarga de trabalho, inclusive os impedindo de estudar e atualizar seu conhecimento. Existe também uma divisão técnica do trabalho profissional entre as funções ditas “teóricas” (planejamento, direção, assessoria, pesquisa) e aquelas consideradas como “práticas” (execução, atendimento ao usuário, etc.), principalmente em órgãos públicos. Ademais, foram encontradas evidências de “tarefismos”, práticas burocráticas, formais, mecânicas, impostas pelo contexto organizacional – alguns profissionais entrevistados revelaram sentirem-se presos e impotentes no interior das burocracias públicas e privadas. “Na maioria das vezes”, conclui Gentilli (1998, p. 38), “o trabalho profissional é descrito como repetitivo, organizado em ciclos de breve duração,

deflagrado por motivações de curto prazo, cuja racionalidade escapa à compreensão dos profissionais”<sup>75</sup>.

O espaço das atividades profissionais materializa, ainda nos dias atuais, a histórica vinculação do Serviço Social com a noção de “ajuda social”. Nas diferentes organizações em que trabalham, os assistentes sociais realizam uma prática profissional identificada com a “antiga ideia de ajuda social”, de modo que não existem garantias de que os profissionais conseguem, na realidade concreta do mercado de trabalho, efetivar a “ruptura” apregoada pela literatura e pelos discursos eruditos sobre a profissão. Segundo Gentili (1998, p. 46): “Apesar de expressarem as modificações que sofreram historicamente, os discursos e as práticas que se sucederam na profissão não foram capazes de evitar as contingências que dominam o processo de trabalho profissional: o trabalho em migalhas”.

Para além das funções executoras no âmbito das políticas sociais, alguns assistentes sociais ascenderam para posições de comando dentro das organizações, para o que contribui o aperfeiçoamento ou qualificação profissional, sobretudo através das especializações. Porém, quando ocupam cargos de comando ou direção, ao verem modificadas as funções que desempenham, os profissionais tendem a “negar a identidade de assistente social” – e, quanto mais elevado for o cargo que ocupa na instituição, tanto maior é o distanciamento do assistente social em relação à sua profissão. Essa “negação da identidade profissional” acontece também com aqueles profissionais cujos cargos deixaram de se denominar “assistente social” e foram enquadrados em novas nomenclaturas administrativas. Nessas situações, é comum os assistentes sociais dizerem “não fazer Serviço Social” e preferirem o reconhecimento e a identidade derivados do cargo e não da profissão – isto se verifica, por exemplo, entre especialistas em sanitarismo, psicoterapias, recursos humanos, etc. (GENTILLI, 1998).

Ao analisar os depoimentos dos profissionais da prática, percebe-se que ainda tem havido um certo descompasso entre a teoria e a prática do Serviço Social. Os assistentes sociais pesquisados ressaltam o que supõem ser deficiências de uma formação profissional “generalista”, em que faltam conhecimentos especializados que possam dar conta dos diversos campos de prática. O discurso teórico aprendido na formação profissional é considerado inadequado ou insuficiente para explicar o cotidiano de trabalho, além de ser

---

<sup>75</sup> Há quem qualifique este quadro como um “processo de desprofissionalização” do Serviço Social, sobretudo quando o assistente social é considerado, por si mesmo e pela organização empregadora, como um “mero auxiliar administrativo”, cujas atribuições são “burocratizadas institucionalmente” (preencher formulários, levantar dados, solicitar documentos, etc.). Numa tal situação, ademais da “desprofissionalização”, tem-se um processo de “perda de identidade profissional” (WEISSHAUPT, 1988).

“pouco instrumentalizador”. Os profissionais falam de dificuldades em relacionar ou articular a teoria, predominantemente voltada para questões políticas e ideológicas, e a prática, que exige estratégias de ação operativas. Evidencia-se, assim, a existência de um “vazio teórico” no que diz respeito às particularidades que configuram os diversos campos de atuação e às questões próprias do cotidiano profissional<sup>76</sup> (GENTILLI, 1998).

Para contornar as dificuldades de explicação da realidade, os assistentes sociais da prática recorrem a procedimentos apressados, sem mediações, através de leituras teóricas muito imprecisas e inseguras. Por consequência, mantêm-se ativas muitas representações ideológicas anteriores, misturando-se às representações propriamente profissionais. No mercado de trabalho, as representações sobre a identidade profissional têm sido expressas como “falta de identidade”, em parte pela incongruência entre o que os assistentes sociais acreditam ser a teoria e a prática do Serviço Social.

Perante as tensões decorrentes destas diversas referências e expectativas de desempenho, o profissional vacila premido, de um lado, pela introjeção de valores éticos, ideológicos e políticos, oriundos das organizações da categoria, da formação e da literatura profissionais, e por outro, pelas exigências concretas decorrentes do mercado de trabalho, cuja riqueza e variabilidade de questões oferecem enormes desafios para os assistentes sociais (GENTILLI, 1998, p. 69).

Ao pensar as relações entre identidade profissional e problemas da prática do assistente social, há uma série de formulações diferentes que se estendem sobre todas as áreas de especialização do Serviço Social. Os profissionais apontam dificuldades de articulação entre as representações sobre os “modos de ser assistente social” e os problemas concretos que se apresentam ao trabalho cotidiano. Gentilli (1998, p. 76-77), então, sugere: “Um diálogo mais aberto e tolerante entre estas duas grandes referências institucionais da profissão (mercado e ensino) pode possibilitar a coexistência plural de diferentes representações da identidade profissional”.

Não é nossa intenção evidenciar o contraste entre esta pesquisa de Gentilli e o texto anterior de Martinelli, mas sim refletir – tal como fizemos na subseção precedente – no sentido do alcance analítico das proposições referentes à identidade profissional. Gentilli propõe que a base fundamental da construção da identidade do assistente social seja a prática profissional, entendida como o processo de trabalho. A autora identifica, corretamente, as constrições organizacionais a que estão submetidos os agentes profissionais, as dificuldades e

---

<sup>76</sup> É no mínimo curioso observar que, cerca de dez anos antes, outra pesquisa preocupada com a “prática profissional efetiva do assistente social” também havia constatado este mesmo problema, expresso como “divórcio entre a teoria e a prática” – referimo-nos ao estudo sobre as “funções socioinstitucionais” do Serviço Social, realizado entre 1978 e 1982, por uma equipe de pesquisadores de diversas escolas da região nordeste, cujo resultado está publicado em Weissaupt org. (1988).

limites impostos no espaço de trabalho, bem como a variabilidade das funções profissionais. De fato, a prática profissional é mesmo “definidora” da identidade do assistente social e, como tal, precisa ser estudada com afinco. Contudo, ela não é o único elemento a ser considerado e a sua importância não pode ser tão maximizada – pensamos, aqui, por exemplo, na formação profissional, parte fundamental da “socialização profissional”.

Ocorre que, ao atribuir centralidade ao processo de trabalho, Gentilli promove uma ruptura analítica entre a prática profissional e a formação acadêmica. A autora se baseia em depoimentos – dos assistentes sociais pesquisados, é claro – que relatam com clareza uma assimetria entre a teoria e a prática do Serviço Social. Elaborando uma crítica, implícita e indireta, à literatura profissional – perspectiva macrosocial, ênfase nos processos políticos, etc. –, Gentilli percebe a insuficiência teórica da profissão para explicar o cotidiano de trabalho, as demandas institucionais e as particularidades dos campos de atuação. O problema reside em que, em nome desse desentendimento entre teoria e prática profissional, a autora reduz a importância do processo de socialização profissional, particularmente a formação recebida no âmbito das unidades de ensino.

Está certo que Gentilli propõe dois “polos de referência”: um deles – o mais relevante – advindo do trabalho cotidiano do assistente social e o outro referente às instituições e organizações formais da profissão. Mas o modo como a autora articula estas duas “referências representacionais” faz com que o “discurso básico” das unidades de ensino, das associações profissionais e da literatura do Serviço Social seja subsumido pelas diversificadas e plurais “formações discursivas” que emergem diretamente da prática ou do processo de trabalho profissional. Ora, aquele discurso teórico, político e ideológico é a base da formação do assistente social, sendo repetido continuamente nos eventos da categoria. Se o “discurso básico” é insuficiente ou pouco instrumental para o trabalho diário e suas demandas e especificidades, aí é uma outra história. O que importa – a propósito da identidade profissional – é saber até que ponto o discurso teórico e político da profissão influencia as maneiras de ser e de pensar dos assistentes sociais.

Gentilli afirma com convicção que há uma pluralidade de representações profissionais, especialmente ao se considerar os assistentes sociais em seu contexto de trabalho, em meio à prática profissional cotidiana. Porém, não resulta claro o que isto significa: quer dizer que existem várias identidades profissionais? Ou que a identidade profissional possui diferentes representações? Em artigo anterior, a autora diz o seguinte: “Pode-se dizer que, entre os assistentes sociais da prática, a questão da identidade é definida em algumas direções diferenciadas. Sobre a concepção de ‘ser profissional’ de Serviço Social no mercado de

trabalho, observa-se formulações em sete direções diferenciadas” (GENTILLI, 1997, p. 140). Trata-se, ao que parece, de diferentes definições dadas pelos assistentes sociais entrevistados no que concerne à sua identidade profissional: são, portanto, representações diversas, plurais, divergentes, que expressam uma única identidade?

Nada disso é mais decisivo que a categoria de análise escolhida pela autora, isto é, o conceito de representação social, e a perspectiva teórica adotada, baseada no ponto de vista da psicologia social<sup>77</sup> (cf. capítulo 2, seção 2.3). Para que não haja dúvidas, recorremos à própria autora. Gentilli (1997, 1998) sugere que a identidade profissional do Serviço Social se estrutura a partir da convergência de três fatores: a) “núcleo identitário”, organizado através de representações sobre o processo de trabalho profissional (objeto, atividades e produto do trabalho); b) “referências representacionais”, isto é, representações que expressam a consciência profissional (teoria, ideologia e política); e c) “sentimentos de identidade profissional”, que são os elementos subjetivos (sentimentos e emoções) que sustentam a identidade. A análise proposta por Gentilli está baseada exclusiva e unicamente em representações subjetivas dos profissionais, quer sejam representações sobre a prática profissional, quer sejam representações sobre a teoria da profissão. Não que trabalhar com as representações profissionais fosse errôneo ou até mesmo improdutivo, ao contrário, elas fazem parte do “ser assistente social” e expressam elementos importantes de sua identidade. Problemático é quando a análise se restringe exclusivamente às representações, fazendo com que a identidade profissional se resuma àquilo que dizem sobre si mesmos os próprios profissionais – este parece ser o caso de Gentilli.

É bastante oportuno, aqui, recordar-nos o trabalho de Jeannine Verdès-Leroux (1986), que serve como um interessante contraponto ao tipo de abordagem sobre o qual estamos refletindo. Ao analisar a prática, os hábitos e o *ethos* dos trabalhadores sociais, a autora considera também a origem social e de gênero destes profissionais. O acesso à profissão de Serviço Social de pessoas provenientes de níveis menos elevados na hierarquia social não alterou o “panorama burguês” de recrutamento: os profissionais em exercício continuam amplamente oriundos das classes superiores e médias, só raramente sendo recrutados na classe operária. Além disso, a profissão é majoritariamente feminina: trata-se de um quase monopólio das mulheres. A especificidade dos valores e das práticas das assistentes sociais decorre, em parte, desta característica: o “prazer de servir”, a seriedade, a modéstia, são

---

<sup>77</sup> Interessante anotar: Gentilli se apoia teoricamente em autores cujos trabalhos – a entender pela referência bibliográfica – não tiveram como alvo a identidade profissional. Ela se fundamenta em algumas elaborações teóricas sobre, por exemplo, “identidade étnica”, “formações discursivas”, e procura aproveitá-las na análise específica da identidade do Serviço Social.

atributos tipicamente atribuídos às mulheres, fazem parte de sua feminilidade. Ademais da origem social e do sexo, outra característica do grupo profissional é importante: a maioria das mulheres da profissão são solteiras. Isto responde, em parte, pela ideia de vocação tão apregoada pela ideologia profissional – um “chamado” para o trabalho social, o qual merece toda a dedicação de uma vida. Abstraindo o fato de que a pesquisa se refere a um contexto geográfico e histórico preciso – a sociedade francesa dos anos 1970 –, Verdès-Leroux chama atenção para o fato de que as assistentes sociais são herdeiras de um certo capital cultural, possuindo hábitos de pensamento e de ação bem específicos, hábitos femininos, hábitos católicos, que podem determinar, em parte, o sentido da prática profissional bem como o modo de ser (*ethos*) do assistente social.

Uma abordagem focada unilateralmente nas representações profissionais certamente não observaria estas características, a menos que fossem relatadas ou enfatizadas pelos assistentes sociais numa entrevista de pesquisa. Vê-se, enfim, quão complexo e desafiador é o estudo da identidade profissional do assistente social: requer, sem dúvida, um profundo conhecimento acerca da história do Serviço Social como profissão; exige considerar e relacionar não só a prática cotidiana ou o processo de trabalho, mas também a formação profissional; e, ainda, supõe estar atento à origem social e sexual dos próprios agentes profissionais. Antes disso, porém, é preciso conhecer as perspectivas teóricas e os modelos analíticos – seus limites e possibilidades – que comparecem quando o assunto é identidade profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final de um estudo implica o desafio de um olhar retrospectivo. Propusemos a pensar sobre algumas das principais teorias e conceitos dedicados à análise das identidades profissionais tendo em vista sua propensão a um certo “reducionismo subjetivista”. Nossa hipótese considerou a influência teórica do interacionismo simbólico e o uso do conceito de representação social como fatores que, possivelmente, respondem por tal “subjetivismo”. Algumas perspectivas teóricas e modelos analíticos têm predominado na maioria dos estudos e discussões que se dirigem ao assunto identidade profissional: as categorias formuladas pelo sociólogo Claude Dubar, a teoria da socialização como origem das identidades – proposta pelo mesmo autor – e o conceito sociopsicológico de representação social – inaugurado por Serge Moscovici. Explicar a constituição das identidades profissionais exclusivamente por meio das interações sociais, das relações intersubjetivas, dos processos comunicativos, das percepções e/ou expressões subjetivas dos indivíduos, do papel de “outros significativos”, das representações sociais e profissionais – eis o denominador comum destes instrumentos analíticos. Mais importante: as principais teorias e conceitos que comparecem no estudo das identidades profissionais acabam excluindo do foco de análise toda uma série de condições objetivas que balizam as profissões e o exercício profissional, tais como formação e qualificação profissionais, mercado de trabalho, salário ou remuneração, legislação referente à profissão, autonomia profissional, conhecimento específico ou *expertise*, organização corporativa – quer dizer, a própria realidade profissional.

A reflexão dirigida à sociologia das profissões foi importante, principalmente, porque nos serviu de alicerce teórico, tal como um terreno aplainado sobre o qual podemos desenvolver este estudo. A lista de teses e conceitos é grande: orientação coletiva, especificidade funcional, comunidade profissional, segmentos profissionais, processo de profissionalização, proletarização, desprofissionalização, princípio ocupacional de organização do trabalho, abrigos no mercado de trabalho, formalização do controle profissional, e assim por diante. Muitos são os autores: Carr-Saunders e Wilson, Parsons, Goode, Hughes, Bucher e Strauss, Wilensky, Haug, Braverman, Gyarmati, Jonhson, Larson, Freidson, dentre outros. Aliás, foi através do percurso pelo campo sociológico especializado no estudo das profissões que se pôde observar ou estar atento às condições concretas da realidade profissional. Ainda que não se tenha preocupado direta e explicitamente com a identidade profissional, a teoria das profissões deixa, pelo menos, um ensinamento de

relevância fundamental: a identidade dos profissionais nunca pode ser estudada em si mesma, como se fosse independente, autônoma, porque há um conjunto de condições objetivas relacionadas à profissão que, em última instância, condicionam a identidade dos seus membros.

A abordagem específica sobre a profissão de Serviço Social e a identidade profissional dos assistentes sociais nos possibilitou sair de uma discussão mais abstrata e adentrar em um caso empírico. Acreditamos ter promovido um entendimento adequado sobre os eventos mais importantes relativos ao Serviço Social: sua gênese histórica e constituição como profissão, sua emergência e institucionalização no Brasil e o processo brasileiro da renovação profissional. Com respeito à identidade dos assistentes sociais, buscamos refletir criticamente sobre dois trabalhos, pioneiros e contundentes, empreendidos no âmbito da literatura do Serviço Social. Martinelli ([1989] 2001), a nosso ver, não passou de um deslocamento da identidade, reduzindo-a ao *status* de contraface ou inverso da alienação e condicionando-a à conscientização político-ideológica dos agentes ou da categoria profissional. Se bem que Gentili (1998) tenha observado com afinco o processo de trabalho, isto é, a prática cotidiana efetivamente desempenhada pelos assistentes sociais, a autora minimiza demasiadamente o papel da formação acadêmica e do discurso teórico e político da profissão – mas isso não é essencial: o dado relevante é que sua análise se restringe exclusivamente às representações subjetivas que os próprios profissionais têm e expressam sobre a própria identidade.

O embate entre subjetivismo e objetivismo aparece com força nas análises teóricas destinadas às identidades profissionais. A noção de *habitus*, nos termos de Pierre Bourdieu, esse sistema de esquemas de pensamento e de ação, produto de condições objetivas traduzido em disposições subjetivas, pode constituir uma estratégia analítica interessante. Permite, por um lado, romper com a frequente concepção que reduz a identidade a uma percepção e/ou expressão subjetiva e individual<sup>78</sup>. De outro lado, ao conceber as mediações entre estrutura social e agente, considera as condições objetivas como base da identidade sem supor uma relação determinista. Poder-se-ia sugerir a hipótese de que as condições estruturais que cercam a profissão e o exercício profissional produzem um *habitus* específico, um *habitus* profissional, enquanto princípio gerador e unificador a partir do qual se engendram práticas,

---

<sup>78</sup> Pensar a identidade profissional por intermédio do conceito de *habitus* – e da perspectiva teórica a ele subjacente – supõe um giro considerável no foco de análise em relação ao modelo de Dubar e à categoria de representação social: em vez dos processos interativos ou intersubjetivos, têm-se as condições estruturais ou objetivas como base da construção da identidade. Quer dizer, a identidade profissional estaria estreitamente vinculada às condições concretas que delimitam a profissão (formação profissional, mercado de trabalho, autonomia, remuneração, etc.), isto é, à própria realidade profissional. Mais ainda: a noção de *habitus* sugere considerar também a origem social e familiar de onde são recrutados os agentes profissionais na formação de sua identidade, dada a importância do “*habitus* primário” engendrado nas “primeiras experiências”.

representações, formas de comportamento, atitudes, etc., tidas como tipicamente profissionais – o *habitus*, assim, seria a síntese, o ponto de encontro, de diversas ações e pensamentos profissionais, como um sistema de disposições partilhado por todos os membros de uma determinada profissão.

O leitor poder-nos-ia advertir que em nenhum momento fomos capazes de definir “o que é identidade profissional”. De fato, esta não é uma tarefa simples e o risco da imprecisão e da ambiguidade é eminente. Preferimos, por prudência, apenas esboçar algumas concepções teóricas sobre o assunto. A identidade não é produto de um projeto ou de uma ação voluntarista, espontânea, intencional, livre de qualquer condicionamento, a partir do que os indivíduos constroem o seu próprio “eu” e elaboram uma “definição de si”. É o conjunto das condições objetivas e materiais que cercam a profissão, ou seja, a realidade profissional, que está na base da construção da identidade. Isso significa dizer que não se pode chegar à identidade profissional exclusivamente através das ideias ou representações por meio das quais os indivíduos ou agentes profissionais se “autodefinem” (as expressões subjetivas). Devemos ter o cuidado, no entanto, de não restringir a identidade a determinações materiais, como sendo mero reflexo das condições de existência, pois é preciso conceber a relação dialética entre indivíduo e sociedade, entre agente e estrutura, considerando-se a identidade em função das relações sociais. A identidade profissional também não é uma característica ou elemento tipicamente individual, pertencente a cada indivíduo singular, por ele criada e por ele sustentada como se fosse a “sua identidade”, isto é, particularmente definida. Ao contrário, a identidade resulta de uma construção coletiva que diz respeito ao grupo profissional, que é partilhada por todos os membros de uma profissão, pois que está coletivamente estruturada. Se bem que a identidade pode constituir uma propriedade ou elemento subjetivo, isso não quer dizer que seja totalmente independente da realidade objetiva: recorde-se que a identidade profissional é, em última instância, produto da realidade profissional.

Optamos, neste estudo, por seguir desde a sociologia das profissões até as teorias e conceitos expressamente consagrados à identidade profissional – além, é claro, da reflexão sobre a ideia de *habitus* profissional. Um outro caminho para se abordar e analisar as identidades profissionais poderia partir das identidades sociais de uma maneira genérica, principalmente através dos trabalhos de cunho antropológico (a identidade étnica, a identidade de gênero, a identidade religiosa, a identidade nacional, etc.). Poder-se-ia explorar as diferentes abordagens dirigidas ao conceito de identidade: os pontos de vista sobre a realidade social, as formulações teóricas, os tipos de enfoque (culturalista, estruturalista, etc.). Tal trajeto analítico levaria das identidades sociais de um modo geral às identidades profissionais

em particular – esta seria uma possibilidade a se pensar. Enfim, é preciso deixar um recado àqueles que desejam investir no estudo da identidade de uma profissão ou de um grupo de profissionais: o trabalho teórico-metodológico, aqui, é ainda mais imprescindível bem como requer um esforço crítico tanto mais vigoroso. Nossa contribuição, vale dizer, novamente, é apenas um ponto de partida.

## REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. The sociology of work and occupations. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto (Califórnia), v. 19, n. 1, p. 187-209, 1993. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

BARBOSA, M. L. O. As profissões no Brasil e sua sociologia. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 19 out. 2007.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 222 p.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 247 p.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: Edusp, 2008. 560 p.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. 361 p. (int./org. Sergio Miceli)

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322 p.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 6. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2005. 224 p.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992. 238 p.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. 379 p.

BUCHER, R.; STRAUSS, A. Professions in process. In: STRAUSS, A. *Creating sociological awareness*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p. 245-262. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

CARVALHO, R. de. Aspectos da história do Serviço Social no Brasil (1930-1960). In: IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 25. ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2008. p. 123-358.

DINIZ, M. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 192 p.

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 343 p.

\_\_\_\_\_. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, Campinas (SP), v. 19, n. 62, p. 13-30, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 19 out. 2007.

FREIDSON, E. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Edusp, 1998. 280 p.

\_\_\_\_\_. The changing nature of professional control. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto (Califórnia), v. 10, n. 1, p. 1-20, 1984. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

GENTILLI, R. de M. L. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 126-144, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social*. São Paulo: Veras Editora, 1998. 223 p.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p.

GOODE, W. J. Community within a community: the professions. *American Sociological Review*, New York, v. 22, n. 2, p. 194-200, abr. 1957. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Encroachment, charlatanism, and the emerging profession: psychology, sociology, and medicine. *American Sociological Review*, New York, v. 25, n. 6, p. 902-914, dez. 1960. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

GREENWOOD, E. Attributes of a profession. *Social Work*, Washington, v. 2, n. 3, p. 45-55, jul. 1957. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 07 mai. 2008.

GUILLÉN, M. F. Profesionales y burocracia: desprofesionalizacion, proletarizacion y poder profesional en las organizaciones complejas. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, n. 51, p. 35-51, jul. 1990.

GYARMATI, G. The doctrine of the professions: basis of a power structure. *International Social Science Journal*, Oxford, v. 27, n. 4, p. 629-654, nov. 1975. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

HAUG, M. R. The deprofessionalization of everyone? *Sociological Focus*, Cincinnati, v. 8, n. 3, p. 197-213, ago. 1975. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

IAMAMOTO, M. V. Proposta de interpretação histórico-metodológica. In: IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 25. ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2008. p. 27-121.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 165 p.

MITJAVILA, M. Identidad social y comunidad. Notas acerca de las conexiones entre ambos conceptos. *Cuadernos del Claeh*, Montevideo, n. 69, p. 65-77, jun. 1994.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992. 165 p.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 334 p.

ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. 191 p.

PARSONS, T. Estructura social y proceso dinámico: el caso de la práctica médica moderna. In: PARSONS, T. *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial, 1982. p. 399-444.

\_\_\_\_\_. The professions and social structure. *Social Forces*, North Carolina, v. 17, n. 4, p. 457-467, mai. 1939. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

PERRUCCI, A. F. A. *Tiraniias da identidade: profissão e crise identitária entre psiquiatras*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 307 p.

RODRIGUES, M. L. *Sociologia das profissões*. 2. ed. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2002. 160 p.

VERDÈS-LEROUX, J. *Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986. 207 p.

WEISSHAUPT, J. R. (org.). *As funções sócio-institucionais do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1988.

WILENSKY, H. L. The professionalization of everyone? *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 70, n. 2, p. 137-158, set. 1964. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2008.